

Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL, MIGRAÇÕES NO EMPREGO E O
PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
TERRITORIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Rodrigo Nunes Ferreira

Minas Gerais – Brasil

Junho de 2006

Rodrigo Nunes Ferreira

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL, MIGRAÇÕES NO EMPREGO E O
PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
TERRITORIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Ralfo Matos

Belo Horizonte – MG

Departamento de Geografia da UFMG

Junho de 2006

F383d
2006

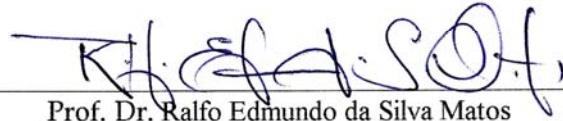
Ferreira, Rodrigo Nunes.
Dinâmica do mercado de trabalho formal, migrações no emprego e o processo de reestruturação territorial no Brasil contemporâneo [manuscrito] / Rodrigo Nunes Ferreira. – 2006.
153 f. : il., mapas, gráfs. color, tabs.; enc.

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2006.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 139-145
Inclui anexo.

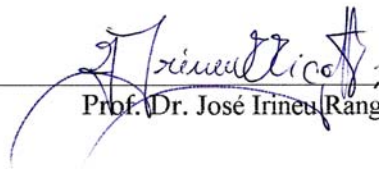
1. Migração – Brasil – Teses . 2. Desenvolvimento regional – Teses. 3. Mercado de trabalho – Teses. 4. Territorialidade – Brasil – Teses. I. Matos, Ralfo Edmundo da Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 325.11(81)

Dissertação defendida e aprovada, em 23 de junho de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Ralf Edmundo da Silva Matos



Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti



Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia

À ausência de minha mãe Maria,
e à presença de meu filho Arthur.

Agradecimentos

À pessoa que esteve ao meu lado ao longo de toda esta caminhada, obrigado Ariane.

A toda família pela compreensão nos momentos de *stress*.

Ao orientador Ralfo Matos pela confiança deposita em meu trabalho.

À Clara pela constante ajuda e compreensão, do texto inclusive.

À Rose pela ajuda no francês, quando este momento ainda era um sonho distante.

A todos os amigos do Leste pela companhia e contribuições.

A todos os velhos amigos da E.E. Santos Dumont.

E, principalmente, a todos que financiaram meus estudos numa instituição pública.

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava
era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada.
(...)

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a
gente é no meio da travessia.

(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

RESUMO

Acompanhando tendências que nos países centrais já se manifestavam a partir da década de 1960, na década de 1990, a economia brasileira passa por um profundo processo de reestruturação produtiva. Este novo contexto macroeconômico e político implicou em profundos impactos na organização territorial da economia – acentuando em determinados setores a desconcentração espacial da produção e incentivando a concentração dos ramos mais modernos – e na organização do mercado de trabalho – crescente terciarização da estrutura ocupacional, aumento da informalidade e crescimento da importância das micro e pequenas empresas. Parte-se do suposto de que tais mudanças estruturais provocaram um reordenamento dos fluxos migratórios. Buscando comprovar tal hipótese, o objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a geração de empregos formais na década de 1990 e início do século XXI e a dinâmica das migrações no mercado formal de trabalho no período 1995 e 2003. Como base para a pesquisa empírica, fez-se uma revisão da bibliografia que permitiu sintetizar as discussões sobre a dinâmica das estruturas regionais do Brasil no período recente. Na pesquisa empírica utiliza-se o recorte espacial da Rede de Localidades Centrais (RLC), sendo a principal fonte dos dados secundários a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Primeiramente apresentam-se as principais características da dinâmica espacial do mercado de trabalho formal no Brasil no período 1990-2002, precedida de uma breve análise, fundamentada na literatura, sobre o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Utilizando-se do recorte espacial e da base de dados citados, a pesquisa busca investigar a questão da Migração e sua relação com as “*novas territorialidades*”. Para destacar as potencialidades e limitações da base de dados, a Raismigra, é feita uma comparação entre os dados de migração oriundos dessa fonte com os dados censitários para as nove tradicionais regiões metropolitanas no período de 1995 e 2000. Após uma resenha das principais tendências da migração pontuadas pela literatura recente, inicia-se o estudo sobre a mobilidade geográfica de trabalhadores no mercado formal entre 1995 e 2003, utilizando-se o recorte regional e hierárquico da RLC. Entre as principais conclusões, destaca-se o maior dinamismo do mercado de trabalho das localidades fora das grandes aglomerações urbanas, que tem atraído mão-de-obra migrante. Confirma-se que novas estratégias migratórias que estão sendo construídas no Brasil contemporâneo, e que estas nem sempre têm os grandes centros urbanos, pelo menos os tradicionais, como referência de destino. Explorando as potencialidades oferecidas pela base de dados foi possível apresentar a migração como uma alternativa eficaz na manutenção ou melhoria dos rendimentos do trabalho, entretanto tal possibilidade mostrou-se diferenciada de acordo com o nível de instrução e local de origem ou destino dos imigrantes. Também foi possível estimar que o processo de terciarização é mais intenso entre os imigrantes que os não-migrantes. Entre os novos espaços da migração destaca-se a fração norte da RLC, que tem oferecido vantagens salariais à mão-de-obra imigrante no setor formal. Por outro lado, as tradicionais regiões metropolitanas do Centro-Sul permanecem como a melhor alternativa, em termos salariais, para a mão de obra mais instruída.

Palavras-chave: migração; mercado de trabalho formal; reestruturação territorial; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Following the tendency appeared in central countries since the 1960's, the Brazilian economy in the 1990's goes through a deep process of productive rearrangement. This new macroeconomic and politician context implied in deep impacts on economic territorial organization – increasing the territorial dispersion of production in determined sectors and encouraging the concentration in the most modern categories. In work market it is noticed the increasing of the third sector of the structural occupation (the informal work) and also of the informal working as well as the importance of the micro and small business. Supposedly, these structural changes impelled on a new ordination of the migratory movement. In order to prove this hypothesis, the goal in this paper is research about the relation between the creation of formal jobs in the 1990's and early XXI century and the migratory dynamic in the formal work market from 1995 to 2003. Based on empiric research a review on the bibliography was made, such analysis allowed to summarize the discussions about the dynamic of Brazilian regional structures in recent times. The territorial cut of the (RLC) “Rede de Localidades Centrais” is used on empiric research and the main source of secondary basis is the Annual Relation of Social Information (RAIS). After a brief analysis based on the Brazilian work market literature in the last decades, it is first presented the main characteristics of the dynamic space of formal work market in Brazil from 1990 to 2002 by using the territorial cut and the data basis mentioned, the research attempt to investigate the “Migration and its relation with the new territorial variety.” Intended to point the limitations and potentialities of the data basis, the “Raismigra”, it is made a comparison between the migration data from this source with census data to the nine traditional metropolitan regions between 1995 and 2000. After a description of the main tendencies of migration pointed by the recent literature and using the regional and hierarchical cut of the RCL, it is initialized the study about the geographic mobility of workers in formal market from 1995 to 2003. Among the main conclusions, it is noticed a increasing dynamism of the work market in places apart from the main urban gathering, which is responsible for attracting migrant workers. It is confirmed that new migratory strategies has been developed in contemporary Brazil and that these strategies are not always have the traditional urban centers as destination reference. Exploiting the offered potentialities by the data basis it was possible to present the migration as an efficient alternative for establishment or improvement of work income. However such possibility is different according to educational level and origin and destination of the migrants. It was also possible estimate that the informal working is more intense among the migrant people than the non-migrant people. Between the new areas of migration it is possible to note the north part of RLC, which has offering incoming advantages to the migrant worker in formal sector. In the other side, the traditional Center-South metropolitan regions are still the best choice in incoming terms for those with a higher level of education.

Key words: migration; formal work market; territorial rearrangement; regional development.

Lista de Ilustrações

Gráfico 1 : Variação no total de empregos formais, total de ocupados e PIB ^a – Brasil, 1986-2002 (base 1992 = 100).....	66
Gráfico 2 : Participação dos migrantes na PIA e no setor formal para as RMs brasileiras - 2000.....	87
Gráfico 3 : Taxa de formalização da População em Idade Ativa total e migrante para as Regiões metropolitanas brasileiras - 2000.....	88
Gráfico 4 : Comparativo RAIS e Censo dos Trabalhadores do mercado formal nas RMs brasileiras em 2000.....	89
Gráfico 5 : Distribuição dos <i>imigrantes</i> e <i>não-migrantes</i> no setor formal por faixa etária – Brasil, 2003.....	107
Gráfico 6 : Distribuição dos <i>imigrantes</i> e <i>não-migrantes</i> no setor formal por setores econômicos – Brasil, 2003.	108
Gráfico 7 : Evolução da distribuição dos <i>imigrantes</i> e <i>não-migrantes</i> no setor formal por nível detalhado de escolaridade entre 1995 e 2003.	117
Conjunto de Gráficos 1: Distribuição da população migrante e não migrante no mercado formal por faixa etária nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras – 2000.....	92
Conjunto de Gráficos 2 : População migrante e não migrante no mercado formal por nível de escolaridade nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras - 2000	94
Conjunto de Gráficos 3 : População migrante e não migrante no mercado formal por setor econômico da atividade nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras - 2000.....	95
Conjunto de Gráficos 4 : Distribuição dos <i>não-migrantes</i> no setor formal por setores econômicos em 1995 e 2003.	111
FIGURA 1 : Sedes dos municípios brasileiros distribuídos por frações e níveis hierárquicos da Rede de Localidades Centrais (RLC) – 2000	55
FIGURA 2 : Comparativo entre a RAIS e o Censo dos dados da Unidade da Federação de origem dos imigrantes das Regiões Metropolitanas selecionadas no período 1995-2000 .. (fluxos acima de 1000 pessoas).....	97
FIGURA 3 : Total de trabalhadores Imigrantes e Emigrantes no mercado formal de trabalho das localidades da RLC – 1995-2003.....	104
FIGURA 4 : Participação dos trabalhadores <i>imigrantes</i> no total de empregados no setor formal em 2003 nas localidades da RLC.....	105
FIGURA 5 : Origem em 1995 e destino em 2003 dos migrantes que realizaram migração intersetorial da indústria para o terciário por localidades da RLC	114
FIGURA 6 : <i>Índice de Qualificação Educacional</i> de <i>imigrantes</i> no mercado formal das localidades da RLC – 2003.....	120
FIGURA 7 : Setor predominante entre os imigrantes com Ensino Superior completo ou incompleto nas localidades da RLC – 2003 (apenas localidades com 1.000 ou mais trabalhadores migrantes com este nível educacional)	124
FIGURA 8 : Participação no total de imigrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 por localidades da RLC – 2003	134

Lista de tabelas

TABELA 1 Grau de urbanização dos subespaços da RLC e Demais Localidades por regiões - 1991-2000.....	56
TABELA 2 Participação dos subespaços da RLC na população total, urbana e rural do Brasil - 1991-2000.....	57
TABELA 3 Situação ocupacional nos subespaços da RLC - 2000.....	59
TABELA 4 Participação dos subespaços da RLC no total da população ocupada - 2000..	60
TABELA 5 Distribuição do emprego setorial nos subespaços da RLC– Brasil - 2000.....	61
TABELA 6 Distribuição percentual do emprego por situação na ocupação nos subespaços da RLC – 2000.....	62
TABELA 7 Distribuição do emprego formal nos subespaços da RLC e Demais Localidades – Brasil, 1985-2002.....	68
TABELA 8 Distribuição do emprego formal por setores econômicos – Brasil, 1987-2002.....	70
TABELA 9 Distribuição do emprego por setores Econômicos nos subespaços da RLC e Demais Localidades – Brasil, 1990-2002.....	74
TABELA 10 Distribuição do emprego formal por tamanho dos estabelecimentos privados – Brasil, 1987-2002.....	76
TABELA 12 Participação dos imigrantes no setor mercado de trabalho formal na RAIS e no Censo Demográfico, 2000.....	90
TABELA 13 Distribuição dos trabalhadores <i>imigrantes e não-migrantes</i> no mercado formal por subespaços da RLC, 1995-2003.....	101
TABELA 14 Matriz de fluxos migratórios entre as frações da RLC, 1995-2003.....	102
TABELA 15 Matriz de fluxos migratórios entre os subespaços das frações da RLC de trabalhadores no mercado formal, 1995-2003.....	103
TABELA 16 Distribuição percentual dos <i>não-migrantes</i> no mercado formal das frações da RLC por setores econômicos – 2003.....	109
Tabela 17 Distribuição percentual dos <i>imigrantes</i> no mercado formal das frações da RLC por setores econômicos – 2003.....	109
TABELA 19 Participação relativa da migração intersetorial entre os trabalhadores migrantes e <i>não-migrantes</i> no mercado formal de trabalho da RLC – 2003.....	110
TABELA 20 Migração intersetorial para os <i>imigrantes e não-migrantes</i> no mercado formal de trabalho, ordenado pela participação do tipo de origem/destino no total da migração intersetorial dos <i>imigrantes</i> – Brasil, 1995-2003.....	112
Tabela 21 Migração intersetorial do setor industrial para o setor terciário dos migrantes no mercado formal de trabalho, segundo origem e destino nos subespaços da RLC – 1995-2003.....	113
TABELA 22 Distribuição por nível de escolaridade dos trabalhadores no mercado formal <i>não-migrantes e imigrantes</i> entre 1995 e 2003 e total em 2003.....	116
TABELA 23 Distribuição por nível de escolaridade dos trabalhadores no mercado formal <i>não-migrantes e imigrantes</i> entre 1995 e 2003 e por frações da RLC – 2003.....	118
TABELA 24 Índice de Qualificação Educacional do mercado formal e dos trabalhadores <i>não-migrantes e imigrantes</i> no mercado formal entre 1995 e 2003 por frações da RLC - 2003.....	119
TABELA 26 Distribuição percentual dos <i>imigrantes e não-migrantes</i> no mercado formal entre 1995 e 2003 e do total de trabalhadores do mercado formal em 2003 com nível superior de escolaridade por setores econômicos – 2003.....	122

TABELA 27. Comparação das Medidas de tendência central da remuneração dos trabalhadores migrantes e <i>não-migrantes</i> no mercado formal entre 1995 e 2003 – Brasil 1995 e 2003	127
TABELA 28. Participação no total de <i>não-migrantes</i> e <i>imigrantes</i> no mercado formal por nível de escolaridade dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 – Brasil.....	129
TABELA 29. Participação no total de <i>não-migrantes</i> e <i>imigrantes</i> no mercado formal por setor de atividade dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 – Brasil.....	130
TABELA 30. Participação no total do grupo de não-migrantes, emigrantes e imigrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração entre 1995 e 2003 por subespaços da RLC – 2003.....	132
TABELA 31. Participação no total do grupo de migrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração entre 1995 e 2003 segundo subespaços da RLC de origem e destino – 2003	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	13
<i>CAPÍTULO 1 - A DESIGUALDADE ESPACIAL COMO FUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO</i>	19
1.1 - A produção do espaço.....	19
1.2 – O desenvolvimento econômico no capitalismo e a produção de desigualdades espaciais	21
1.3 - As migrações como reflexo da produção de desigualdades espaciais	25
1.4 – Síntese Parcial	29
<i>CAPÍTULO 2 - ASPECTOS DO RECENTE DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO</i>	30
2.1 – O desenvolvimento regional na década de 1990.....	32
<i>CAPÍTULO 3 - DINÂMICA TERITORIAL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO AO FINAL DO SÉCULO XX: UMA VISÃO DO URBANO E DO REGIONAL</i>	39
3.1 – modernização e segmentação do mercado de trabalho no Brasil.....	39
3.1.1 – Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho no Brasil: marginalidade e funcionalidade	39
3.1.2 – Década de 1990: aumento da precariedade no mercado de trabalho.....	43
3.1.3 - Explicações e soluções para a crescente precariedade do mercado de trabalho brasileiro	45
3.1.4 - A questão da informalidade	47
3.1.5 – Considerações finais: a precariedade do mercado de trabalho é um fenômeno metropolitano? 51	
3.2 – Tendências territoriais recentes do mercado de trabalho brasileiro.....	54
3.2.1 - O recorte espacial adotado.....	54
3.2.2 - As tendências da urbanização e do crescimento demográfico vistas pela ótica da RLC	55
3.2.3 Inserção no mercado de trabalho.....	58
3.2.3.1 - Taxa de atividade e desemprego	58
3.2.3.2- Inserção no mercado de trabalho por setor de atividade	59
3.2.3.3- Tipo de inserção no mercado de trabalho	61
3.2.4 - A dinâmica do emprego formal no Brasil da década de 1990 e as tendências de reestruturação territorial	63
3.2.4.1 – A base de dados RAIS.....	63
3.3.4.2 - Evolução do emprego formal no Brasil	64
3.3.4.3 - Setores econômicos e emprego formal no Brasil contemporâneo.....	68
3.3.4.4 - Empregos por tamanho de estabelecimento	75
3.4 - Considerações sobre a dinâmica territorial do mercado de trabalho brasileiro	78
<i>CAPÍTULO 4.....</i>	80
<i>MIGRAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</i>	80
4.1 - Tendências recentes da dinâmica migratória no Brasil	80
4.1.1 - A Região Metropolitana de São Paulo.....	83
4.2 - Migrações no Brasil contemporâneo: uma análise comparativa entre RAIS e Censo Demográfico	84
4.2.1 - Aspectos metodológicos	85
4.2.2 – O tamanho do setor formal nas RMs.....	86

4.2.3 – Setor formal e migrantes no Censo e na Raismigra	88
4.2.4 – Características sócio-demográficas de migrantes e não migrantes no Censo e na Raismigra....	91
4.2.5 – Origem dos fluxos migratórios no Censo e na Raismigra.....	95
4.2.6 - Considerações sobre a análise comparativa.....	98
4.3 – A dinâmica sócio-espacial das migrações no mercado formal de trabalho entre 1995 e 2003 e as tendências da reestruturação territorial.....	99
4.3.1 - O conceito de migrante na Raismigra: delimitando o universo da pesquisa.....	99
4.3.2 - Dinâmica dos fluxos migratório na RLC	100
4.3.3 - A estrutura etária de migrantes e <i>não-migrantes</i>	106
4.3.4 - Inserção nos setores econômicos	107
3.4.1 – Migração intersetorial	109
4.3.5 - Grau de Instrução.....	115
4.3.5.1 –Trabalhadores com nível superior de escolaridade.....	120
4.3.6 – Análises sobre a remuneração de migrantes e não migrantes	124
4.3.6.1 - Aumento absoluto na remuneração entre 1995 e 2003	128
4.3.7 - Considerações sobre a migração de trabalhadores no mercado formal	134
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MOBILIDADE E SELETIVIDADE.....</i>	136
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	139
<i>ANEXO 1</i>	146

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A mobilidade populacional que caracteriza o Brasil demonstra que não é possível manter "ilhas" de prosperidade isoladas do resto do país. Os mais antigos exemplos seriam as megalópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Mais recentemente, em menor escala, mas em grande proporção, Petrolina, Joinville e Brasília comprovam o poder de atração exercido pelos pólos dinâmicos.

(Sergio Moreira, *Nem tudo é APL*, Revista Desafios do Desenvolvimento, Novembro de 2004)

Se os pólos resolvem o problema do emprego num primeiro momento, depois acabam provocando desemprego, diz Pochmann. Isso porque moradores de cidades vizinhas migram para as regiões onde estão os arranjos. "Com a oferta de trabalhadores maior do que a demanda, as pessoas acabam se sujeitando a empregos mais precários".

(Folha de São Paulo, *Pochmann vê 'empregos precários'*, São Paulo, 28 de novembro de 2004, p. B10)

Afirmações, como as citadas acima, são constantes na mídia ou mesmo na literatura acadêmica sobre os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro, chamam atenção por abordarem uma questão sempre presente no processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro: **as migrações internas**. A necessidade de lidar com a mobilidade da mão-de-obra se fez presente no desenvolvimento econômico capitalista nacional. O que há de novo nesta discussão no início do século XXI?

A década de 1970 foi marcada pela consolidação de uma grande concentração espacial das atividades econômicas mais dinâmicas em determinadas cidades e regiões, notadamente da indústria, consolidando uma pronunciada assimetria entre a distribuição da população, mais descentralizadas, e a distribuição das atividades econômicas urbanas, mais concentradas no sudeste. Às desigualdades eminentemente espaciais na dotação das regiões do território brasileiro de recursos se juntaram a grande concentração social das riquezas e fatores de produção, notadamente da terra.

Segundo Faria (1983, p. 140), essa assimetria, resultante do caráter heterogêneo e desequilibrado do processo brasileiro de desenvolvimento, está na raiz de certos aspectos da má qualidade da vida urbana no Brasil, como o subemprego e o emprego em setores de baixa produtividade. E é também um grande motivador dos fluxos migratórios provenientes das áreas menos desenvolvidas em direção às regiões mais dinâmicas.

Já que a prosperidade econômica foi seletiva em termos sociais e espaciais, a desigualdade surge como marca registrada do processo de modernização à brasileira, iniciado pela rápida urbanização e industrialização. E se reproduz na abertura indiscriminada do Brasil ao mundo globalizado, levando ao que foi denominado por Becker e Egler (1993) de “*modernização da pobreza*”, adjetivo que caracteriza bem o quadro macrosocial da década de 1990, marcado pelo fim do crescimento econômico acelerado e pelas mudanças no mundo do trabalho, marcado pela ampliação da terceirização da economia, pelo aumento da informalidade e do desemprego.

Acompanhando as tendências, que nos países centrais já se manifestavam a partir da década de 1960, na década de 1990, a economia brasileira passou por um significativo processo de reestruturação produtiva e abertura econômica. O que implicou em uma reorganização territorial das atividades econômicas, acentuando em determinados setores a tendência de desconcentração espacial da produção e incentivando a concentração dos ramos mais modernos.

Mediante tais tendências, como se comportou a dinâmica migratória na década de 1990 e início do século XXI? Seria possível afirmar que as migrações internas responderam a esta nova dinâmica consolidando novos desenhos para os fluxos migratórios?

Na segunda metade do século XX, principalmente, nos momentos de maior intensidade do processo de urbanização e industrialização, as áreas metropolitanas e as fronteiras agrícolas em expansão configuraram-se como espaços absorvedores do excedente demográfico de origem rural.

As atuais perspectivas para os espaços metropolitanos, tradicionais receptores de mão-de-obra migrante, são contraditórias: se por um lado existem os efeitos negativos das deseconomias de aglomeração, por outro, há também perspectivas positivas, na medida em que estes espaços se posicionam no processo de crescente internacionalização da economia nacional como elos de articulação entre as escalas nacional e internacional. No plano social, a segmentação do tecido sócio-espacial das metrópoles parece ser o resultado destes processos contraditórios, pois caminham juntas a deterioração das condições materiais de sobrevivência nas metrópoles, principalmente para os mais pobres, e a concentração nestes espaços das atividades modernas, tanto dos serviços como da indústria.

Assim a dinâmica recente do mercado de trabalho metropolitano, marcada pelo crescente desemprego e informalização, tem levado à diminuição da capacidade de

absorção e inserção econômica de migrantes. O que empurra este segmento populacional, principalmente, a parte menos qualificada, para as ocupações mais periféricas e precárias do mercado de trabalho.

Se as metrópoles estão em crise, como se comportam as áreas de fronteira agrícola?

Na década de 1980, o esforço de exportação desencadeado pela tentativa de superação da crise da dívida externa foi acompanhado por um processo de fechamento das fronteiras e de uma intensa modernização do campo, que se voltou cada vez mais para a produção de *commodities*. Tal processo de modernização, associado à histórica estrutura agrária marcada pela concentração de terras, contribuiu para uma maior seletividade da mão de obra absorvida pela agricultura. Um bom indicativo desta tendência foi o crescimento de 205% no número de empregos formais no setor agropecuário captado pela RAIS no período 1990-2002. O emprego formal como um todo cresceu apenas 24%. Entretanto, o bom desempenho do setor agrícola formal foi acompanhado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de uma redução de 15% do número total de postos de trabalho agrícolas¹, elevando a renda e a escolaridade do trabalhador agrícola².

A crescente dificuldade de absorção de mão-de-obra nos tradicionais espaços receptores de migrantes pode ser contraposta às possibilidades existentes nas territorialidades emergentes, que trazem mudanças qualitativas e quantitativas na mobilidade espacial da mão-de-obra.

Estas novas territorialidades surgem nos diversos níveis da rede urbana nacional: áreas metropolitanas fora do sudeste que passaram a receber grandes empreendimentos industriais; em função da difusão da infra-estrutura da urbanização pelo território e das novas facilidades das tecnologias de transporte e comunicação, cidades médias se tornaram capazes de abrigar empresas de grande e médio porte; mediante políticas de incentivos fiscais e subsídios por parte do poder público, pequenas cidades atraíram investimentos produtivos, como é o caso de diversos municípios da região Nordeste. Estas novas oportunidades não se reduziram aos processos ligados diretamente à esfera da produção.

A consolidação da urbanização do território nacional abriu e ampliou mercados para produtos e serviços passíveis de serem explorados em diversas localidades fora das grandes concentrações urbanas. A própria modernização da sociedade cria e difunde novos

¹ Segundo dados de Kupfer e Freitas (2004) somente as mudanças tecnológicas foram responsáveis pela eliminação de 8.983.273 postos de trabalho na agropecuária entre 1990 e 2001.

hábitos passíveis de serem explorados como fonte geradora de renda e emprego, como por exemplo, a expansão das atividades ligadas ao lazer e ao turismo.

Assim, o processo de modernização da estrutura social e produtiva atinge não somente os espaços metropolitanos, mas o conjunto das localidades brasileiras. Portanto,

...os processos de reestruturação econômico-espacial associam-se de perto ao processo de desconcentração demográfica das últimas décadas, tendo nas migrações internas seu principal vetor sinalizador de tendências. A reconfiguração da rede urbana brasileira é um resultado que se desenha, mediante o aprofundamento da integração/interação entre grandes espaços regionais, onde a população economicamente ativa se redistribui contribuindo para a dinamização de mercados de trabalho sub-regionais (MATOS, 2003, p. 1).

Mediante tal contexto, como pensar as migrações frente aos desígnios da nova lógica de produção do território na economia globalizada?

Apesar de ser uma relação causal aparentemente óbvia – modificação na estrutura econômica induzindo reestruturações no processo migratório –, em face da ausência de estudos mais detalhados que relacione e investigue estas mudanças estruturais, fica evidente a necessidade de se conciliar o estudo das migrações com lógica da reestruturação territorial. O que pode ser um caminho metodológico com amplas possibilidades de contribuir para o esclarecimento da atual dinâmica sócio-espacial inerente à formação social e territorial do Brasil contemporâneo.

Frente a este quadro, as pesquisas acadêmicas sobre as novas territorialidades e sua articulação com a mobilidade da população no espaço se vêem diante de um dilema: a falta ou escassez de fontes de dados sobre o tema que permitam acompanhar as tendências recentes.

A fonte de dados mais completa sobre o assunto é o Censo Demográfico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entretanto, face à velocidade das transformações no panorama migratório, faz-se necessário recorrer a outras fontes de dados que permitam visualizar tendências no intervalo intercensitário, que é decenal. É esta necessidade, uma das bases do desenvolvimento deste trabalho, que propõe uma investigação de alguns aspectos desta reestruturação territorial em curso a partir do uso de uma base de dados alternativa: a Raismigra, que possibilita, ano a ano, a investigação da mobilidade geográfica de trabalhadores no mercado formal.

² Sobre a melhoria das condições de empregabilidade no setor agrícola veja o trabalho de Barros, Carvalho e Franco (2004).

Assim, se pretende **investigar a relação existente entre a geração de empregos formais e a dinâmica das migrações no mercado formal de trabalho no período de 1995 a 2003.**

Como objetivos específicos destacam-se:

- investigar o dinamismo econômico dos municípios brasileiros a partir da dinâmica de geração de empregos no mercado formal de trabalho na década de 1990 através dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais);
- analisar os aspectos gerais da mobilidade da força de trabalho no Brasil entre 1995 e 2003 através dos dados da Raismigra;
- verificar a existências de possíveis assimetrias, entre as regiões e os níveis da hierarquia urbana nacionais, na relação entre geração de empregos formais e o processo de inclusão de populações migrantes no mercado de trabalho;
- contribuir para o debate acadêmico sobre os processos de desconcentração e/ou reconcentração das atividades produtivas.

Para dar conta de tal tarefa, torna-se necessário enfrentar alguns desafios metodológicos, dentre os quais, dois merecem destaque: a utilização de uma fonte de dados pouco explorada nos estudos sobre a mobilidade da força de trabalho, a Raismigra. O uso de um recorte espacial alternativo, a *Rede de Localidades Centrais* (RLC), desenvolvida através das pesquisas do LESTE - Laboratório de Estudos Territoriais - coordenadas pelo professor Ralfo Matos neste Instituto.

A metodologia adotada baseia-se na revisão bibliográfica e na análise de dados sobre o mercado de trabalho e a migração de trabalhadores no mercado formal.

A revisão bibliográfica está estruturada em três partes. A primeira, essencialmente teórica, procura explicitar e qualificar vários pressupostos assumidos ao longo da investigação empírica, buscando qualificar o espaço como resultado de uma produção deliberada, e a partir desta perspectiva pensar num processo de produção desigual do espaço, como chave para interpretação dos fundamentos do processo migratório.

A segunda parte procura destacar o cenário recente do desenvolvimento regional no Brasil, resgatando os debates e controvérsias teóricas sobre as novas dinâmicas espaciais da economia brasileira a partir da segunda metade do século XX.

Por fim a terceira parte procura destacar a atual dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, apresentando as interpretações sobre as diversas mudanças verificadas,

permitindo traçar uma linha de raciocínio que servirá de embasamento na interpretação dos dados da pesquisa.

Utiliza-se de dados secundários, extraídos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, da RAIS e da Raismigra. Os microdados dos Censos são trabalhados no Software SPSS, a partir do qual são geradas as tabulações. A RAIS possui programas próprios, o SGT. Este programa foi desenvolvido para permitir o tratamento estatístico dos dados da RAIS e é disponibilizado em duas versões: Micro, utilizado no trabalho com a base de dados em CD-ROM, e Internet, para extração de dados da base on-line. Neste trabalho foi utilizada principalmente a base de dados na versão Micro, disponibilizada ao LESTE pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego - via PDET - Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - financiado com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. A base de dados Raismigra DVD-ROM é um subproduto da RAIS e segue o mesmo padrão em termos de organização e acesso aos dados. A base foi composta mediante solicitação do LESTE ao Ministério do Trabalho e disponibiliza as séries anuais da RAIS de 1995 e 2003. Os dados da Raismigra foram selecionados no SGT Micro e exportados como microdados para o software SPSS, no qual foram realizadas as tabulações. Tal exportação tornou-se necessária em função das limitações em termos de tabulações e cruzamento de dados existente no SGT. No processo de exportação foram criados arquivos contendo as variáveis específicas de cada análise e no SPSS foram feitos cruzamentos de variáveis para criação de subcategorias, como a delimitação dos trabalhadores migrantes e não migrantes.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro, “*A desigualdade espacial como fundamento da investigação*”, apresenta o marco teórico que fundamenta o estudo, a partir do qual é possível entender a migração e as características do mercado de trabalho como resultante de um processo social de produção do espaço. O segundo, “*Aspectos do recente desenvolvimento Regional Brasileiro*”, sintetiza as discussões sobre a dinâmica das estruturas regionais do Brasil no período recente. No terceiro capítulo, “*Dinâmica territorial do mercado de trabalho brasileiro ao final do século XX: uma visão do urbano e do regional*”, são apresentadas as principais características do mercado de trabalho brasileiro no período recente, além uma breve análise da dinâmica espacial do mercado de trabalho formal entre 1990 e 2002. “*Migração e novas territorialidades*” é o título do quarto e último capítulo, que apresenta uma discussão sobre a dinâmica migratória brasileira no período recente e dados sobre a mobilidade espacial de trabalhadores no mercado formal.

CAPÍTULO 1 - A DESIGUALDADE ESPACIAL COMO FUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretende-se mostrar a viabilidade teórica do entendimento da migração como resultante do processo de produção desigual do espaço geográfico, entendendo esta produção como um dos principais condicionantes da dinâmica territorial da migração.

1.1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Compreender o social a partir da perspectiva da lógica de produção do espaço é um pré-requisito fundamental quando o interesse da análise são as transformações em curso no território nacional. Neste tema a obra de H. Lefebvre é um ponto de partida interessante. Uma questão central para o desenvolvimento do pensamento lefebvriano sobre o espaço foram as novas formas que a espacialidade do urbano vinha assumindo na França da década de 1960³. Suas indagações levaram-no a propor o trabalho com as questões sociais a partir da perspectiva do conceito de *produção capitalista do espaço*.

O questionamento de Lefebvre aponta para as limitações das abordagens teóricas, que não são capazes de dar conta das condições mutantes da espacialidade capitalista do século XX, período no qual o espaço passa a ser reconhecido como uma verdadeira força de produção. Portanto, a organização espacial representaria a hierarquia de poder, sendo sua produção antes de tudo um instrumento político de controle social pelo Estado, que o usa para promover seus interesses (GOTTDIENER, 1997, p. 128). É por isso que a questão espacial adquire centralidade nas estratégias postas a funcionar pelo capitalismo para se reproduzir, ao fazer reproduzir suas relações de produção (CUNHA et alli, 2003, p. 85).

Esta construção teórica do conceito de espaço permite uma compreensão mais elaborada dos fenômenos sociais. Mas para que se estabeleça esta análise dialética do

³ Na transposição de teorias elaboradas via reflexão sobre o espaço urbano para o espaço regional faz-se necessário uma discussão sobre a questão da escala. Mesmo reconhecendo a universalidade presente no recorte espacial do urbano, e que as indagações teóricas, como as de Lefebvre, têm a pretensão de abarcar a sociedade como um todo, em suas múltiplas dimensões e escala. Ainda assim seria necessária uma reflexão sobre a pertinência de tal transposição, que permitiria ter clareza dos limites à capacidade interpretativa dessas teorias quando aplicadas a outras escalas. Como alerta Racine, Raffestim e Ruffy (1983), a escolha de uma escala para análise funciona como um “filtro que empobrece a realidade mas que preserva aquilo que é pertinente, em relação a determinada intenção”, condicionando “a natureza das observações quanto a imagem que deles se terá, quer ao nível descritivo, quer ao nível explicativo” (p. 124-25).

social e do espaço, é necessário diferenciar o espaço *per se* (contextual) e a espacialidade de base social (fruto da organização e da produção sociais). Para Soja (1993), é necessário refutar as abordagens, até mesmo filosóficas, que têm o espaço como um dado físico, como “continente” ambiental da vida humana. Para o autor esta visão fisicalista impregnou de tal forma a análise da espacialidade humana que o termo espacial “evoca, tipicamente, uma imagem física ou geométrica, algo externo ao contexto social e à ação social, uma parte do ‘meio ambiente’, parte do cenário da sociedade – seu continente ingenuamente dado –, e não uma estrutura formadora criada pela sociedade” (p. 101). De encontro a esta visão, o *espaço socialmente produzido* é resultado da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, é “a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado” (p. 102). Na perspectiva de Soja, é o espaço, e não mais a história, que esconde, ou revela, a organização atual da sociedade.

Entretanto,

(...) a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tão pouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais. (SOJA, 1993, p. 99).

Como defende Milton Santos (1981), no entendimento das mudanças sociais a partir das transformações na relação sociedade-espaço,

(...) o espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS, 1981, p. 15).

Esta concepção dialética, entre forma e conteúdo, fica mais evidente na discussão de Milton Santos (1978) sobre a persistência das formas espaciais, suscitadas pelas estruturas sociais anteriores, as quais ele denomina de *rugosidades*.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. (...) O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. (...) Assim, quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo

lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se (SANTOS, 1978, p. 138-139)⁴.

Portanto, reconhecer a sociedade enquanto produtora de espaços é essencial, pois, “o que chamamos de sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos” (SANTOS, 2004, p. 95). Pois “os homens estão necessariamente no espaço, conectados física e mentalmente a um espaço social concreto” (SOUZA, 1981, p. 25), mas não são plenamente parte deste espaço, pois são também atores que se apropriam e “transformam o espaço em território” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

1.2 – O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES ESPACIAIS

A economia capitalista tende a criar e recriar constantemente, além das desigualdades sociais, as desigualdades espaciais. Esta é a constatação de trabalhos pioneiros na análise do desenvolvimento regional desigual da economia nacional. Ao dar ênfase às variações espaciais do desenvolvimento econômico capitalista, fica difícil explicar o processo de desenvolvimento econômico em termos dos modelos neoclássicos de relações econômicas inter-regionais, baseados no conceito de *equilíbrio estático*. Pois estes, a partir do pré-suposto da mobilidade relativamente livre dos fatores de produção, postulam que o movimento dos fatores tenderia a causar uma uniformização da renda entre as regiões, sendo temporárias, portanto, as diferenças de renda entre as regiões.

Na interpretação de Myrdal (1957), a idéia do equilíbrio estável é uma “falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança do sistema social”. Para o autor, muito pelo contrário, em geral não se verifica essa tendência a auto-estabilização automática, pois “uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original”. É graças a essa *causação circular* que o processo social tende tornar-se cumulativo. Portanto, haveria uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento, e estes seriam

⁴ Neste sentido, David Harvey aponta que “a paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à derrubada das ‘barreiras espaciais’” (Harvey, 2005, p. 53)

explicativos não apenas da heterogeneidade observada no desenvolvimento de países mas também das desigualdades regionais dentro de um país. (MYRDAL, 1957, p. 33-34).

A abordagem de Myrdal foi importante para o rompimento com o imaginário liberal do "*crescimento equilibrado*", ao defender que "o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais".

Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar uma remuneração bem maior que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado. (MYRDAL, 1957, p. 51).

Na formulação myrdaliana o sistema capitalista caminha no sentido da desigualdade, na medida em que regiões mais avançadas tenderão a receber mais investimentos, tornando-se mais adiantadas, enquanto por outro lado a falta de rentabilidade das regiões mais pobres as tornariam menos aptas a receber investimentos (AZZONI, 1986, p 16). Após um "fato histórico fortuito" ter desencadeado um processo de desenvolvimento de um centro econômico, daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificam e mantêm o crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou regressão relativa torna-se a norma" (MYRDAL, 1957, p.52).

O mecanismo da *causação circular cumulativa* no desenvolvimento econômico regional se estabelece via movimentos de mão-de-obra, capital e bens de consumo. Esta mobilidade de fatores criaria "efeitos regressivos" (*backwash effects*) que drenam os recursos da hinterlândia em benefício das áreas centrais. Esses fluxos funcionam como efeito "ressaca" nas outras regiões do país, já que defrontados com rendimentos maiores que podem ser obtidos nas regiões em crescimento, **as demais regiões tendem a perder não só seus trabalhadores qualificados e empreendedores**, como também grande parte do seu capital gerado localmente. Ao mesmo tempo, as mercadorias e os serviços originados nas regiões em expansão inundam os mercados das outras pondo fora de combate as poucas indústrias locais que já possam se ter desenvolvido lá. Outros fatores não econômicos contribuem para reforçar o padrão divergente do desenvolvimento espacial, como o fornecimento de serviços de saúde e educação mais precários nas regiões estagnadas, comparadas com as de expansão, e a própria infra-estrutura de transporte, que

tende a ser construída de forma a atender a demanda da região em expansão (MYRDAL, 1957, p. 53-56).

Entretanto, existiriam também certos efeitos centrífugos de difusão do impulso inicial expansivo dos centros de crescimento econômico para outras regiões. Estes movimentos, denominados de “efeitos propulsores” (*spread effects*) tenderiam a contrabalançar os anteriores, através do intercâmbio inter-regional que permitiria o espraiamento do desenvolvimento para algumas regiões exteriores à área concentrada. Através do estímulo à demanda por produtos agrícolas ou minerais em outras regiões, a expansão das áreas de crescimento pode provocar o incremento econômico em outras áreas, se o movimento expansionista for bastante forte para superar os efeitos regressivos seria possível o desenvolvimento de centros econômicos auto-suficientes nas regiões periféricas (MYRDAL, 1957, p. 58-59).

Mas Myrdal é pessimista em relação aos resultados destes dois movimentos, pois, na sua avaliação, quase sempre os efeitos de concentração prevalecem sobre os de dispersão, tornando a desigualdade inevitável. Soma-se a isso ao fato de que os efeitos de difusão são mais fortes nas economias que já alcançaram um nível razoável de desenvolvimento econômico. Quanto mais alto o nível do desenvolvimento que um país alcançar, tanto mais fortes tenderão a ser os *efeitos propulsores*, já que o desenvolvimento econômico é acompanhado de transportes e comunicações melhorados, níveis mais altos de educação e uma comunhão mais dinâmica de idéias e valores, fatores estes que tendem a incentivar as forças favoráveis a difusão centrífuga da expansão econômica ou remover os obstáculos ao seu funcionamento. A conclusão do autor é que “há uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais e que essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país”, estas seriam as duas leis mais importantes do subdesenvolvimento econômico no regime de *laissez-faire* (MYRDAL, 1957, p. 62-64)⁵.

⁵ Hirschman (1958) desenvolveu um modelo de desenvolvimento desigual muito semelhante ao de Myrdal, no qual o papel chave no crescimento econômico diferenciado é atribuído à interação espacial entre as regiões em crescimento e atrasadas, sob a forma de *fluência e polarização*. Hirschman parte de uma visão otimista sobre as possibilidades do desenvolvimento econômico, que somente seria difícil de se visualizar em razão de uma série de *círculos viciosos* entrelaçados. Usando os conceitos de efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*), Hirschman defende que o processo de crescimento se daria sempre de maneira *desequilibrada*, pois para se conseguir níveis mais elevados de renda, necessitaria desenvolver internamente, e primeiramente, um ou vários centros regionais economicamente fortes, “o que significa que as desigualdades inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante ao próprio processo de crescimento” (p. 36). Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que o progresso ocorrido em um ponto provocaria pressões, tensões e coerções ao crescimento de outros pontos, abrindo possibilidade de uma possível convergência no desenvolvimento regional.

A grande contribuição da vertente crítica da teoria do desenvolvimento regional foi ter mostrado que o livre funcionamento do mercado apenas piora o quadro das disparidades regionais. Ou seja, um resultado exatamente oposto ao do modelo neoclássico.

Estas noções acerca do desenvolvimento do capitalismo no espaço nacional, apesar de originalmente não serem de filiação teórica marxista, coadunam-se, em boa medida, com abordagem da geografia marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo.

A base para o entendimento do processo de desenvolvimento espacialmente desigual do capitalismo esta presente nas formulações teóricas iniciais de K. Marx sobre a realização da acumulação de capital no processo de circulação do capital, principalmente nos *Grundrisse*. O desenvolvimento posterior da abordagem espacial marxiana, inicialmente feita pela *teoria do imperialismo* (Bukharin, Lênin, Rosa Luxemburgo e Trótski) e pelos estudos de Ernest Mandel sobre as desigualdades regionais no *Capitalismo Tardio*, define a espacialidade capitalista como sempre *geograficamente desigual*. No sentido de que os elementos particulares que a compõe nunca são, pelo menos ao combinar-se, distribuídos uniformemente sobre o espaço geográfico. Sendo que a produção do espaço seria um contínuo processo de diferenciação/equalização, pois, se por um lado produz desigualdades geográficas (na combinação espacial de elementos como produtividade, lucros, salários, transformação das relações não capitalista, etc.), simultaneamente tende a homogeneizar as relações de produção. Assim, a estruturação desigual de espaços hierarquizados entre centros dominantes e periferias dependentes seria a manifestação concreta da expansão do desenvolvimento capitalista no espaço geográfico (SOJA, 1983; SANTOS, 1979).

Portanto, o resultado do desenvolvimento do capitalismo sobre o território nacional seria a formação de estruturas espaciais concentradas. Estas se formariam, a princípio, em função da dotação da região por: recursos naturais e populacionais, cidades enquanto propiciadora das economias de aglomeração, capacidade empresarial, sistema de comunicação ou de mercados de capitais, presença de serviços públicos e capacidade de interferir na ação do Estado (MATOS, 1995a, p. 35-38). Sintetizando, “o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (Perroux, 1955, p. 146).

1.3 - AS MIGRAÇÕES COMO REFLEXO DA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES ESPACIAIS

A migração é o componente da dinâmica demográfica mais afeto à questão da produção do espaço e suas desigualdades, pois se introduz, enquanto processo social, na dimensão espacial.

É possível encontrar essa perspectiva numa das mais antigas formulações teóricas sobre migrações em contexto de transformações da base produtiva de uma sociedade urbana-industrial: o trabalho de Ravenstein, que analisou os movimentos migratórios no Reino Unido com base nos dados do censo realizado em 1881. Seu estudo tornou-se clássico por ser o primeiro a tentar entender a dinâmica desse movimento, tido, até então, como sem leis, o que o levou a intitular seu artigo de *As leis da migração*⁶.

Entretanto, apesar das características do processo se manifestarem de forma bastante parecida em realidades distintas, *a priori*, pode se destacar que há pouco consenso nas abordagens teóricas sobre o tema das migrações internas, sendo múltiplas suas definições e teorias explicativas. Ao que parece, como salienta Salim (1992), só há consenso na definição de que os fluxos migratórios originam-se do desequilíbrio espacial de natureza econômica.

A teoria *micro-econômica neoclássica* entende a migração como uma escolha racional dos indivíduos baseado no custo-benefício, calculados a partir das expectativas de retornos positivos, normalmente monetário, no movimento. Para Lee (1980, p. 11),

(...) em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las. (...) Alguns fatores afetam a maioria das pessoas praticamente da mesma maneira, enquanto outros afetam pessoas distintas de maneiras deferentes. (LEE, 1980, P. 111).

Na perspectiva de Lee (1980), a migração seria um processo seletivo “em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos”. Mesmo que a “seleção no local de origem seja negativa ou aleatória, os obstáculos intervenientes servem para peneirar alguns dos débeis e incapazes”. (LEE, 1980, P. 111-112).

Numa abordagem econômica da migração, sempre no plano do indivíduo e tendo como pressuposto a situação de livre mercado, Sjaastad (1980) considera a migração como

⁶ Após concluir seus estudos sobre os fluxos migratórios Ravenstein (1980, p 64-65) esboçou as seguintes leis da migração: grande parte dos imigrantes deslocam-se a curta distância; a migração se dá por etapas; cada corrente migratória produz uma corrente inversa compensatória; as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais e industriais; existe uma maior mobilidade dos migrantes originários de áreas rurais e as mulheres migram mais que os homens.

um fator de alocação de recursos, “tratando-a como meio eficiente para promover tal alocação e como atividade que apresenta requerimento de recursos”. Em seu modelo o movimento migratório é visto não apenas como resultante dos diferenciais de rendas existentes, mas também como função do retorno esperado, sendo, portanto, um “investimento que incrementa a produtividade do recurso humano”. Em um contexto de economia competitiva, onde os salários sejam livremente determinados e não existam barreiras ao livre movimento do trabalho, a decisão de migrar resulta de uma análise racional por parte do indivíduo entre os custos privados da migração, monetários e não monetários, incluindo-se neste último o “custo psicológico”, e os retornos, monetários e não monetários. (SJAASTAD, 1980, p. 121-126).

Entretanto a formulação teórica de Sjaastad desconsidera problemas existentes nas áreas urbanas de imigração, como o desemprego. Este faz com que uma parcela da força de trabalho não seja absorvida pelo chamado setor moderno da economia, problema que se agrava nos países subdesenvolvidos. Procurando superar esta limitação, Todaro (1980) formulou um modelo econômico da migração considerando os diferenciais de renda nas áreas de origem e destino e o nível de desemprego, apontando para a importância de considerar o maior desenvolvimento relativo e a convergência entre as rendas *per capita*. Na decisão de migrar, do ponto de vista econômico, o migrante deve considerar não apenas o diferencial de renda, mas o diferencial do valor esperado da renda. Nesse sentido, o indivíduo tem como objetivo maximizar uma função de utilidade esperada intertemporal em um contexto de risco. Dessa forma, o diferencial a ser considerado entre as unidades geográficas deveria ser a expectativa do valor presente da renda, ou seja, a renda ponderada pelo risco. Este último, por exemplo, poderia ser dado pela taxa de desemprego: quanto menor (maior) esta, maior (menor) deveria ser a probabilidade de encontrar emprego.

Portanto, a teoria neoclássica busca explicar os fluxos migratórios como resultado dos diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões, que resultam em diferenciais no suprimento e demanda por força de trabalho. Nas regiões subdesenvolvidas um excedente de mão de obra faz com que os salários sejam mais baixos, por outro lado nas regiões desenvolvidas o alto nível de desenvolvimento implica na escassez relativa de mão-de-obra, e conseqüentemente no aumento dos salários de mercado. A migração surge então como um mecanismo de equilíbrio, fazendo decrescer os salários nas regiões desenvolvidas e aumentar os salários nas regiões subdesenvolvidas. Entretanto, o fluxo de pessoas das áreas mais pobres para as mais ricas é acompanhado de fluxos de

investimentos em busca de maiores retornos no sentido oposto. Este movimento de capital também inclui *capital humano*, impulsionando a migração de trabalhadores altamente qualificados para onde a escassez de trabalhadores altamente qualificados implica altas taxas de retorno para o capital humano. (MASSEY et al., 1993).

Apartir de apontar para aspectos importantes da dinâmica migratória, a abordagem feita pela teoria neo-clássica, limitada pelos modelos de equilíbrio geral e centrada na ótica da ação do indivíduo racional, não é capaz de explicar os fundamentos estruturais dos processos sociais e econômicos determinantes dos movimentos migratórios.

Uma alternativa à teoria neoclássica é a abordagem histórico-estruturalista. Esta abordagem teve sua origem influenciada pelos trabalhos que buscavam entender as migrações internas ocorridas em países subdesenvolvidos da América Latina e da África, na segunda metade do século XX, marcada pela intensificação da industrialização de inúmeros países, resultando em grandes fluxos migratórios, de origem rural, em direção às cidades industriais. Para entender tal contexto as teorias neoclássicas até então vigentes mostravam-se insuficientes, o que motivou a elaboração de estruturas teóricas mais amplas e melhor adaptadas à realidade do mundo subdesenvolvido, como a “teoria da dependência” e a teoria do “centro-periferia”.

Partia-se do princípio que as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas. Portanto, seria necessário encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório, pois as migrações internas “não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas”(SINGER, 1975, p 31-33).

Na visão crítica as desigualdades regionais também são tidas como o motor principal das migrações, pois, enquanto determinadas áreas são favorecidas pelo progresso, outras sofrem um processo de empobrecimento. As migrações em direção às áreas urbanas, característica marcante do processo de desenvolvimento latino-americano, são definidas como fruto dos fatores de expulsão presentes nas áreas rurais. Segundo Singer (1975, p. 38), estes fatores seriam de duas ordens: i) fatores de **mudança**, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e conseqüente redução do nível de emprego; ii) fatores de **estagnação**, que se manifestam sobre a forma de uma crescente

pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela sua insuficiência física de terras aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

Os fatores de expulsão seriam definidores das áreas de origem dos fluxos migratórios, mas os fatores de atração determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Sendo a demanda por força de trabalho o fator de atração mais importante, pois gera as denominadas “*oportunidades econômicas*”.

A abordagem histórico-estrutural destacou a importância das mudanças na estrutura macroeconômica na determinação das correntes migratórias. A mobilidade é interpretada como fundamental ao processo de acumulação do capital, “sem a qual não haveria uso capitalista da força-de-trabalho” (GAUDEMAR, 1977), e está submetida aos interesses de reprodução e acumulação de capital. Portanto, dá-se ênfase a uma determinação geral que é o processo de reprodução ampliada do capital, e deixa-se em segundo plano fatores centrados nas características do indivíduo envolvidos no processo migratório, pois estes levariam a interpretações psicológicas do ato migratório e ocultariam a determinação socioeconômica⁷. Procura-se enfatizar a reconstrução do quadro histórico no qual ocorrem os movimentos migratórios, destacando a importância e a necessidade de compreensão dos aspectos estruturais deste processo. Isto é, relacionando-o a outros tais como a estrutura produtiva, a articulação entre distintos modos de produção, a penetração do capitalismo, a conformação das classes sociais, a estrutura de dominação, as formas de intervenção do Estado, etc. (RACZYNSK, 1983). É com base “no exame da própria dinâmica sócio-espacial que as migrações são interpretadas como um processo inerente, em termos amplos e estruturais, à própria realidade global que constitui o processo de produção e reprodução do espaço” (HISSA, 1993, p. 7).

Apesar dos avanços, a abordagem histórico estrutural também está sujeita a críticas. Entre as principais, está a dificuldade generalizada em superar o reducionismo econômico muito presente em suas análises. Como o processo de acumulação do capital determina tudo⁸, corre-se o risco de tornar mecânico o que deveria ser dialético, ou seja, as mediações

⁷ “Nesta concepção o migrante é visto como todos aqueles indivíduos que seguem o movimento do capital sob a condição de força de trabalho assalariada, ou potencialmente assalariada. (...) [Neste sentido] a primeira mola propulsora destes deslocamentos seria a socioeconômica, determinada pelo processo de acumulação do capital; somente num segundo momento poderia se falar nas condições subjetivas das migrações e nas características dos migrantes” (BECKER, 1997, p. 342-343).

⁸ “Uma verdadeira teoria da população, a partir de Marx, toma o movimento de acumulação de capital como determinante; o processo de subordinação ao capital molda os comportamentos até o nível de cada indivíduo, (...) a divisão social do trabalho, ou da mercantilização geral das condições de vida, terminam por subjetivar-

possíveis entre a infra e a super-estrutura. Assim, os fluxos se sobrepõem ao indivíduo⁹, condicionam a racionalidade de sua decisão de migrar e com isso não se preocupa em entender melhor a natureza da interação da migração com outros processos, tais como sistemas urbanos, organizações corporativas, redes sociais, disponibilidade de terras e políticas tópicas. Além disso, verifica-se uma fraqueza empírica das argumentações e conclusões e pouca exploração das variáveis demográficas (SALIM, 1992, p. 132-133).

"se as abordagens de inspirações neoclássicas tendem a privilegiar em suas investigações o exame das motivações que levam as pessoas a migrarem, a abordagem estrutural enfatiza como fatores explicativos os determinantes estruturais, os indivíduos ou grupo sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e o script está inscrito na estrutura, em primeiro lugar". (VAINER, 1996, p. 7).

Portanto, a teoria da migração, principalmente em sua vertente histórico-estruturalista, aponta para a necessidade de conciliar o estudo das migrações com a lógica da reestruturação territorial, buscando superar o reducionismo econômico e utilizando-se os instrumentos de análise empírica disponíveis. É a partir desta perspectiva que a migração torna-se um fenômeno esclarecedor da atual dinâmica socioeconômica do país, pois é entendida como resultante da produção desigual de oportunidades no território nacional no processo de desenvolvimento espacial do capitalismo.

1.4 – SÍNTESE PARCIAL

Delimitou-se nesse capítulo um arcabouço teórico para interpretação da migração em contexto de mudanças nas estruturas territoriais. A literatura aqui apresentada permite inserir o fenômeno migratório no contexto de produção social do espaço, e, portanto, condicionada por esse processo geral. Como preconizado pelas teorias do desenvolvimento econômico, principalmente em sua vertente crítica, essa produção se dá dentro de um processo de desenvolvimento capitalista gerador de desigualdades espaciais, que distribui desigualmente os recursos necessários ao desenvolvimento econômico. Esse é o ponto de partida para entendimento das migrações, que são interpretadas como uma manifestação territorial dessa produção desigual do espaço. Portanto, são nas características do processo de desenvolvimento econômico que devem ser buscadas as interpretações da dinâmica migratória.

se, não só em grandes agrupamentos sociais, como vão projetar-se nas estratégias das pessoas". (OLIVEIRA, 1985, p.10-15).

⁹ Como fica evidente nesta passagem de Gaudemar (1977): "Como a mobilidade do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada."

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS DO RECENTE DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO

A década de 1930 marcou o deslocamento do foco dinâmico da economia do setor agroexportador para o urbano-industrial. Em tal contexto, a existência de fatores como a disponibilidade de capital e as vantagens comparativas já existentes para o eixo Rio-São Paulo, em termos de tamanho do mercado local, acesso a mão-de-obra, bem como suas inter-relações com o interior e outros mercados regionais, ampliaram a capacidade desta região de aproveitar-se da nova situação (MARTINE; DINIZ, 1994, p. 123).

É a partir deste marco temporal que se verifica uma profunda mudança na composição setorial da indústria brasileira, acelerando-se a produção de bens intermediários, equipamentos e bens de consumo duráveis. Essa nova industrialização tendeu a se concentrar no eixo Rio-São Paulo, beneficiando-se da sólida infra-estrutura ali existente, da facilidade de importação, das economias de aglomeração e do benefício do gasto público, consolidando a ascendência nacional do centro-sul. Num primeiro momento, da crise de 1929 até próximo a 1950, verifica-se um período de introversão da industrialização no pólo, o que gera oportunidades da reprodução do processo de *substituição de importações* também na periferia. Superado este momento, com a extroversão da economia central, as indústrias periféricas começaram a enfrentar a concorrência do centro, facilitada pela melhoria do sistema de transporte a partir dos anos de 1950. O resultado da abertura do território para a concorrência seria a restrição das indústrias regionais aos setores tradicionais, que operavam com base em processos técnicos mais modestos, ou sua especialização no atendimento de estratos superiores do mercado de produtos leves (CASTRO, 1975).

Certas demandas da indústria central criaram novos vínculos entre o centro e a periferia, impulsionando a integração do espaço econômico nacional. A medida que se avançava a industrialização, baseada na indústria leve substituidora de importações, impunha-se a conveniência da criação de indústrias metalúrgicas, cimenteiras, mecânicas e químicas. Até a crise dos anos de 1930 essa necessidade era superada pelas importações, entretanto a conjuntura internacional desfavorável favoreceu ao suprimento desta demanda pelo mercado interno. Ao voltar-se para o mercado e recursos naturais internos a

industrialização redefine a geografia do país, já que as novas áreas que se articulavam ao centro desvinculavam-se do contexto regional. Mas para isso foi necessário superar a precariedade da infra-estrutura básica (transporte e energia), mediante ação do Estado, que promoveu a disseminação seletiva dos investimentos em infra-estrutura e indústria básica numa parcela maior do território nacional, com destaque para a região metalúrgica mineira. O resultado desse processo foi a descentralização dos elos primários das cadeias produtivas da indústria central (CASTRO, 1975).

Portanto, esta integração e expansão do mercado do sudeste sobre as demais regiões, por ter a vantagem de uma maior produtividade da mão-de-obra, teve como consequência o acirramento da concorrência e a debilitação do crescimento industrial de áreas periféricas (LOPES, 1973, p. 132).

Evidências empíricas apontam que a partir de 1970 começava a se observar no Brasil um melhor desempenho das áreas periféricas, resultado de uma série de fatores, como: expansão da fronteira agrícola, efeitos das políticas de desenvolvimento regional e o maior uso da base periférica de recursos naturais. Outro importante vetor de desconcentração se deu em direção ao interior do próprio estado de São Paulo, resultado, principalmente, das políticas de descentralização do governo paulista, ancoradas por obras de infra-estrutura. Além desses fatores, o peso crescente dos custos da concentração na Região Metropolitana de São Paulo, traduzíveis nas chamadas deseconomias de aglomeração, levou muitas indústrias a optarem por instalar novas plantas fora do aglomerado metropolitano (CANO, 1997, p. 107-116).

Entretanto, não obstante a desconcentração industrial, o estado de São Paulo continuou liderando o processo de acumulação de capital no âmbito nacional, graças à relativa complementariedade da estrutura industrial montada na periferia nacional, que tornou a expansão industrial do restante do território solidária ao pólo (DINIZ; SANTOS, 1995).

Mas qual o alcance deste processo de desconcentração? Para W. Cano (1997) a desconcentração perdurou apenas até metade da década de 1980, pois entre 1985 e 1995 esta já não se colocava de forma tão clara. Martine e Diniz (1994, p. 129) questionam se realmente tratar-se-ia de um processo de desconcentração ou se seria apenas uma extensão natural do raio de ação do pólo dominante, já que não se tem registrado a descentralização dos controles financeiro e administrativo, ocorrendo exatamente o inverso, o que os autores classificaram como uma “desconcentração centralizada”.

A dinâmica recente pode ser interpretada como uma tensão entre concentração e desconcentração. Entre os principais fatores que deprimiram o crescimento periférico pode se destacar o desmantelamento do Estado Nacional, e com ele o de vários órgãos regionais, a abertura irresponsável do comércio exterior, queda nos investimentos em infra-estrutura e de energia causada pela debilidade fiscal e financeira do Estado e a característica reconcentradora da atual reestruturação produtiva do país (CANO, 1997, p. 118-119). Entretanto, a partir de 1985 outros fatores ainda contribuíram para a desconcentração, entre estes é possível apontar: a alocação de investimentos petrolíferos (Nordeste, Rio de Janeiro e Paraná); novos projetos agroindustriais nos cerrados e em algumas áreas irrigadas no Nordeste; algumas políticas estaduais combinadas com projetos privados de localização de novas plantas (principalmente na Zona Franca de Manaus, Minas Gerais e região Sul) que desconcentrou indústrias como a de material de transporte, material elétrico, metalurgia, mecânica, vestuário e calçados e fumo; e aumento do emprego em serviços e novas oportunidades de inversão em indústria leve provocados pela expansão urbana periférica e as tímidas políticas de incentivo ao turismo principalmente no Nordeste (CANO, 1997, p. 119-120).

2.1 – O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA DÉCADA DE 1990

No plano macroeconômico a década de 1990 foi marcada pela adoção das políticas neoliberais, que resultaram na ruptura com o padrão desenvolvimentista assentado no velho *tripé* formado pelos capitais estatal, nacional e internacional. Essa mudança de paradigma atingiu o principal instrumento de intervenção do Estado na organização territorial: o Planejamento Regional, que deixou de ser um dos principais instrumentos utilizados em favor da desconcentração. As intervenções estatais, que antes se direcionavam primordialmente para as regiões-problema, voltam-se agora para as limitações na infra-estrutura das regiões que possuem maior capacidade de competitividade no mercado globalizado, como ficou evidente na proposta dos *Eixos Nacionais de Integração* do governo Fernando Henrique Cardoso¹⁰. A própria abordagem do problema do desenvolvimento é cada vez mais deslocada da órbita do Governo Central para a das administrações locais e estaduais, dentro de uma lógica na qual

Políticas locais são cada vez mais formuladas para intensificar vantagens competitivas, incentivar a instalação de empresas, aperfeiçoar o ambiente

¹⁰ Sobre a proposta de regionalização e os principais projetos do Programa dos *Eixos Nacionais de Integração* veja Galvão e Brandão (2003).

econômicos para empresas locais e tornar o clima local de negócios mais atrativos para o capital móvel. Essas políticas ativistas de desenvolvimento diferem notadamente de abordagens (verticais) anteriores do desenvolvimento regional, que tenderam a focalizar questões de equidade entre regiões dentro de um dado território nacional (SCOTT et al., 2001, p. 19).

O resultado é que neste ambiente competitivo vence quem tem mais recursos, e o resultado pode ser a ampliação das desigualdades, ou criação de ilhas de prosperidades em regiões de pobreza.

Estas mudanças no campo político, associadas às novas tendências emergentes do processo de reestruturação produtiva, impõem fortes modificações na dinâmica do território. A compreensão dessa realidade, cada vez mais complexa, requer novos instrumentos conceituais. É neste sentido que Bertha Becker (2004, p. 13) destaca o rompimento, nas últimas décadas, com o clássico padrão cepalino de análise do tipo *centro-periferia*, que servira como base para compreensão da dinâmica da produção do território nacional e hoje tornou-se insuficiente, já que as periferias não são mais apenas consumidoras de produtos industrializados e exportadoras de recursos. Nesse cenário duas grandes vertentes explicativas disputam espaço no debate: de um lado a tese da reconcentração e de outro a visão desconcentradora/fragmentadora.

Os que defendem a tese da reconcentração da produção de riquezas em torno da capital paulistana interpretam as tendências recentes da dinâmica espacial do aglomerado metropolitano paulista como um processo de, no máximo, ampliação do raio da região concentrada (AZZONI, 1986; AZZONI; FERREIRA, 1997; ARAÚJO, 2001; LENCIONI, 2003a; ACCA, 2004)¹¹. Esta também é, de certa forma, a perspectiva presente na tese do *desenvolvimento poligonal* de Clélio Campolina Diniz (1993), para quem estaria ocorrendo no Brasil uma espécie de “concentração-desconcentrada”, pois a desconcentração da atividade produtiva estaria se realizando em favor de um número reduzido de pólos ou regiões que se concentram próximo ou relativamente próximo da própria Região Metropolitana de São Paulo.

¹¹ Uma crítica eminentemente geográfica deve ser feita a estes estudos, pois consideram como uma área de concentração metropolitana uma extensa região, como o tradicional raio de 150 quilômetros sugerido por Azzoni (1986), que, atualmente, encontra-se definido oficialmente pela EMPLASA de *Complexo Metropolitano Expandido* (ver Lencioni (2003b)). O que boa parte dos pesquisadores que defendem a tese da reconcentração desconsideram é que esta “metrópole ampliada” envolveria, além de todos os municípios da região metropolitana, áreas que são resultantes, a princípio, do próprio processo de desconcentração da estrutura produtiva do ABC paulista, como Campinas, Santos e São José dos Campos. Portanto, há que se destacar que a variável distância deve ser utilizada com cuidado, sob pena de se desconsiderar aspectos importantes da dinâmica espacial da economia nacional.

Tal tendência (re)concentradora seria reforçada num contexto de crescente abertura da economia nacional, pois o aumento da competitividade e a importância crescente da inovação tenderiam a reforçar o processo de reconcentração nas grandes aglomerações (BENKO; LIPIETZ, 1994; VELTZ, 1994; SCOTT et al., 2001). Num contexto de crescente incerteza (demanda, juros, câmbio, etc.) a busca pela *proximidade* jogaria um papel decisivo na decisão locacional dos agentes econômicos (RALLET, 2002; TORRE, 2003; STORPER; VENABLES, 2003), aumentando a importância das economias de urbanização¹².

Em suma, essa interpretação fundamentada nas tendências recentes do processo de reestruturação da economia capitalista aponta para a crescente importância da capital paulista. Como salienta Araújo (2001),

... o que é mais significativo e resultante das transformações estruturais da RMSP corresponde ao seu papel polarizador na produção e na oferta dos serviços produtivos modernos do país, à situação enquanto centro do sistema financeiro nacional e sede dos principais grupos e grandes empresas nacionais e estrangeiras, **bem como à sua permanência como principal pólo industrial do país.** (ARAÚJO, 2001, p. 29, grifos meus).

Ao contrário do que muito se pensou como efeitos a serem proporcionados pelas novas tecnologias de transporte e comunicação, o que se tem de fato é um crescente aumento dos custos de transação, o que desestimula a desconcentração da atividade produtiva, principalmente em seus segmentos mais intensivos em pesquisa e desenvolvimento. Veltz (1994) aponta que, com a emergência do *território-rede*, diversos fatores locacionais como peso do mercado de trabalho qualificado e disponibilidade de serviços especializados tendem a favorecer a metropolização.

Portanto, segundo a tese da reconcentração, estariam ocorrendo mudanças importantes na utilização do território, como resultado de “uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços”, processo que se agravaria mediante à tendência de concentração das atividades econômicas quando guiadas estritamente pela lógica do mercado (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 302), lógica esta que

¹² “Esta procura por maior proximidade de todos os tipos de agentes econômicos representa, atualmente, uma resposta estratégica significativa ao acirramento da competição econômica que – em muitos segmentos da economia – intensificou a incerteza e premiou a aprendizagem e a inovação” (Scott, 2001, p. 13). No caso específico do Brasil, Tinoco (2001) apresenta evidências que apontam para permanência da RMSP como importante base industrial, principalmente para as empresas que se destacam em termos de investimento em tecnologia, fruto da necessidade que estas empresas têm de uma “localização que permita e facilite as relações de troca de informações, de conhecimentos, que são a base das possibilidades inovadoras e, conseqüentemente, de acumulação na economia atual” (p. 62).

se tornaria a norma, na medida em que as práticas neoliberais ganham espaço no campo político nacional.

Do outro lado do debate, partindo da mesma perspectiva empírica, e até mesmo teórica, alguns estudos destacam que este novo contexto econômico tem favorecido a fragmentação da economia nacional, do ponto de vista espacial, incentivada pela atuação das políticas dos anos 70 de descompressão do desenvolvimento regional. Tal visão destaca a importância crescente da inserção dinâmica de “ilhas de eficiência” ligadas diretamente ao mercado externo, apontando para a natureza fragmentada e heterogênea, em termos espaciais, do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente na década de 1990. (PACHECO, 1996).

Essa tendência de fragmentação também estaria sendo estimulada pelas transformações no campo brasileiro, mediante a modernização das atividades ligadas ao agronegócio e o impulso dado pela crescente participação das *commodities* agrícolas na pauta de exportação brasileira, incentivando a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1999)¹³,

A saída para a crise da década de 1980 tem sido o fortalecimento do discurso localista, reforçado na tendência municipalista da Constituição de 1988, que impulsiona a busca por saídas individuais, contribuindo para formação de "nichos" de prosperidade. Assim, seria cada vez mais evidente o fim da tendência de inserção regional na divisão territorial do trabalho, e cada vez mais forte a articulação dos lugares à dinâmica econômica nacional e internacional¹⁴. Portanto, estaria selada a fase da complementaridade regional, forjada nas décadas anteriores, como característica principal da economia nacional. Teríamos, portanto, sua substituição pela *integração competitiva do território* (BECKER, 1991; ARAÚJO, 2000), para a qual a guerra fiscal travada entre os entes federativos para atrair investimentos é um bom exemplo.

¹³ Esse “Novo Rural”, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: a) um agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (Graziano da Silva, 1999).

¹⁴ Tal dinâmica também é identificada no caso francês por Veltz (1994): “Em França, as relações hierárquicas entre as cidades-centros e as zonas periféricas foram fortemente desgastadas ainda no período fordista, em que se assistiu a um rápido recuo das economias regionais, em proveito de um esquema de divisão do trabalho já só apreensível à escala nacional, senão mesmo internacional. E aquilo que dissemos do esbatimento das lógicas regionais “extensivas”, em proveito das lógicas urbanas “intensivas”, vem reforçar ainda mais a presunção do *divórcio crescente* entre as trajetórias econômicas das cidades e das regiões circundantes” (p. 200, grifo no original).

Toda essa discussão estimula o interesse por investigações empíricas que ajudem a elucidar as tendências territoriais das novas dinâmicas. Entretanto, diante das incertezas teóricas, as tradicionais informações utilizadas pela ciência regional sobre produção econômica e emprego parecem não ser mais suficientes para elucidar o que se passa na dinâmica regional brasileira. Muitas das vezes em função da própria desatualização dos fundamentos metodológicos das pesquisas empíricas.¹⁵

Na falta de fontes de dados específicas, uma alternativa tem sido a utilização dos dados da RAIS sobre pessoal ocupado. A crítica aos estudos que dela se utilizam tem apontado para o fato das variáveis emprego, estabelecimentos e remuneração não representarem corretamente os movimentos do valor da transformação industrial, principalmente em virtude das evidências de uma intensa elevação da produtividade da mão-de-obra industrial na década de 1990. Assim,

(...) uma maior participação no emprego numa determinada região poderia representar um menor crescimento local da produtividade do trabalho, não refletindo obrigatoriamente uma maior participação no valor adicionado pela indústria. Embora o rendimento dos trabalhadores esteja associado ao nível da produtividade do trabalho e a massa de salários ao valor agregado, tal associação não é perfeita, na medida em que a relação salários/lucros (distribuição funcional da renda) pode se modificar ao longo do tempo (SABÓIA, 2001, p. 119).

Mesmo na ausência de dados empíricos específicos sobre o setor produtivo, algumas pesquisas têm procurado destacar algumas tendências. Neto (2003), ao analisar os dados do Valor da Transformação Industrial (VTI) e Pessoal Ocupado na indústria nacional, chega à conclusão de que para o período 1985-2000, as evidências apontam, de forma geral, para a continuidade da desconcentração regional das atividades industriais, embora esta se apresente muito mais em termos de pessoal ocupado que através do VTI¹⁶. Sabóia (2001), utilizando-se dos dados da RAIS sobre emprego e remuneração no mercado formal, destaca que em um contexto de modernização industrial combinado com baixo crescimento econômico durante a década de 1990, os diferenciais salariais, a guerra fiscal, a implantação do Mercosul e o próprio nível de infraestrutura e desenvolvimento local serviram de atrativo para que o emprego industrial, e, espera-se, a produção, sofressem um

¹⁵ Segundo Dedecca (2000, p. 19) esse é o caso da Pesquisa Industrial Anual do IBGE, que serve de base para o cálculo do VTI. Na ausência de um verdadeiro Censo Industrial desde 1985, esta pesquisa tem sido utilizada como alternativa. Entretanto, tem se mostrado incapaz de dar conta da crescente diversidade da estrutura produtiva nacional, causada pelo processo modernização tecnológica e organizacional, impondo o crescente aumento da terceirização, dos deslocamentos espaciais, da presença de insumos importados na produção final, etc..

¹⁶ O Índice de Gini, calculado para as cinco grandes regiões brasileiras, possui o valor de 0,671 em 1985 e 0,642 em 2000 para o VTI, e de 0,651 em 1985 e 0,599 em 2000 para o pessoal ocupado.

rearranjo espacial. A principal mudança registrada foi a queda na participação da Região Sudeste, principalmente pelo desempenho negativo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado o autor destaca o deslocamento do emprego: i) para a Região Sul, especialmente para o Paraná, nos setores industriais modernos e tradicionais; ii) para a Região Nordeste, em setores tradicionais, com ênfase no Estado do Ceará, onde a guerra fiscal foi muito acirrada, resultando na instalação e deslocamento de empresas em busca de menores salários e maiores benefícios fiscais; iii) para a Região Centro-Oeste, que recebeu parcela do emprego, em segmentos tradicionais e de baixo nível de desenvolvimento, ligados ao deslocamento da fronteira agrícola, beneficiados pelo aumento da oferta de matérias-primas e pelos baixos salários (SABOIA, 2001).

Mediante tais impasses, parecem mais plausíveis propostas que buscam conciliar estas duas grandes visões (desconcentração e reconcentração), apontando para o incremento da heterogeneidade do país do ponto de vista de sua dinâmica econômica. Portanto, é mais plausível que as duas tendências tenham se manifestado de maneira complementar ao longo do período, como destaca Diniz (2001), “é possível pensar que a heterogenização do país se faz pela inserção internacional dos nichos produtivos ao mesmo tempo em que os setores mais modernos tecnologicamente e mais integrados tendem a se reconcentrarem no macro-espço mais desenvolvido do país”¹⁷.

Outra linha de interpretação, complementar as que até aqui foram destacadas, é a que investiga o processo de desconcentração do ponto de vista da distribuição espacial da população, sustentando-se em pesquisas periódicas como Censos e PNAD. Como fizeram Katzman (1986) e Redwood (1985) em trabalhos que se tornaram uma grande contribuição para o debate sobre o tema da desconcentração. Através dos dados demográficos é possível apontar tendências gerais do processo de reestruturação espacial na dinâmica produtiva, mediante análise do processo de inserção no mercado de trabalho e migração.

O debate sobre a questão da desconcentração deve contemplar não somente a dinâmica das atividades produtivas no estrito senso, mas também uma abordagem do tema do ponto de vista das tendências da distribuição espacial da população. Se a concentração não foi somente das atividades produtivas, mas também populacional, não há dúvida de

¹⁷ Lipietz (1989) já apontava para esta tendência em escala regional e internacional, no que ele denominou de ampliação do *fordismo central e construção de um fordismo periférico*, permitido pela desintegração das atividades produtivas em três níveis: I – concepção e organização; II – produção qualificada; III – execução e montagem desqualificada. Esta divisão permitiria a separação geográfica desses três níveis, possibilitando o aproveitamento da oportunidade de articular o circuito produtivo com os tipos diferenciados, quanto a qualificação e condições de exploração, de “bacias de mão-de-obra”, redistribuindo os três níveis da atividade produtiva sobre o tabuleiro de regiões desigualmente desenvolvidas.

que no debate atual sobre a questão da desconcentração a variável demográfica deve ser tratada como elemento chave para entender tal processo. Pois, como assinala Matos (1995b),

É seguro dizer que as pessoas, tanto quanto as atividades, reagem aos impactos das deseconomias de aglomeração buscando localizações alternativas. Este tipo de migração pode responder claramente aos fatores de expulsão do meio urbano (notadamente aos custos de moradia e à escassez de emprego), mas pode também se associar à outro grupo de causas, não econômicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades. (MATOS, 1995b, p. 431).

Se do ponto de vista da dinâmica das atividades produtivas e da intervenção do Estado na distribuição destas pode se desatacar fatores tais como deseconomias de aglomeração e a maturação de políticas de apoio à desconcentração como explicativos da desconcentração. Do ponto de vista da distribuição espacial da população, a dinamização da rede urbana, com significativa melhoria da infra-estrutura dos centros intermediários, tem favorecido a expansão da produção em espaços alternativos.

O espraiamento industrial estimulou o adensamento da rede urbana brasileira e os vínculos de interdependência e complementaridade entre cidades estratégicas postadas nas diferentes partes do sistema. Tais pontos conferem lógica e sentido à rede e tendem a sintetizar espacialmente o processo de mudanças estruturais de longa duração, emoldurando localizações alternativas para investimentos econômicos e permitindo o surgimento de novos papéis e distintos níveis de especialização econômica, passíveis de cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, pessoas e capitais, não necessariamente circunscritos a um perímetro definido no Sul-Sudeste, como propõe Diniz (1993). (MATOS, 2002, p. 50-51)

A generalização das mudanças na dinâmica populacional, em face do avanço da transição demográfica, deve influir na redução dos níveis de pressão do campo sobre a cidade, implicando numa radical alteração dos fluxos migratórios, que, contrariando tendências históricas de movimentos de tipo campo-cidade, passam a ser, já a partir da década de 1980, predominantemente urbano-urbano e de padrão desconcentrado. Assim, a migração torna-se também um elemento central no entendimento do processo de dispersão espacial das estruturas econômico-demográficas montadas até a década de 1970 (MATOS, 1995b, p. 432; 2002, p. 50).

CAPÍTULO 3 - DINÂMICA TERRITORIAL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO AO FINAL DO SÉCULO XX: UMA VISÃO DO URBANO E DO REGIONAL

3.1 – MODERNIZAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A crise de 1930 levou a consolidação de uma base industrial, sustentada, até os anos 50, nos setores têxtil e alimentar. Concomitantemente, o desenvolvimento do mercado interno foi requerendo um aparelho de Estado mais complexo, em razão das novas funções públicas, e setores terciários de distribuição necessários ao desenvolvimento do mercado interno. Assim, entre 1930 e meados de 1950, amplia-se o emprego industrial e aquele vinculado às atividades terciárias urbanas, e reduz-se a participação relativa da ocupação agrícola. Na segunda metade dos anos de 1950 a atuação do Estado com o Plano de Metas viabiliza a implantação das indústrias de bens de produção e de duráveis, permitindo uma melhor consolidação da produção e do mercado de trabalho nacionais, fazendo emergir um novo segmento de trabalhadores vinculado às indústrias modernas. A nova dinâmica econômica emergente no final dos anos 1950 conhecerá, após um breve período de crise entre 1961 e 1966, um movimento de rápida expansão até 1973-74, quando passa por um período marcado pela desaceleração do crescimento. Desaceleração esta que não foi mais acentuada devido ao papel exercido pelo Estado na sustentação da taxa de formação bruta do capital fixo, como comprovam os grandes investimentos em infra-estrutura do II PND (Plano de Desenvolvimento Nacional). (DEDECCA, 2000, p. 2-3).

3.1.1 – Desenvolvimento econômico e mercado de trabalho no Brasil: marginalidade e funcionalidade

É nesse contexto do crescimento industrial acelerado e concomitante expansão das atividades terciárias das décadas de 1950 e 1960 que surge a discussão sobre a questão da marginalidade e inchaço do setor terciário.

Segundo a tese da massa marginal defendida por Nun (1969), existiria, nos grandes centros urbanos, um grupo de trabalhadores marginais e que não poderia ser classificado nos termos marxianos de exército industrial de reserva.

“Marx englobava no exército industrial de reserva três ‘modalidades muito diversas da superpopulação relativa’: a latente, a estagnada e a flutuante. Uma vez que considerava as duas primeiras como formas transicionais, sua reflexão teórica se concentrou na terceira”, a qual pode efetivamente ser denominada de *exercito industrial de reserva*. Em face dos diversos processos de acumulação que ora se superpõem (monopolização, internacionalização e terceirização, com aumento da heterogeneidade e instabilidade da estrutura ocupacional), os mecanismos de geração da superpopulação relativa se pluralizam e varia também a funcionalidade de seus efeitos conforme o setor de que se trate. Os desocupados podem atuar, ao mesmo tempo, como um exército industrial de reserva no mercado secundário (competitivo) e uma massa marginal no mercado primário (monopolístico), e que, ademais, “a mão-de-obra redundante em relação a este último não necessariamente carece de emprego, pois pode estar ocupada em outro segmento ou até mesmo, em situações de grande atraso, fixada ainda à terra ou a alguma fonte de consumo”. “Em relação aos primeiros, minha tese da massa marginal supôs um questionamento do hiperfuncionalismo de esquerda, para o qual até o último camponês sem terra da América Latina (ou da África) aparecia como funcional para a reprodução da exploração capitalista. Ao contrário, **procurei mostrar que, conforme o local, crescia uma população excedente que, no melhor dos casos, era simplesmente irrelevante para o setor hegemônico da economia** e, no pior dos casos, se convertia em perigo para sua estabilidade” (Nun, 2000, grifos meus).

Discordado desta tese, Francisco de Oliveira (1972) defendia que o vasto setor informal, assalariados e pequenos proprietários do denominado terciário inchado, cumpria uma função estrutural dentro do processo excludente de desenvolvimento econômico nacional. Para o autor, as atividades urbanas e rurais realizadas à base de pura força-de-trabalho, remunerada a níveis baixíssimos, ofereciam ao setor dinâmico, à baixo custo, aqueles serviços e bens que a estrutura industrial incompleta do Brasil não era capaz de oferecer. Além do mais, por não trabalhar nos moldes capitalistas de geração de lucros, era uma forma de barateamento do custo de reprodução da força-de-trabalho, contribuído para acumulação no setor dinâmico.

A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão – infra-estrutura e requerimentos de serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial, que em 30 anos [1940-1970] passa de 19 para 30% de participação no Produto Bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não-capitalístico do setor terciário (OLIVEIRA, 1972, p. 29).

E acrescenta,

O crescimento do terciário, na forma como ele se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho (...), faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; **não se está**

diante de nenhuma inchação, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia. (...) Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma ‘acumulação primitiva’. (...) No processo de sua expansão, sem contar com as magnitudes prévias de acumulação capitalística, o crescimento industrial forçosamente teria que centrar sobre a empresa industrial toda a virtualidade da acumulação propriamente capitalista. (...) Era tal a carência desses serviços, que a primeira onda de industrialização assistiu a uma tentativa de autarquização das unidades fabris, processo que logo seria substituído por uma divisão do trabalho para além dos muros da fábrica. Logo em seguida, com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalística prévia, que financiase a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão de obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão-de-obra. (...) O fenômeno que existe não é o de uma inchação do terciário. (OLIVEIRA, 1972, p. 27-8, grifos meus)

Neste contexto, a informalidade era caracterizada tanto como funcional ao setor moderno da economia (OLIVEIRA, 1972), como setor residual, que tenderia a ser constantemente abarcado pelo movimento de destruição e criação de atividades pouco estruturadas de maneira capitalista pela dinâmica do setor moderno (CACCIAMALI, 1983). Portanto, a relação entre os dois setores se efetivava através da apropriação de mercados pelo segmento capitalista, quando esses passavam a ter um dimensão razoável, ou pela criação de mercados pelo segmento capitalista que eram apropriados pela atividades não estruturadas, seja devido ao seu tamanho reduzido, seja em decorrência da configuração da distribuição de renda (DEDECCA, 2000, p. 4).

Tendo esta perspectiva como referência, Cacciamali define a informalidade como sendo constituída por um

“conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas. [Portanto] O Setor Informal é entendido (...) como o trabalho autônomo que existiu e persiste até os dias de hoje, intersticialmente, no interior da produção capitalista. A pequena produção ou o trabalho autônomo foi e é continuamente destruído pela imposição capitalista, pela expansão das firmas em busca de lucros, pelos avanços tecnológicos e pelos níveis de produtividade logrados” (CACCIAMALI, 1983)

Mas ao contrário das previsões pessimistas do final dos anos de 1960, o padrão de desenvolvimento havia apresentado uma grande capacidade de geração de novos empregos. Confirma-se para o período de 1950-1980 a tendência de constante modernização da economia. Como mostrado por Faria (1983), neste período ocorreu uma melhoria constante na capacidade de geração de empregos da indústria de transformação e no setor terciário institucionalizado (transporte, comércio, comunicações e serviços sociais), que cresceu a um ritmo superior ao do terciário marginal (serviços pessoais). O setor dinâmico da economia havia crescido em um ritmo superior ao da taxa de crescimento da PEA. Entretanto, é inegável que em termos absolutos houve um crescimento da informalidade e do subemprego nos grandes centros urbanos do país, expondo nas metrópoles, como salienta Hoffmann (1980), o desemprego anteriormente disperso nas áreas rurais e encobertos pela prática da subsistência.

Portanto, o padrão de desenvolvimento havia apresentado uma grande capacidade de geração de novos empregos, que somente não se traduziu em uma maior estruturação do mercado urbano de trabalho devido ao aumento exponencial da disponibilidade de força de trabalho nas cidades, causada por uma modernização agrícola que havia relegado a solução do problema agrário (DEDECCA, 2000, p. 3).

A modernização, portanto, consolidava uma estrutura produtiva e um segmento de mercado de trabalho comandado pelas grandes empresas e o setor público, ao mesmo tempo que alimentava uma gama de atividades econômicas não sustentadas pelo trabalho assalariado ou nele amparada por relações precárias. Assim, foi se constituindo o novo conjuntamente a um processo de reprodução do velho, ampliando, portanto, a heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho. Esse movimento induzia um aumento da heterogeneidade da estrutura produtiva na medida em que sobre o atrasado se consolidava todo um novo segmento moderno (DEDECCA, 2000, p. 5).

Assim, essa estrutura segmentada do mercado de trabalho que se consolidou no Brasil ao longo das décadas de 1950 a 1970, e que funcionou relativamente bem em períodos de crescimento econômico, será ingrediente importantíssimo para potencializar a crise da década de 1990.

3.1.2 – Década de 1990: aumento da precariedade no mercado de trabalho

Nos últimos anos o debate sobre o mercado de trabalho reaparece nas agendas política, econômica e de pesquisa. O despertar para tal questão foi sem dúvida impulsionado pelos dados, muitas vezes anunciados em tons alarmantes, sobre a elevação das taxas de desemprego, principalmente nas áreas metropolitanas, acompanhada da crescente informalidade no mercado de trabalho e aumento do emprego nas pequenas e médias empresas. Mais do que geração de empregos, o debate apontou para a necessidade de se gerar empregos de qualidade, como forma de combater a crescente precarização das condições de trabalho.

Numa síntese do funcionamento do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990, Cardoso Junior (2001) destaca que este foi marcado no período por uma crescente desregulação, manifesta em sua desestruturação. Esta teve início em princípios da década de 1980, no contexto de desarticulação do modelo desenvolvimentista marcado por um ambiente de intensa instabilidade macroeconômica, em que baixas taxas de crescimento do produto interno e altas taxas de inflação foram o resultado da ruptura das fontes e fluxos de financiamento externos, sustentáculo do rápido crescimento brasileiro da década de 1970. A crise do mercado de trabalho se aprofundaria nos anos 1990, num contexto de primazia da política liberalizante (CARDOSO JUNIOR, 2001, p. 6-7). Para o referido autor a desestruturação na última década pode ser caracterizada empiricamente por seis sintomas: (1) crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) da economia; (2) crescimento expressivo da informalidade nas relações de trabalho; (3) aumento não desprezível dos níveis de desocupação e desemprego; (4) precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho; (5) estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho; e (6) estagnação relativa da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda quanto da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho (CARDOSO JUNIOR, 2001, 15).

Em termos da demanda por empregos, o setor industrial foi o mais afetado pela reestruturação neoliberal baseada na abertura comercial. Este foi historicamente um grande ofertante de empregos de qualidade (maiores níveis de remuneração, acesso a proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e de desenvolvimento do trabalhador). Entretanto, os ajustes visando gerar ganhos de produtividade têm diminuído a capacidade de absorção de mão-de-obra neste setor e impulsionado a terceirização. Assim, ao contrário do que acontecia em décadas anteriores, na década de 1990 ficou evidente que a retomada

do crescimento não seria suficiente para gerar empregos de qualidade na quantidade desejável.

O fato é que a economia brasileira passou por grandes transformações estruturais na década de 1990, dentre as quais a abertura econômica foi a mais evidente, principalmente por seus efeitos indiretos, como o impulso dado à inovação tecnológica e organizacional nos diversos setores expostos à competição externa. Tais transformações, inevitavelmente, afetaram o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Os dados do trabalho de Kupfer e Freitas (2004) tentam dimensionar tal processo. Embora as metodologias utilizadas para realizar tais comparações, principalmente no que diz respeito aos parâmetros escolhidos, sempre sejam passíveis de críticas e seus resultados nem sempre sejam consensuais, os autores procuram mostrar os resultados obtidos para a análise estrutural da variação do emprego na economia brasileira entre 1990 e 2001, em termos dos efeitos na geração/destruição de empregos dos componentes mais usuais: demanda doméstica, exportações, importações e mudança tecnológica.

Segundo o estudo, entre 1990 e 2001 a expansão da demanda doméstica respondeu por cerca de 12 milhões de empregos, enquanto as exportações propiciaram a incorporação de 3,6 milhões de trabalhadores. Do outro lado da balança, a mudança tecnológica (mudanças nos coeficientes técnicos de produção em valor e da relação produto/emprego) e as importações provocaram a eliminação de 10,7 milhões¹⁸ e 1,6 milhões de ocupações, respectivamente. Com relação ao resultado líquido dos impactos da balança comercial sobre o emprego entre 1990 e 2001, os números mostram que os cerca de 3,6 milhões de empregos gerados direta e indiretamente pela expansão das exportações foram mais do que suficientes para compensar a eliminação de cerca de 1,5 milhões de postos de trabalho direta e indiretamente decorrente do aumento das importações.

De fato, esse balanço reflete um duplo movimento ocorrido nesses onze anos: inicialmente, entre 1990 e 1996, ocorreu elevada eliminação de empregos pelo aumento das importações e baixa criação de empregos pelas exportações; posteriormente, entre 1996 e 2001, ocorreu o contrário. Segundo de Kupfer e Freitas (2004), essa reversão sugere que, mais do que a liberalização tarifária, foi a taxa de câmbio valorizada que vigorou por quase toda a década de 90 a principal responsável pela extinção de empregos pelo comércio exterior. De todo modo, os impactos das transações externas sobre o

¹⁸ Um detalhamento destes dados mostra resultados diferenciados por setores: no setor agropecuário a mudança tecnológica foi responsável pela eliminação 8.983.273 empregos no período, a indústria, segundo

emprego são significativamente menores que os da demanda doméstica e da mudança tecnológica.

Em suma, a conclusão a que chegam os autores é que se, de um lado, as importações não devem ser vistas como causa maior do problema do emprego no Brasil, de outro, tampouco as exportações podem ser encaradas como a principal solução para esse mesmo problema.

Esse é sem dúvida um ponto polêmico no trabalho dos autores, pois a crítica ao liberalismo brasileiro tem apontado justamente para os efeitos negativos da liberalização no mercado de trabalho. Criticando a opção feita pela abertura comercial e modernização da estrutura produtiva associada a uma inserção no mercado externo baseada em nossas vantagens comparativas (mão-de-obra e recursos naturais) com desastrosa. Pois a promessa de crescimento do emprego, fruto do aumento das exportações intensivas em trabalho, não se concretizara (como o próprio trabalho dos autores citados mostra), tendo sim a abertura o efeito de desestruturar o mercado de trabalho, aumentando a informalidade e o desemprego. É provável que se outros parâmetros fossem escolhidos a importância da abertura econômica sofreria alterações significativas. Seria o caso da escolha por um modelo mais sensível aos impactos indiretos na abertura, incluindo, por exemplo, a própria modernização tecnológica, a qual as empresas tiveram que se submeter para adequarem-se ao novo padrão competitivo, além das facilidades geradas num primeiro momento pelo câmbio valorizado, facilitando a importação de bens de capital, e, portanto, substituindo mão-de-obra por máquinas.

3.1.3 - Explicações e soluções para a crescente precariedade do mercado de trabalho brasileiro

O comportamento do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990 e seus determinantes é sem dúvida um tema polêmico e marcado por posições ideológicas e políticas. Basicamente é possível destacar duas grandes tendências norteadoras do debate: as questões institucionais ou a dinâmica macroeconômica como determinantes do aumento da informalidade e do desemprego, tendências estas que resultam em propostas diferenciadas de políticas públicas para o mercado de trabalho.

Recentemente, o Banco Mundial em um relatório sobre as condições do mercado de trabalho brasileiro aponta para a legislação trabalhista como a grande vilã. Esta estaria

setor mais afetado, perdeu 3.633.578 postos de trabalho por este motivo. Por outro lado, a mudança tecnológica criou outros 3.383.645 novos empregos no comércio.

ultrapassada e não se adequaria mais à nova situação, sendo portanto um empecilho ao ajuste, via mercado, do valor e da produtividade da mão-de-obra ao novo contexto. Na visão do Banco Mundial (2002), enquanto as instituições do mercado de trabalho pouco mudaram no Brasil na última década, a conjuntura econômica em que elas operam passaram por alterações radicais desde o final dos anos 80: as taxas de inflação estão agora na casa de um dígito; as barreiras ao comércio internacional e ao investimento foram reduzidas; e um ajuste fiscal em andamento está reduzindo o peso econômico do governo¹⁹.

Nessa perspectiva, as instituições de regulamentação do mercado de trabalho brasileiro, como o Seguro-Desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), funcionam como incentivos adversos, pois possuem um comportamento que não atende, como deveriam, às demandas sociais. De acordo com Barros, Corseuil e Foguel (2001), os principais programas de proteção ao trabalhador, ao dificultarem a livre atuação do mercado, incentivam práticas como aumento da informalidade e da rotatividade, diminuindo a duração das relações de trabalho, desestimulando o investimento em capital humano, rebaixando a produtividade e o nível salarial. Para os autores, o incentivo à flexibilização seria positivo, pois teria como consequência a diminuição do custo “abusivo” da mão de obra.

Do outro lado do debate estão aqueles que apontam como responsável pela precarização das relações de trabalho a dinâmica macroeconômica, especialmente no contexto da década de 1990 onde a predominância das políticas do tipo stop and go se somaram aos efeitos da reestruturação produtiva, aumentando as incertezas e diminuindo a capacidade de geração de empregos no mercado formal.

Segundo Dedecca e Baltar (1998), o aprofundamento da precarização das últimas décadas está diretamente ligado a dois fatores.

O primeiro refere-se a uma nova função do segmento informal na dinâmica econômica urbana, que tem tornado, pelo menos em uma de suas partes, peça do sistema produtivo moderno ou organizado, ao mesmo tempo em que a outra continua sendo fonte de oportunidades ocupacionais para novos contingentes de trabalhadores e para

¹⁹ “O Brasil mudou de uma economia de alto crescimento, dominada pelo setor público, fechada, com inflação elevada nas décadas de 60 e 70 para um país de baixo crescimento, liderado pelo setor privado, relativamente aberto, com pequena inflação desde meados dos anos 90. (...). As normas, regulamentações e organizações que possivelmente atendiam bem ao mercado de trabalho do Brasil nas décadas de 60 e 70 talvez não tenham ajudado muito nos anos 80 e podem até mesmo ter atrapalhado o progresso a partir da década de 90. (...) Enquanto a Constituição foi alterada diversas vezes, não seria exagero dizer que as instituições que regem o litígio, a arbitragem e a negociação coletiva nada mudaram desde seu começo nos anos 40” (BANCO MUNDIAL, 2002).

assalariados expulsos pelo setor moderno. O segundo diz respeito à crescente informalidade que decorre da interrupção do crescimento e da política econômica adotada na década de 90 e que, em conjunto, vêm desarticulando a base do trabalho assalariado no País. Na presença de uma limitada proteção social ao desemprego, a contração da base de trabalho assalariado tem provocado aumento substancial do setor informal (DEDECCA; BALTAR, 1998, p. 66).

Quanto ao papel das instituições, Cardoso Junior (2001) mostra que a década de 1990 foi marcada por um processo de desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, que flexibilizou diversos mecanismos legais de contratação e dispensa de mão-de-obra. Após uma ampliação da regulamentação na década de 1980, na qual os movimentos sociais e sindicais ganharam força com o processo de redemocratização do país, possibilitando um processo de ampliação da regulamentação sobre o mercado de trabalho, notadamente em torno da adoção de novos direitos sociais e trabalhistas, cujo ápice se daria com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988. Nos anos de 1990, particularmente a partir de 1994, tem início uma estratégia de desregulamentação do mercado de trabalho nacional, que pautou-se numa alteração gradual e pontual (por meio de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Portarias e Decretos) de itens importantes da legislação trabalhista e social consagrada nos artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT e da Constituição de 1988. Segundo o autor, observando esta série de medidas sob uma perspectiva macro e retrospectiva é possível visualizá-las como uma reforma abrangente do sistema de relações de trabalho do país. A desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro caracterizou-se por um conjunto de medidas legais que se aglutinam em função de promover: (1) a flexibilização das condições de uso da força de trabalho; (2) a flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho; (3) algumas modificações nos marcos de proteção e assistência à força de trabalho; (4) algumas modificações nas estruturas sindical e da Justiça do Trabalho (CARDOSO JUNIOR, 2001, p. 42-43).

Entretanto, essa crescente flexibilização institucional, ao contrário do que defende os formuladores de política do Banco Mundial, não foi capaz de frear a crescente precarização do mercado de trabalho.

3.1.4 - A questão da informalidade

Uma das características marcantes do recente desempenho do mercado de trabalho brasileiro é a informalidade. O termo setor informal, desde a sua origem, vem sendo

aplicado na literatura especializada de uma maneira abrangente. É empregado, freqüentemente, para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas micro ou pequenas, onde as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais. Esta perspectiva permite múltiplas abordagens e diferentes objetos de estudos: microempresas, ocupações por conta própria, trabalhadores do mercado de trabalho secundário, etc. (CACCIAMALI, 2000, p. 153-154). Por outro lado, uma parte dos estudos sobre o setor informal enfoca exclusivamente o fenômeno do assalariamento ilegal, ou seja: empregados que foram contratados à margem das regras laborais vigentes, no caso brasileiro, por exemplo, sem registro na carteira de trabalho, conforme rege a legislação. A literatura neste campo focaliza então o funcionamento e as características da oferta de trabalho num mercado de compra e venda de serviços de mão-de-obra onde os contratos, além de não serem registrados junto à seguridade social, muitas vezes são mal definidos quanto ao tempo de duração e outros itens constitutivos básicos (funções, horas trabalhadas, remuneração, férias, descanso semanal remunerado, etc.) (CACCIAMALI, 2000, p. 154). Portanto, a informalidade pode ser apreendida através de distintos marcos teóricos, que, em virtude de diferentes propósitos, podem levar a objetos múltiplos de estudo.

Cacciamali (2000, p. 157-158) apresenta dois marcos teóricos, cada qual gerando interpretações distintas. O primeiro

“trata a estrutura produtiva de uma maneira dual, na qual o setor informal representa um conjunto de firmas, caracterizadas por uma constituição incipiente, onde se ocupa a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbana, com o objetivo de gerar seu emprego e sua renda. (...)Este primeiro enfoque detém um caráter microeconômico, no qual o traço comum das organizações informais é a escassez de capital, a característica decorrente é o uso de tecnologias obsoletas e a lógica de funcionamento é idêntica à de qualquer firma, objetivando o lucro. (...) A segunda abordagem retoma os conceitos de mudanças estruturais e de subordinação do setor informal ao processo de acumulação, (...) projetando-o para o processo histórico contemporâneo. O ponto de partida é o processo de acumulação capitalista em nível mundial, seus aspectos espaciais e institucionais, as relações de subordinação que são engendradas e suas especificidades nacionais e locais. Este enfoque parte da análise dos condicionantes internacionais e macroeconômicos para circunscrever, como objeto de estudo, as características e as relações do setor informal, ou um dentre os seus diferentes estratos. Admite, além disso, que os atores do setor informal possam não ter como lógica a busca do lucro, mas apenas a sobrevivência de seus proprietários”. (CACCIAMALI, 2000, p. 157-158).

Embora não haja um consenso sobre a definição de informalidade no mercado de trabalho, sendo uma das características mais marcantes da literatura relativa ao assunto a enorme variedade de definições de setor informal utilizadas tanto em trabalhos teóricos quanto empíricos. Para o Brasil Ulyssea (2005, p. 1) destaca que esse problema foi minimizado, mas não solucionado, pelo fato de a legislação exigir uma carteira de trabalho assinada, ficando a definição de informalidade associada à posse ou não da mesma. Esta escolha metodológica, apesar de suas limitações em dar conta da pluralidade de situações delimitadas nas acepções teóricas como informal, é um bom indicativo da dimensão da informalidade no país.

No Brasil, é fato que uma grande parcela da força-de-trabalho brasileira está fora do mercado de trabalho formal, onde os benefícios legais constantes da CLT, como décimo terceiro salário, férias pagas e remuneração de horas extras, não são necessariamente honrados, nem se recolhem os encargos da previdência social em nome do trabalhador. Embora seja esta uma característica marcante da estrutura ocupacional brasileira que já se tornara evidente desde, pelo menos, a década de 1960, o fato novo é que foi neste segmento que se criou o maior número de empregos na última década. Um acréscimo considerável ao grande exército de trabalhadores informais já existente, evitando a explosão da taxa de desemprego aberto²⁰.

Mesmo que desde a década de 1960 o mercado de trabalho brasileiro possa ser caracterizado por uma elevada proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho, é possível afirmar que se processou no Brasil, notadamente a partir da crise recessiva do início dos anos 90, um movimento não desprezível de informalização das relações de trabalho. Atualmente, mais da metade da força de trabalho atua fora do setor regulamentado, como assalariados ou auto-empregados. Conquanto a parcela de auto-emprego no Brasil seja normal se comparada à de países de níveis semelhantes de renda, a parcela de assalariados informais é o dobro daquela encontrada nos demais países da América Latina que possuem nível de desenvolvimento semelhante ao brasileiro²¹ (BANCO MUNDIAL, 2002).

O fenômeno de crescimento da informalidade foi mostrado por Cardoso Junior e Fernandes (1999) a partir da divisão do mercado de trabalho em dois grupos de

²⁰ Tal afirmação fica evidente na comparação ds dados de duas pesquisas sobre desemprego, a PME-IBGE e a PED-DIEESE, a segunda, preocupada com as ocupações precárias, normalmente ligadas à informalidade, que escondem o desemprego (*desemprego oculto por trabalho precário*) registra índices de desemprego bem superiores aos do IBGE (DIEESE, 1996).

trabalhadores, segundo o seu grau de estruturação. Núcleo Estruturado (trabalhadores com registro em carteira assinada e funcionários públicos civis e militares) e Núcleo Pouco Estruturado (trabalhadores sem carteira, autônomos ou por conta própria e os trabalhadores não-remunerados). Os dados apresentados pelos autores mostram que o núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho brasileiro não só foi, ao longo de todo o período analisado, 1981-98, o núcleo dominante no total da ocupação, como ainda demonstrou, na década de 90, uma tendência de crescimento relativamente independente do estágio cíclico da economia. A principal conclusão a que chega os dois autores é de que na década de 1990 o crescimento da precariedade no mercado de trabalho brasileiro se deu independentemente do estágio de ciclo da economia. Enquanto na década de 1980 o aumento da precariedade estava associado a períodos recessivos (1982-83), na década de 1990 a precariedade se mantém alta mesmo após a retomada do crescimento econômico.

Portanto, o crescimento da informalidade pode ser o resultado da racionalização produtiva da economia brasileira na década de 90 (que desloca trabalhadores para os setores do terciário) e da insuficiência da demanda agregada (que desloca o eixo de determinação do emprego para as condições que vigoram no lado da oferta excedente de mão-de-obra), o que estaria forçando o aparecimento de ocupações em setores da economia tais como o comércio ambulante e os serviços pessoais, dois dos mais importantes setores empregadores de mão-de-obra nos anos 90 na economia brasileira, em que predominam relações de trabalho assalariadas sem carteira, por conta própria e não-remuneradas, sustentados pelo circuito renda-consumo e não diretamente pelo produtivo (CARDOSO JUNIOR; FERNANDES, 1999).

Entretanto, esta associação direta e imediata entre informalidade e precariedade deve ser feita com cautela, pois dados recentes tem mostrado que é cada vez maior o número de pessoas qualificadas no setor informal. É, por exemplo, o que revela o trabalho de Curi e Menezes-Filho (2004) sobre a evolução do grau de formalidade e informalidade por faixas de escolaridade no mercado de trabalho metropolitano no Brasil. Segundo dados organizados pelos autores, no período 1990-2000 ocorreu uma forte redução na proporção de trabalhadores formais (assalariados com carteira) em todas as faixas de escolaridade, com uma queda especialmente acentuada entre os trabalhadores mais educados (nas faixas de 8 a 11 anos e de mais de 11 anos de estudo). De forma simétrica, a proporção de trabalhadores informais (assalariados sem carteira) aumenta em todas as faixas de

²¹ Conforme pode ser visto nos dados do Banco Mundial (2002) sobre assalariamento informal em 2000 para os seguintes países: Brasil, 27,5%; Argentina, 15,0%; Chile, 13,4%; México, 13,8%.

escolaridade, mas de forma especialmente acentuada nos trabalhadores com escolaridade elevada (mais de 11 anos de estudo). Para os trabalhadores por conta-própria o aumento na porcentagem de pessoas nesta situação foi mais gradual, apesar de atingir todos os grupos educacionais, este processo parece ter atingido especialmente os indivíduos com nível educacional intermediário, com 4 a 7 e 8 a 11 anos de estudo.

Essas evidências podem ajudar a explicar o fato, aparentemente paradoxal, de que ao longo da década de 1990 se observa uma elevação do grau de informalidade concomitante a uma queda nos diferenciais de salários entre trabalhadores formais e informais. Como a composição do setor informal está melhorando, pois trabalhadores muito qualificados estão transitando para esse setor, o salário médio no mesmo está aumentando, embora o tamanho relativo do setor também esteja aumentando (ULYSSEA, 2005, p. 3).

Portanto, estes dados colocam em evidência que nem todas as ocupações informais são de baixa qualidade. Além disso, a presença crescente do trabalho autônomo introduz uma nova dimensão à análise do Setor Informal. De fato, ao se retirar da enumeração dos informais o conjunto dos trabalhadores por conta-própria que recebem mais de cinco salários mínimos por mês, o grau de informalização tende à estabilidade, especialmente a partir de 1994. Ou seja, a parcela de mão-de-obra qualificada que migrou para a informalidade, principalmente para a condição de conta-própria, não deve ser caracterizada como detentora de uma ocupação de baixa qualidade, na medida que detém capital humano e instrumentos de trabalho que elevaram a sua produtividade e os seus rendimentos (Banco Mundial, 2002).

3.1.5 – Considerações finais: a precariedade do mercado de trabalho é um fenômeno metropolitano?

Os dados sobre informalidade mostram diferenças significativas de acordo com o subespaço nacional analisado. A comparação entre o Brasil metropolitano²² e o não-metropolitano mostra um grau de informalidade inferior no primeiro, 45% contra 56%. Entretanto este diferencial diminuiu entre 1992 e 2002, tendo em vista o constante crescimento da informalidade nas áreas metropolitanas, que era de 38% em 1992. O Nordeste, em função do peso de sua população agrícola, destaca-se como a região de maior

²² Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Fortaleza, Belém e Brasília.

informalidade, onde 68% da força-de-trabalho ativa está na informalidade, na região Sudeste e Sul este valor situa-se em 45% e 46%, respectivamente. Estes patamares mantiveram-se praticamente inalterados ao longo do período 1992-2002 (RAMOS; FERREIRA, 2004).

Nos seis primeiros anos da década de 1990, de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE²³. De meados de 1996 até o final de 1997, o grau de informalidade se estabilizou em torno de 48%. As crises pela quais passou a economia brasileira em 1998 e 1999, fizeram com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no meio de 2000. A partir de então houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante todo o ano de 2001 (RAMOS, 2002).

O crescimento da informalidade foi devido, em boa medida, ao fato que os anos 90 testemunharam mudanças profundas na estrutura ocupacional metropolitana. Por um lado, a indústria de transformação experimentou uma perda de importância relativa, com sua participação do nível de ocupação caindo da faixa de 19,5% em 1991 para o patamar de 15% no final de 1999, mantendo-se estável daí em diante. Por outro lado, o setor de serviços, em parte pela própria estratégia de terciarização utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva, mas também por acolher grande parte dos trabalhadores que ingressaram no mercado, aumentou sua participação relativa de 36,5% para quase 43% no mesmo período, sendo que esta expansão deu-se com maior intensidade até o início de 1999. Após uma ligeira retomada ao longo de 2000, houve nova estagnação em 2001, quando a participação do setor de serviços ficou ligeiramente abaixo de 43% durante todo o ano.

Esta realocação setorial da força de trabalho, em conjunto com as características dos postos de trabalho em cada setor, está intimamente ligada com o fato de que a inserção informal no mercado de trabalho deixou de ser marginal, chegando a uma situação na qual o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria é praticamente igual ao de assalariados com carteira²⁴ (RAMOS, 2002).

²³ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

²⁴ A expansão de um setor caracterizado por um grau de informalidade elevado (o setor de serviços) e a retração de um setor mais intensivo em postos de trabalho formais (a indústria de transformação) já seriam suficientes para gerar um significativo efeito composição que, por si só, tenderia a elevar o grau de informalidade no mercado de trabalho (explicando 25% do aumento no grau de informalidade observado). Um segundo fator crucial é o aumento no grau de informalidade dentro da própria indústria de transformação, que passa de 15% em 1992 para cerca de 30% em 2002 (RAMOS, 2002).

Portanto, pode se afirmar que apesar da informalidade ser uma característica marcante da estrutura ocupacional brasileira, principalmente nas áreas rurais, o que se verificou na década de 1990 foi um crescimento da informalidade metropolitana. É importante destacar tal característica pois ela vai ao encontro da perspectiva adotada neste trabalho, de que as territorialidades emergentes tem um papel significativo na dinâmica atual do mercado de trabalho brasileiro.

Como aponta Milton Santos (1996), a expansão do setor quaternário, ancorado nas inovações tecnológicas e de alta tecnologia em comunicação, permite às metrópoles exercer o comando do processo de produção e acumulação do capital em escala nacional. Entretanto os efeitos desta modernização sobre as metrópoles são contraditórios.

(...) ao mesmo tempo em que há uma modernização das atividades há também uma expansão da pobreza (...) isto é, há um crescimento econômico que não atinge a população como um todo. (...) A adaptação da economia a esta involução metropolitana caracteriza-se por uma segmentação, ou seja, uma proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surge como forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender. (SANTOS, 1990, p. 32-33).

Assim, acompanhado a análise desenvolvida por Ribeiro (2004, p. 28-30), é possível que um dos principais impactos das transformações em grandes áreas urbanas decorrentes da globalização, seja a ampliação da dicotomia da estrutura sócio-espacial destes espaços. Sem dúvida tais impactos podem ser percebidos na análise das transformações do mercado de trabalho das metrópoles brasileiras ao longo das duas últimas décadas, que revela indícios claros de mudanças de tendências, que, se de todo não manifestam um movimento de dualização da estrutura social, são relevantes na reflexão sobre os possíveis desdobramentos impostos por transformações econômicas, principalmente as da década de 1990, sobre a dinâmica social e política das grandes cidades.

3.2 – TENDÊNCIAS TERRITORIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO²⁵

Tendo como pano de fundo as interpretações teóricas e os dados empíricos apresentados acima, faz-se a seguir uma análise de alguns dados sobre o mercado de trabalho brasileiro, vistos a partir da perspectiva territorial da rede urbana nacional e da diversidade econômica das estruturas regionais.

3.2.1 - O recorte espacial adotado

O estudo utiliza como recorte espacial a proposta de rede urbana, aqui denominada Rede de Localidades Centrais – RLC, conforme apresentada na *Figura 1*. Trata-se de uma forma alternativa relativamente simples de visualizar o Brasil, sem a rigidez das divisões estaduais ou macrorregionais, mas que procura sublinhar o que de mais central existe na hierarquia urbana.

Em 2000, a RLC era formada por um conjunto de 186 pontos. Seus Centros Principais compreendiam as nove tradicionais Regiões Metropolitanas (RMs), Brasília e Manaus. Já os Centros Intermediários, um equivalente próximo das chamadas cidades médias, incorporavam outros 175 municípios²⁶. Além destes dois níveis, restam os demais espaços que compreendiam 5.069 municípios não pertencentes à RLC, denominados Demais Localidades²⁷. Adicionalmente, a rede de pontos pode ser regionalizada segundo as frações territoriais Norte, Nordeste e Centro-Sul. Com isso, o recorte aqui adotado

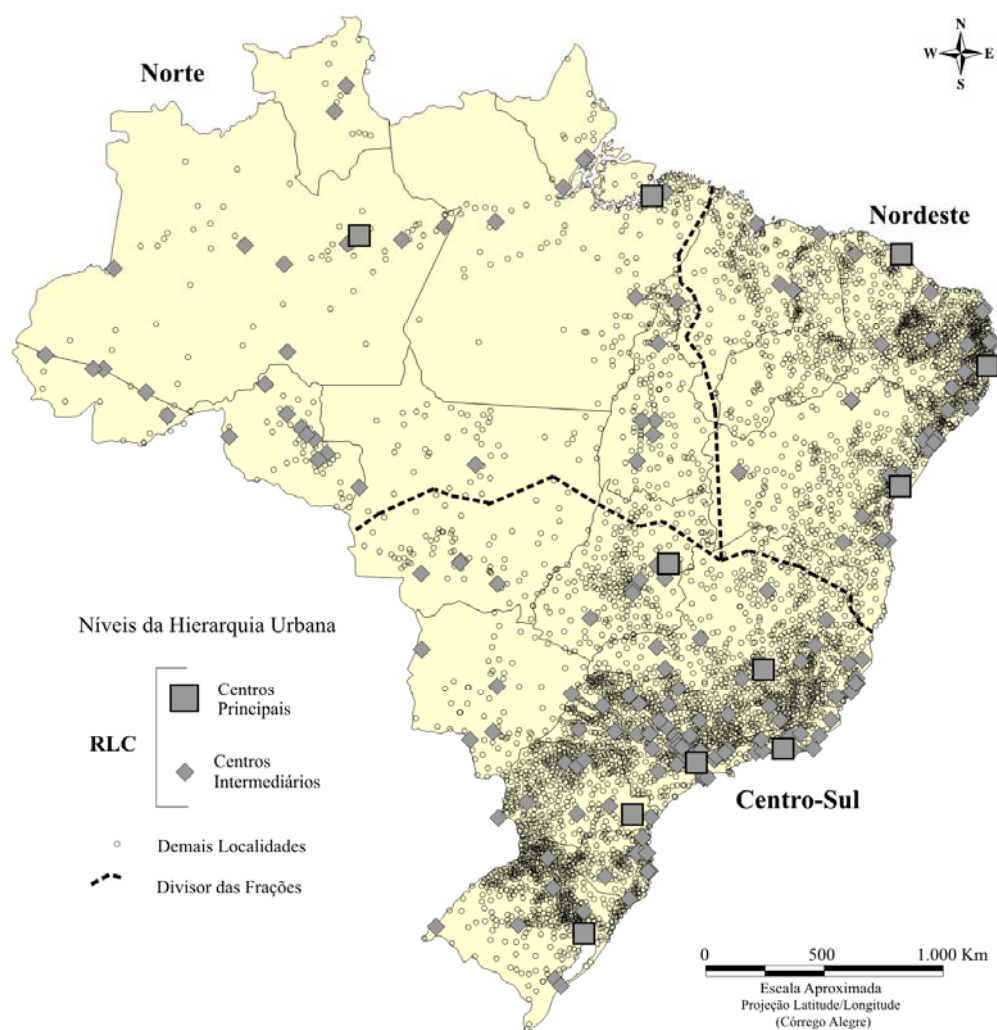
²⁵ Parte dos dados apresentados nesse item também está presente em Matos e Ferreira (2005). O artigo citado foi organizado pelos autores a partir de uma versão preliminar do texto que compõe esse subcapítulo. Algumas observações e modificações feitas ao texto preliminar quando da elaboração do artigo também foram incorporadas ao texto final que integra esse trabalho.

²⁶ Os critérios que orientam a seleção dos pontos (nódulos) da rede de cidades foram: i) os nove pontos integrantes das Regiões Metropolitanas oficiais, originalmente definidas por decreto/lei de 1973. Cada região metropolitana comparece, na rede urbana, como um nódulo de primeira ordem; ii) município com população urbana superior a 100 mil habitantes (pontos da rede relativos às chamadas Cidades Médias). iii) município cuja população urbana representasse mais de 3% da população urbana do respectivo estado; iv) exclusão de casos de macrocefalia urbana no estado do Amazonas (população urbana superior a 3% da população urbana total do estado do Amazonas excluindo-se Manaus); v) Todo ponto da rede pressupõe a existência de articulações viárias, ou seja, todos os pontos integram-se a rede de transportes rodoviário, ferroviário ou hidroviário permanente. O fundamento teórico básico foi o de dar visibilidade a municípios menos populosos mas importantes do ponto de vista regional (como nos casos do Norte e Centro Oeste), sem omitir os muitos municípios populosos, de porte médio, comuns no Sudeste e Sul. A cartografia privilegiou a produção de mapas onde cada ponto representa ou a sede dos municípios ou cada uma das nove regiões metropolitanas.

²⁷ A estrutura territorial brasileira foi marcada nos últimos quinze anos por uma intensa fragmentação territorial da malha municipal mediante emancipações. Visando possibilitar uma plena comparabilidade entre os dados dos municípios pertencentes à RLC, foi necessário manter cada unidade emancipada entre 1991 e 2003 na categoria na qual o município que lhe dera origem se encontrava em 2000. Portanto, apesar da *Figura 1* apresentar as localizações das sedes municipais conforme a malha municipal de 2000, a análise por frações e, principalmente, por níveis da hierarquia urbana se faz com base na malha municipal de 1990 (para detalhes da reagregação utilizada neste trabalho veja o Anexo 1).

permite o tratamento dos dados municipais de maneira agregada segundo dois critérios fundamentais: o critério regional (frações Centro-Sul, Nordeste e Norte) e o da hierarquia entre os centros urbanos (Centros Principais, Centros Intermediários e as Demais Localidades). A discussão dessa regionalização e dos critérios de classificação estão detalhados em Matos (2005).

FIGURA 1
Sedes dos municípios brasileiros distribuídos por frações e níveis hierárquicos da Rede de Localidades Centrais (RLC) – 2000



Fonte: Pesquisas do Laboratório de Estudos Territoriais - LESTE/IGC/UFMG;

3.2.2 - As tendências da urbanização e do crescimento demográfico vistas pela ótica da RLC

Antes de entrar nas questões relativas ao mercado de trabalho, convém fazer uma breve caracterização da RLC quanto à urbanização e sua evolução na última década, pois estes processos estão em estreita relação com a dinâmica do mercado de trabalho.

Uma primeira questão é conhecer o grau de urbanização dos recortes espaciais aqui adotados. Os dados da *tabela 1* deixam evidente que a urbanização, medida pelo Grau de Urbanização (GU), confirma o que era esperado: a urbanização é mais intensa nos centros principais e intermediários da RLC em todas as frações. Entretanto, os diferenciais de GU entre 1991 e 2000 estão indicando que o incremento da urbanização é mais intenso nas localidades fora da rede (*demais localidades*), mesmo no Norte e Nordeste, onde as populações rurais sempre foram numericamente expressivas, acelera-se a transição urbana.

TABELA 1
Grau de urbanização dos subespaços da RLC e Demais Localidades por regiões - 1991-2000

Subespaços		Grau (%)	
		1991	2000
Fração Centro-Sul	CENTROS PRINCIPAIS	97,4	96,6
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	94,6	96,1
	DEMAIS LOCALIDADES	68,0	75,1
Fração Nordeste	CENTROS PRINCIPAIS	96,5	97,3
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	83,7	92,3
	DEMAIS LOCALIDADES	45,1	52,9
Fração Norte	CENTROS PRINCIPAIS	82,3	98,4
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	72,5	82,7
	DEMAIS LOCALIDADES	43,4	52,1
Brasil		75,6	81,2

Fonte: 1991, SIDRA/IBGE; 2000, IBGE, Microdados do Censo 2000, tabulações próprias.

Entretanto, apesar dos números relativos indicarem crescimento da urbanização, o Centro-Sul apresenta uma expansão da população rural no interior da RLC (*tabela 2*). Crescimento este que, em parte, pode ser resultante do processo de saturação nos grandes centros urbanos, que impulsiona os parcelamentos em áreas rurais, mas com uso e ocupação do solo tipicamente urbanos, via ocupação e/ou invasões de glebas peri-urbanas ou lançamentos de condomínios fechados para segmentos de alta e média renda.

Os dados da *tabela 2* também permitem destacar os *Centros Principais* e *Intermediários* do Centro-Sul como os espaços mais importantes do país em termos de estoque populacional, respondendo por 39% da população em 2000, dos 61% restantes 26,6% dizem respeito aos 2.897 municípios que conforma as *Demais Localidades* do próprio Centro-Sul, corroborando, portanto o grande peso demográfico dessa região. Na comparação com os dados de apenas nove anos antes, 1991, é possível destacar como tendências consistentes: os *Centros Principais* e *Intermediários* aumentaram sua representatividade na população nacional, em detrimento das *Demais Localidades* do Centro-Sul e Nordeste; com exceção das áreas metropolitanas do Centro-Sul, todos os

demais subespaços da RLC aumentaram as suas respectivas participações na população urbana do país.

TABELA 2
Participação dos subespaços da RLC na população total, urbana e rural do Brasil - 1991-2000.

Subespaço		Total		Urbana		Rural	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
Fração Centro-Sul	CENTROS PRINCIPAIS	24,0	24,4	30,9	29,0	2,5	4,4
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	12,8	14,7	16,0	17,4	2,8	3,1
	DEMAIS LOCALIDADES	26,6	24,3	24,0	22,5	34,9	32,3
Fração Nordeste	CENTROS PRINCIPAIS	5,1	5,5	6,5	6,6	0,7	0,8
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	4,8	5,2	5,3	5,9	3,2	2,2
	DEMAIS LOCALIDADES	19,0	17,4	11,4	11,3	42,8	43,6
Fração Norte	CENTROS PRINCIPAIS	1,6	1,9	1,7	2,3	1,2	0,2
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	2,0	2,1	1,9	2,1	2,2	1,9
	DEMAIS LOCALIDADES	4,2	4,6	2,4	2,9	9,6	11,6
TOTAL (em 1.000.000)		146,82	169,79	110,99	137,95	35,83	31,84

Fonte: 1991 – SIDRA/IBGE; 2000 – IBGE, Microdados do Censo 2000.

Uma conclusão geral imediata é a de que se aprofunda o processo de desconcentração demográfica no país através da urbanização descentralizada na grande região do Centro-Sul, mas também, de maneira ainda incipiente, nas frações Norte e Nordeste, onde incrementam-se os *Centros Principais* e os *Centros Intermediários*.

Certamente, abrem-se novos espaços econômicos no país e as migrações internas colaboram com a dinamização desse processo. Por outro lado, sinais de pobreza e atraso continuam caracterizando muitos municípios do Norte e principalmente do Nordeste, onde as *Demais Localidades*, ainda possuem elevados estoques de população rural, o que sinaliza para a continuidade da emigração nessas localidades, já que alguns dos condicionantes históricos dessas migrações, como concentração fundiária e períodos de seca, ainda não foram superados, mesmo que pese no sentido contrário a queda acentuada da fecundidade e conseqüente mudanças na estrutura etária.

Convém observar que os dados analisados, com os níveis de agregação aqui adotados, padecem de insuficiência e certamente não explicam idiosincrasias e especificidades de determinadas localidades. Entretanto, servem de indicação para os estudos seqüenciais, apontando tendências gerais que não podem ser ignoradas.

3.2.3 Inserção no mercado de trabalho

A seguir, busca-se expor o tipo de inserção no mercado de trabalho das populações aqui analisadas e inferir sobre os impactos desta inserção no desenvolvimento econômico das localidades analisadas. São apresentados os dados referentes ao nível de participação da população no mercado de trabalho, segundo setores econômicos e forma de ocupação.

3.2.3.1 - Taxa de atividade e desemprego

Em todas as frações da RLC as taxas de atividade²⁸ decrescem de acordo com a diminuição do nível hierárquico na rede urbana. Maiores nos *Centros Principais* e menores nas *Demais Localidades*. Outra diferença significativa se dá no nível inter-regional: as taxas de atividade dos subespaços do Centro-Sul são as mais altas, sempre superiores à média nacional de 56,6%. A menor taxa de atividade é registrada nas *Demais Localidades* do Nordeste, onde a População em Idade Ativa-PIA inserida no mercado de trabalho não atinge metade do total.

Pelos dados do Censo 2000, a taxa de desemprego apresenta uma correlação positiva com a taxa de atividade, sendo maior nas metrópoles e menor nas *Demais Localidades*, não obstante o fato de os *Centros Principais* do Nordeste e da fração Norte possuírem as maiores taxas de desemprego entre os subespaços aqui analisados, 22% e 21%, respectivamente. Nas metrópoles do Centro-Sul a taxa média de desemprego registrada em 2000 foi de 18,2%, relativamente alta para o padrão regional. Os dados evidenciam um quadro de restrições na geração de emprego nos espaços metropolitanos, o que certamente tem contribuído para o aumento da informalidade e pobreza urbana.

As taxas de desemprego relativamente inferiores nas localidades inspiram certa prudência em termos de conclusões, devendo ser contrapostas ao nível de atividade. Quando baixas taxas de desemprego associam-se a baixas taxas de atividade, é provável que isso se dê em contextos de baixas expectativas de sucesso na procura por trabalho, o que faz aumentar o número de inativos e diminuir o número de desempregados. Portanto, nesta condição, tratar-se-ia de uma situação de estagnação do mercado de trabalho, o que parece ser o caso das *Demais Localidades* do Nordeste²⁹. Por outro lado, baixo desemprego

²⁸ A taxa de atividade é dada pela participação percentual da População Economicamente Ativa (PEA), formada pelos empregados mais os desempregados, no total da População em Idade Ativa (PIA), formada pelos maiores de 10 anos.

²⁹ Williamson (1965), em um estudo que se tornou um clássico sobre a questão da convergência da renda *per capita* regional mediante crescimento econômico nacional, chega à conclusão de que os diferenciais nas taxas

associado à alta taxa de atividade, pode ser indicativo de um dinamismo econômico, o que, ao longo da década de 1990, foi bastante destacado nos pequenos municípios, típica situação das *Demais Localidades* do Centro-Sul.

TABELA 3
Situação ocupacional nos subespaços da RLC - 2000.

Subespaço		PEA		PIA	
		Ocupados	Desempregados	Ativos (PEA)	Inativos
Fração Centro-Sul	CENTROS PRINCIPAIS	81,8	18,2	59,5	40,5
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	84,6	15,4	59,4	40,6
	DEMAIS LOCALIDADES	88,2	11,8	58,1	41,9
Fração Nordeste	CENTROS PRINCIPAIS	77,8	22,2	55,7	44,3
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	81,0	19,0	54,4	45,6
	DEMAIS LOCALIDADES	87,4	12,6	49,8	50,2
Fração Norte	CENTROS PRINCIPAIS	78,7	21,3	55,5	44,5
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	86,0	14,0	55,3	44,7
	DEMAIS LOCALIDADES	89,2	10,8	51,3	48,7
TOTAL		84,7	15,3	56,6	43,4

Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2000, tabulações próprias.

3.2.3.2- Inserção no mercado de trabalho por setor de atividade

A distribuição espacial do emprego não poderia deixar de mostrar a grande supremacia do Centro-Sul sobre as demais regiões. Reunindo cerca de 55% dos 5.507 municípios do país em 2000, cinco das mais dinâmicas regiões metropolitanas, a capital federal, 103 municípios de porte médio e 2.897 municípios nas *Demais Localidades*, essa grande região, conforme mostrado na *tabela 4*, aglutinava mais de 65,6 milhões de pessoas da população economicamente ativa ocupada no Brasil, o que representava 67,5% do total nacional em 2000, número superior ao seu peso demográfico no país (63,4%).

de participação na força de trabalho estão diretamente associados aos diferenciais inter-regionais de renda *per capita*.

TABELA 4
Participação dos subespaços da RLC no total da população ocupada - 2000.

Subespaços		PEA Ocupada
Fração Centro-Sul	CENTROS PRINCIPAIS	25,4
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	16,1
	DEMAIS LOCALIDADES	26,0
Fração Nordeste	CENTROS PRINCIPAIS	5,0
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	4,8
	DEMAIS LOCALIDADES	15,1
Fração Norte	CENTROS PRINCIPAIS	1,7
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	2,2
	DEMAIS LOCALIDADES	3,7
TOTAL (em 1.000)		65.620

Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2000, tabulações próprias.

A distribuição do emprego por setor de atividade nos subespaços aqui analisados é apresentada na *tabela 5*. As conclusões mais relevantes resultantes são as seguintes: a) os mais de 12,1 milhões de ocupados no não-urbano agro-extrativista concentram-se principalmente nas *Demais Localidades* do Centro-Sul, do Nordeste e do Norte, nessa ordem. Na região Norte, entretanto, é o setor que mais ocupa mão-de-obra, sobretudo nos pequenos municípios; b) os quase 13,9 milhões de ocupados no urbano-industrial estavam fortemente concentrados nos *Centros Principais* e *Localidades Intermediárias* das três frações. Essa ordem só discrepa no Centro-Sul, onde as cidades secundárias ocupavam mais gente que as metrópoles; c) os quase 14 milhões de ocupados no urbano-comercial se distribuíam mais equilibradamente entre os subespaços de cada fração, não obstante a manutenção da concentração inter-regional, já que o Centro-Sul responde por cerca de 79% dos ocupados neste setor; d) no urbano do alto terciário, os 7,9 milhões de ocupados estão fortemente concentrados nos Centros Principais do Centro-Sul. As *Localidades Intermediárias* do Centro-Sul participam de forma secundária, exibindo proporções pouco superiores aos 18%, sucedidas pelos Centros Principais do Nordeste com participações bem mais modestas não superiores aos 7%; e) O setor público-social agregava mais de 11,8 milhões de ocupados em 2000 e, não obstante o peso do Centro-Sul, incorpora um padrão de emprego mais distribuído espacialmente. Nele as *Demais Localidades* de todas as frações ostentam participações expressivas, particularmente nas administrações pública, defesa e seguridade social; f) O Serviço Doméstico, que reúne mais de 5 milhões de ocupados distribui-se mais ubiquamente entre os subespaços regionais, provavelmente

absorvendo uma ampla maioria de mulheres, muitas delas trabalhando precariamente nas *Demais Localidades* das regiões menos desenvolvidas, a exemplo dos 10,6% relativos ao Nordeste.

TABELA 5
Distribuição do emprego setorial nos subespaços da RLC– Brasil - 2000.

SETOR		Centro-Sul			Nordeste			Norte			TOTAL
		CP	CI	DL	CP	CI	DL	CP	CI	DL	
Não Urbano Agroextrativista		1,8	4,1	39,8	0,6	2,3	39,7	0,2	2,5	9,0	12.119.385
Urbano-Industrial	Indústrias de transformação e extrativas; produção de eletricidade, gás e água	29,9	19,9	27,9	4,6	3,9	8,0	1,5	1,5	2,9	9.320.847
	Construção	26,9	19,5	26,1	5,6	5,0	10,7	1,8	2,1	2,3	4.568.419
	Subtotal	28,9	19,8	27,3	4,9	4,2	8,9	1,6	1,7	2,7	13.889.266
Urbano-Comercial	Comércio e reparação	29,0	19,2	21,9	6,1	6,4	9,9	2,4	2,3	2,7	10.899.004
	Alojamento e Alimentação	30,5	18,3	20,7	7,4	6,0	10,3	2,3	2,0	2,5	3.071.816
	Subtotal	29,4	19,0	21,7	6,4	6,3	10,0	2,3	2,3	2,6	13.970.820
Urbano do Alto Terciário	Transporte, Armazenagem e comunicações	35,4	18,9	19,1	6,2	5,3	8,9	2,2	2,0	2,0	3.318.844
	Atividades Financeiras e Imobiliárias e Serviços para Empresas	46,4	19,8	14,2	7,0	4,5	4,0	1,8	1,4	0,9	4.587.503
	Subtotal	41,8	19,4	16,2	6,6	4,8	6,1	2,0	1,7	1,4	7.906.347
Público Social	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	24,6	15,6	23,9	5,9	6,5	13,6	2,6	3,7	3,7	3.522.865
	Serviços coletivos: Educação, Saúde e Serviços Sociais e outros.	30,9	18,6	20,7	6,5	5,9	11,0	1,8	2,1	2,5	8.366.321
	Subtotal	29,1	17,7	21,6	6,3	6,1	11,8	2,0	2,5	2,8	11.889.186
Serviços Domésticos		26,1	17,7	27,5	5,9	5,3	10,6	2,1	2,1	2,7	5.016.270
Outros e Atividades mal especificadas		34,9	15,0	20,7	7,2	3,9	9,5	2,2	2,3	4,3	838.639
TOTAL		25,4	16,1	26,0	5,0	4,8	15,1	1,7	2,2	3,7	65.629.913

Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2000, tabulações próprias

Notas: Abreviações: CP: Centros Principais; CI: Centros Intermediários; DL: Demais Localidades

Definições utilizadas na agregação das atividades: não-urbano agro-extrativista, compreende as Atividades Primárias (agricultura, pecuária, pesca, etc); o urbano-industrial compreende as Indústrias de Transformação e Extrativas, a Produção de Eletricidade, Gás e Água e o setor de Construção; o urbano-comercial, agrega os setores de Comércio e Reparação e Alojamento e Alimentação; o urbano do alto terciário, as Atividades Financeiras e Imobiliárias, Aluguéis e Serviços para Empresas e setor de Transporte, Armazenagem e Comunicações; o público-social reúne a Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, os Serviços coletivos: Educação, Saúde e Serviços Sociais. O Serviço Doméstico permanece isolado porquanto ocorre em qualquer tipo de assentamento humano

3.2.3.3- Tipo de inserção no mercado de trabalho

De acordo com os dados do Censo 2000 e respectivas definições dos quesitos sobre esse tema, o assalariamento formal³⁰ representava apenas 42% da força-de-trabalho ocupada no Brasil (*tabela 6*). Nos subespaços menos urbanizados este percentual diminui consideravelmente, como acontece nas *Demais Localidades* do Nordeste e Norte onde o trabalho formal não ocupa mais de 18,7% da população ativa. Em todas as frações, as

³⁰ Considera-se como assalariamento formal os empregados do setor público e os empregados da iniciativa privada com carteira de trabalho assinada.

maiores taxas de formalidade foram registradas nos *Centros Principais*, com destaque para a fração Centro-Sul onde o mercado formal agrega, em média, 55% da mão-de-obra ocupada.

O assalariamento informal respondia por 24% do total de empregos no Brasil em 2000. As menores taxas foram registradas nos *Centros Principais* (20%) e nos *Centros Intermediários* (21%) do Centro-Sul. No mais, em todos os demais subespaços essa proporção situa-se acima da média nacional, com destaque para as *Demais Localidades* do Nordeste, onde esta categoria representa 29% da mão de obra³¹, o que equivale a 18% do total nacional em 2000. Embora o tamanho do setor informal fique subestimado pelos dados relativos às condições “empregador” e “conta própria”, a situação de “empregador” foi claramente dominante no Centro-Sul enquanto os “conta-própria” são amplamente majoritários no Nordeste

TABELA 6
Distribuição percentual do emprego por situação na ocupação nos subespaços da RLC – 2000

Categoria	Centro-Sul			Nordeste			Norte			Total	
	CP	CI	DL	CP	CI	DL	CP	CI	DL	%	Abs. (1000)
Assalariados Formais	54,9	51,8	40,1	49,0	41,6	18,2	44,2	33,8	18,7	42,1	27.622
Assalariados Informais	20,1	20,8	25,7	24,4	26,0	29,1	25,9	26,7	28,5	24,1	15.785
Empregador	3,4	3,9	3,0	2,7	2,7	1,3	2,0	2,3	1,8	2,9	1.897
Conta-própria	20,3	21,4	23,4	21,8	25,3	28,0	25,7	28,2	32,2	23,5	15.396
Trabalho não remunerado	1,4	2,1	7,8	2,0	4,4	23,5	2,2	9,0	18,8	7,5	4.928
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	65.629

Notas: CP: Centros Principais; CI: Centros Intermediários; DL: Demais Localidades
Fonte: IBGE, Microdados do Censo 2000, tabulações próprias.

O trabalho não remunerado³², principal ocupação de 7,5% da força-de-trabalho ativa, mostrava-se altamente concentrado nas *Demais Localidades*, atestando o caráter anacrônico desse tipo de ocupação. Como fica evidente nas *Demais Localidades* nordestinas, que se destacaram pela alta participação da população em atividades agrícolas

³¹ Isso utilizando o conceito de PEA-ampla adotado pelo Censo 2000. Desconsiderando-se as formas de trabalho sem remuneração, onde a contribuição econômica não é direta, o percentual de informalidade sobe para 38% da força-de-trabalho ocupada.

³² O trabalho não remunerado compreende as seguintes formas de ocupação: aprendiz ou estagiário, ajuda a membro do domicílio e produção para o próprio consumo.

e reúnem alta proporção de não-remunerados (23,5%). Assim, fica evidente que o trabalho não-remunerado é mais praticado no interior das atividades primárias, provavelmente em situações de relações não-monetárias ligadas à subsistência, mas necessárias à manutenção de uma expressiva população, semi-marginalizada, dispersa pelos povoados e municípios de menor importância no sistema urbano nacional³³.

Os dados mostram que, ainda hoje, questões estruturais, como as que acompanham a precariedade da agricultura de subsistência, participam da reprodução da pobreza nordestina. As constatações aqui levantadas, quando somadas a outras fontes de informações³⁴, indicam que a modernização das relações de trabalho no meio rural nordestino ainda não se concretizou.

3.2.4 - A dinâmica do emprego formal no Brasil da década de 1990 e as tendências de reestruturação territorial

Apresenta-se neste item uma visão geral do comportamento do mercado formal de trabalho no Brasil ao longo da década de 1990, procurando indicar em que medida os subespaços do território nacional se aproximam da dinâmica geral registrada para o Brasil.

3.2.4.1 – A base de dados RAIS

Os dados da RAIS resultam de registros administrativos do Ministério do Trabalho voltados ao acompanhamento do emprego formal, arrecadação de contribuições e distribuição de benefícios previstos na legislação trabalhista. Instituída em 1975, a RAIS pode ser considerada, um censo administrativo sobre o mercado de trabalho, na medida em que todas as organizações legais (privadas e públicas) são obrigadas a declará-la anualmente. Os dados, resultantes da declaração obrigatória das empresas, mostram características básicas dos empregados³⁵.

³³ O detalhamento dos dados sobre o trabalho sem remuneração mostra que: o trabalho em atividades primárias para o próprio consumo representa 56% do total nas *Demais Localidades* nordestinas; o trabalho em ajuda a membro do domicílio, que inclui principalmente o emprego na produção de bens primários, representa 70% nas *Demais Localidades* do Centro-Sul.

³⁴ Informações de pesquisa do IBGE (Pesquisa de Orçamento Familiar) realizada em 2003 mostram as famílias das áreas rurais do Nordeste como as mais dependentes dos rendimentos não-monetários (em média 22,5% do rendimento das famílias), apresentando ainda um rendimento médio de apenas 61% da média nacional.

³⁵ Recentemente o Ministério do Trabalho tem feito um esforço visando disseminar as estatísticas disponíveis sobre o mercado de trabalho no Brasil. Parte desse esforço é o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho que, com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, disponibilizou on-line e em CD-ROM, via assinatura de um termo de compromisso, todo o banco de dados da RAIS de 1985 a 2000.

O tratamento dos dados permite sua desagregação até o nível municipal, discriminando subatividades econômicas e ocupações. Tais informações são disponibilizadas segundo estoque (número de empregos) e movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos) por gênero, faixa etária, grau de instrução, rendimento médio e faixas de rendimentos em salários mínimos. A partir dos anos 1990 a cobertura da RAIS, segundo o Ministério do Trabalho, tem oscilado em torno de 90% do setor formal da economia, podendo variar de acordo com a situação urbana ou rural, região (melhor no Sudeste) e porte do estabelecimento (cobertura pior nas pequenas e médias empresas).

Conforme salienta De Negri et al. (2001, p. 6), informações prestadas por empregadores “devem ser interpretados com cautela devido a erros e omissões comuns a esse formato de banco de dados”. Entretanto, modificações na forma de coleta dos dados, como a crescente utilização da Internet e a proibição das informações em formulários a partir de 2000, tendem a elevar o grau de confiabilidade e qualidade dos dados da RAIS.

Os dados da RAIS, ao excluir do seu universo os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal e todos os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, produzem apenas um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto a periodicidade decenal dos censos demográficos, as limitações na desagregação do plano amostral das PNAD e a cobertura geográfica restrita das pesquisas mensais de emprego e de outras pesquisas amostrais justificam o seu uso como mais uma fonte de investigação.

3.3.4.2 - Evolução do emprego formal no Brasil

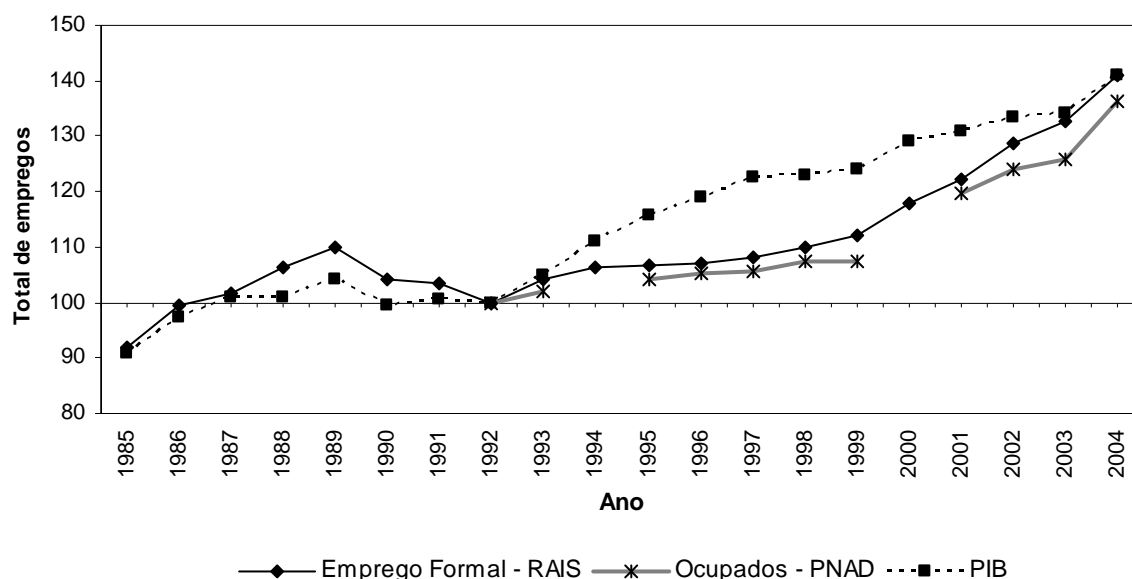
Na análise dos dados agregados da evolução do emprego formal no período 1985-2002 é possível destacar quatro períodos com características similares. O primeiro período, 1985 a 1989, foi marcado pelo crescimento constante do mercado de trabalho formal, registrando-se ao final do período um incremento de 19,5% no total de empregos formais. O segundo período, 1989 a 1992, é caracterizado pela queda do emprego formal, com uma variação negativa de 9% neste intervalo de três anos, o que representou uma diminuição de 2.213.725 postos de trabalho no mercado formal. O terceiro período, 1992 a 1996, é caracterizado pela recuperação, com um crescimento de 10% no total de empregos formais no período. Contudo, somente em 1996 atingiu-se novamente o nível de emprego registrado em 1989, ou seja, durante sete anos a geração de empregos no mercado formal

manteve-se praticamente estagnada, o que provavelmente ajuda a explicar o aumento da informalidade, principalmente nos centros metropolitanos. O quarto e último período, 1996 a 2004, é o da geração de empregos no setor formal em um ritmo mais acelerado, com um incremento ao final do período de 31,8% no número de empregos formais.

Estas flutuações no nível de emprego formal estão em consonância com o comportamento agregado da economia. Os dados do *gráfico 1* mostram que as variações no estoque total de emprego formal acompanharam, em boa medida, as flutuações do produto interno bruto brasileiro, principalmente no período anterior a 1992, evidenciando a dependência da geração de empregos no mercado de trabalho formal da dinâmica macroeconômica. Entretanto, tendo como referência o ano de 1992, momento de menor baixa no emprego formal, observa-se que nos anos seguintes há um descolamento entre o emprego formal e o PIB, com o crescimento deste último não sendo acompanhado na mesma intensidade do crescimento do emprego formal. Após 1999 observa-se uma tendência de crescimento no emprego formal superior ao PIB, e mesmo à população ocupada como um todo (formais e informais)³⁶. O resultado é que em 2004 o emprego formal acumulou uma alta de 40,8% em relação a 1992, semelhante ao incremento no PIB que foi de 40%, e superior à elevação de 36,5% no total de empregos contabilizados pelas PNAD.

³⁶ Conforme salienta RAMOS (2002), o aumento do ritmo de crescimento neste último período pode estar associado a questões que extrapolam a dimensão puramente econômica do processo. Mudanças institucionais no que diz respeito ao combate da informalidade, resultado do “esforço mais intenso e mais efetivo por parte dos fiscais da previdência social, em conjunto com uma mudança de atitude no que tange à fiscalização trabalhista, que teria passado a incentivar (salientar vantagens) a assinatura da carteira de trabalho em vez de simplesmente multar” (p. 52). Entretanto o autor salienta que faltam estudos que forneçam algum tipo de comprovação empírica para essa tese.

Gráfico 1
Varição no total de empregos formais, total de ocupados e PIB^a – Brasil, 1986-2004
(base 1992 = 100)



FONTES: Emprego Formal: RAIS/MTE, 1985-2004; Ocupados: IBGE/PNAD; PIB: IBGE, Contas Nacionais, disponível na série Indicadores Econômicos do Banco Central.

a = valores corrigidos para R\$ de 2005

Conforme salientado acima, o mercado formal de trabalho tende a acompanhar o comportamento da economia nacional. Entretanto a década de 1990 é marcada principalmente pela dinâmica desconexa das partes do território nacional, talvez pela maior inserção competitiva dos focos dinâmicos do país na economia mundial, e pela redução do tamanho do Estado na economia. Todavia, há indicações de mudanças no padrão dominante de décadas anteriores, onde o centro dinâmico da economia ditava o ritmo das demais regiões. Diante do exposto, cabe verificar em que medida os diversos subespaços nacionais têm discrepado, ou não, da dinâmica geral mostrada para o Brasil.

Uma primeira análise a partir dos dados da *tabela 7* mostra que, em termos absolutos, o emprego formal cresceu entre 1985 e 2002 em todos os subespaços aqui analisados. Mas de forma diferenciada intra-regionalmente.

A maior parte do emprego formal no Brasil pertence ao Centro-Sul, que respondeu por 78% do total³⁷ nacional em 2002, destacando-se a participação de seus *Centros Principais* que, sozinhos, respondiam por 38,5% de todos os postos de trabalho formais do Brasil. Esta participação era ligeiramente superior em 1985 e 1990, quando a região agregava 81% e 80% do emprego formal total, respectivamente. Se o agregado regional não variou muito, a distribuição deste estoque pelos recortes da hierarquia urbana regional

mostra um processo de desconcentração intra-regional: os *Centros Principais* reduziram sua participação em 8 pontos percentuais (p.p.), de 46,5% em 1985 para 38,5% em 2002. Em contra partida as *Demais Localidades* aumentaram expressivamente sua participação no emprego nacional no período, de 15,7% em 1985 para 20,4% em 2002. Se destacando como o subespaço que mais gerou novas vagas no mercado de trabalho (2.716.568 no total), e devido a esse dinamismo passou a representar no último ano analisado a segunda maior participação no total de empregos formais do Brasil, superando os *Centros Intermediários* da fração.

Os dados indicam que os *Centros Principais* do Centro-Sul foram os mais afetados pelo baixo ritmo de crescimento do setor formal, registrando-se redução dos números absolutos do emprego formal após 1989 e recuperação apenas em 2002, enquanto para o agregado nacional essa recuperação aconteceu em 1996. Esse baixo dinamismo do setor formal associa-se ao aumento do nível de informalidade nestes centros, como atestam os trabalhos de Ramos (2002) e Ramos e Ferreira (2004).

A fração Nordeste, segunda maior geradora de empregos formais no Brasil, também aumentou a participação no período analisado, evoluindo de 15,6% em 1985 para 16,9% em 2002. Esse aumento foi puxado principalmente pelas *Demais Localidades*, que aumentaram a participação no total nacional de 3,3% em 1985 para 5,2% em 2002. O comportamento dos *Centros Principais* repete o que já foi observado na fração Centro-Sul. Entretanto, na fração Nordeste a redução da participação dos *Centros Principais* no total nacional foi proporcionalmente menor, de 7,4% em 1985 para 6,6% em 2002. Quando se considera o período 1985-2002 os *Centros Intermediários* do Nordeste também se destacaram positivamente, aumentando a participação no total nacional de 4,9% em 1985 para 5,1% em 2002. Entretanto os dados da *tabela 7* mostram uma inversão dessa tendência quando se considera apenas o período mais recente, 1990-2002.

A fração Norte foi a que mais aumentou a participação no total nacional, 1,4p.p. em 2002 a mais que em 1985, mas ainda representava uma parcela muito pequena do total de empregos formais no Brasil. Internamente, registrou-se um decréscimo da participação dos *Centros Principais* e aumento da participação dos *Centros Intermediários* e *Demais Localidades*. Sendo que este último dobrou a participação no total nacional no período, de 1,5% em 1985 para 3% em 2002.

³⁷ Segundo o censo demográfico de 2000 já apresentados, essa região representava 63,4% da população brasileira total e 66,4% da PEA.

TABELA 7
Distribuição do emprego formal nos subespaços da RLC e Demais Localidades –
Brasil, 1985-2002

subespaço		1985	1990	2002		1985-2002		1990-2002	
		%	%	Abs.	%	Cresc %	Cresc. Abs.	Cresc %	Cresc. Abs.
Fração Centro-Sul	CENTROS PRINCIPAIS	46,5	44,6	11.035.099	38,5	18,6	1.733.882	8,5	864.937
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	18,6	18,8	5.504.940	19,2	47,7	1.776.706	28,2	1.212.207
	DEMAIS LOCALIDADES	15,7	16,7	5.865.242	20,4	86,3	2.716.568	53,6	2.047.932
Fração Nordeste	CENTROS PRINCIPAIS	7,4	7,0	1.887.508	6,6	27,5	407.623	18,8	298.117
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	4,9	5,4	1.467.017	5,1	49,1	483.413	19,9	243.283
	DEMAIS LOCALIDADES	3,3	3,7	1.495.591	5,2	127,6	838.391	79,6	662.770
Fração Norte	CENTROS PRINCIPAIS	2,1	2,2	577.886	2,0	37,3	157.065	17,8	87.120
	CENTROS INTERMEDIÁRIOS	1,0	1,1	499.446	1,7	141,6	292.732	91,2	238.196
	DEMAIS LOCALIDADES	0,5	0,6	351.184	1,2	271,7	256.704	177,7	224.705
TOTAL		100,0	100,0	28.683.913	100,0	43,3	8.663.084	25,8	5.879.267

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho;

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

3.3.4.3 - Setores econômicos e emprego formal no Brasil contemporâneo

Uma visão geral do comportamento estrutural do estoque de emprego formal para o período 1987-2002 (*tabela 8*) mostra comportamentos diferenciados no que tange a geração de empregos por setores econômicos.

O setor *industrial* parece ter sido o mais afetado pelo ajuste macroeconômico da década. A indústria de transformação reduziu a participação no total do mercado formal de 26% em 1987 para 18% em 2002. Com exceção do ano de 1994, onde se registrou um crescimento do número de empregos, a tendência de diminuição constante do número absoluto de empregos no período 1989-1998 somente foi alterada após 1998, porém, aquém das perdas acumuladas no período anterior.

Entre os setores que mais cresceram no período, destaca-se o de *serviços*, que manteve e ampliou a maior participação na geração de empregos formais no Brasil, de 29,2% em 1987 para 32% em 2002. Provavelmente, este setor foi beneficiado pela reestruturação do setor industrial, absorvendo parte dos empregos destruídos neste.

O segundo setor mais importante em termos de geração de empregos formais é o *setor público*, que em 1987 respondia por 21,9% do emprego formal, aumentando sua participação para 23,7% em 2002 e ultrapassando o setor industrial. É interessante notar que o setor público tem sido uma alternativa na geração de empregos num contexto de

crise do mercado formal privado, como ocorreu em boa parte na década de 1990. Entre os setores mais importantes, foi o menos afetado no período 1989-1992. Ao que parece, o dinamismo da oferta no setor público está mais vinculado aos aspectos político-administrativos que econômicos. Aparentemente, tal constatação contradiz o discurso neoliberal, que ao longo da década de 1990 tanto defendeu o enxugamento da máquina pública. Assim, é oportuno avaliar mais profundamente os efeitos de ações federais que tinham como objetivo controlar o gasto público municipal e estadual, como a *Lei Camata*³⁸ e a *Lei de Responsabilidade Fiscal*³⁹. Aparentemente, estas Leis não surtiram os efeitos esperados no número final de empregos, uma vez que após 1995 a tendência geral foi de incremento no emprego do setor público. O crescimento negativo nos anos de 1997 e 2000 foi compensado por taxas de crescimento anual em torno de 7% nos anos de 1995, 2001 e 2002. Ao final do período, 1.329.280 empregos haviam sido criados, número muito superior aos 327.411 criados nos sete anos anteriores a 1995.

O setor de *comércio* foi o que apresentou o maior aumento em pontos percentuais na participação no total de empregos formais, de 13% em 1987 para 16,8% em 2002, mantendo-se como o quarto setor mais importante.

O setor *agropecuário* também aumentou significativamente sua participação no emprego formal, de 1,4% em 1987 para 4% em 2002, resultado do incremento do *agronegócio* no período.

A *construção civil*, tradicional reduto de mão-de-obra de baixa qualificação, apesar de ter gerado um total de 140.239 novos empregos no período (1987-2002), teve uma ligeira redução na participação no total de empregos formais, de 4,3% em 1985 para 3,9 em 2002, perdendo para o setor agropecuário o posto de quinto maior gerador de empregos formais.

³⁸ Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995. Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

³⁹ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

TABELA 8
Distribuição do emprego formal por setores econômicos – Brasil, 1987-2002

Setores Econômicos	1987	1990	2002		1990-2002	
	%	%	Abs.	%	Cresc. %	Cresc. Abs.
Serviços	29,2	27,8	9.182.552	32,0	42,4	2.733.833
Administração Pública	21,9	20,6	6.787.302	23,7	42,2	2.013.835
Indústria da transformação	26,0	23,6	5.209.774	18,2	-4,7	-254.662
Comércio	13,0	12,8	4.826.533	16,8	62,0	1.847.273
Agropecuária	1,4	1,6	1.138.235	4,0	205,2	765.275
Construção Civil	4,3	4,1	1.106.350	3,9	15,3	147.009
Serviços Industriais	1,3	1,4	310.366	1,1	-4,0	-13.026
Extrativa Mineral	0,7	0,6	122.801	0,4	-6,2	-8.074
Outros Ignorados	2,9	7,5	-	0,0	-100,0	-1.746.206
Total	100,0	100,0	28.683.913	100,0	23,6	5.485.257

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho;

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

A análise desagregada por subespaços (*tabela 9*) terá como referência o período compreendido entre 1990 e 2002. A escolha de um período menor tem como objetivo dar maior atenção para a dinâmica predominante ao longo da década de 1990, período no qual aconteceram as maiores transformações no mercado de trabalho.

O setor de *serviços* destaca-se por uma concentração espacial maior que a do mercado formal como um todo. Somente a participação dos *Centros Principais* do Centro-Sul atinge em 2002 quase metade do total⁴⁰. Observada a tendência ao longo da década de 1990, mantém-se a mesma conclusão, já que, diferentemente de outros setores, as taxas de crescimento para o período 1990-2002 para os diversos subespaços aqui analisados não apresentam grandes discrepâncias em relação à média nacional.

No setor de *comércio* destaca-se a redução da participação dos *Centros Principais* do Centro-Sul, de 41% em 1990 para 36% em 2002, apesar de, em termos absolutos, ter constantemente aumentado o nível de empregos no setor. Tal fato, mas em menores proporções, acontece também nos *Centros Principais* do Nordeste, que reduziram de 6,5% para 5,7% a participação no total nacional entre 1990 e 2002. Estes foram os únicos espaços que perderam participação no setor durante o período. Essas perdas beneficiaram

⁴⁰ Aparentemente, a observação dos dados referentes ao período 1990-2002 permite concluir que houve uma diminuição da participação dos *Centros Principais* do Centro-Sul na geração de emprego formal no setor de serviços, de 49,4% para 47,6%. Entretanto, o detalhamento dos dados mostra que o resultado negativo foi todo construído entre 2000 e 2002, pois até o final da década de 1990 a tendência era de um leve crescimento da participação deste subespaço.

os demais subespaços, com destaque para as *demais localidades* do Centro-Sul, que fechou o período com 2,5p.p. a mais do total nacional de empregos no setor.

O *setor público* é, por definição, o setor mais desconcentrado espacialmente, tanto inter quanto intra regionalmente. A participação do Centro-Sul no total deste setor foi de 67% em 2002, bem abaixo de sua participação no total de empregos formais (78% em 2002). Além do mais, registrou-se uma redução da participação dos *Centros Principais* desta região ao final do período 1990-2002 em 3,8p.p. do total nacional.

Nas demais frações da rede, os dados também são reveladores. No Nordeste, a participação das *Demais Localidades* é superior até mesmo à dos *Centros Principais*. Quando se observa a taxa de crescimento no período 1990-2002 novamente evidencia-se este aspecto, as maiores taxas de crescimento no setor foram registradas nas *Demais Localidades* do Norte (332%) e do Nordeste(107%).

Quando se desconsidera os empregos do setor público, percebe-se que a distribuição inter-regional do emprego formal no Brasil manteve-se praticamente inalterada entre 1990 e 2002. O Centro-Sul, por exemplo, representava 81,8% no início do período evoluindo para 81,5% em 2002.

A *indústria de transformação*, terceiro setor que mais emprega no Brasil, foi sem dúvida o mais afetado pelo reordenamento político-econômico ao longo da década de 1990. A reestruturação produtiva teve como efeito, num primeiro momento, a redução do volume de empregos formais. Já na segunda metade da década de 1990 ocorreu uma lenta e gradual recuperação do nível de empregos. Entretanto as dinâmicas regionais e sub-regionais mostraram-se em alguma medida discrepantes deste cenário geral, pois os efeitos negativos da reestruturação produtiva não tiveram os mesmos efeitos e a mesma intensidade em todo o território nacional.

Os dados aqui apresentados permitem constatar um impacto negativo da reestruturação do setor industrial nas regiões de maior peso na estrutura industrial brasileira: os *Centros Principais* do Centro-Sul. Diferentemente do que ocorre no agregado nacional, onde a tendência após 1998 foi de constante aumento no emprego, os *Centros Principais* continuaram a exibir queda constante no volume total de empregos ao longo de todo o período, o que resultou em uma diminuição de 32% dos empregos neste setor entre 1990 e 2002. Assim, diminuiu em 12,7p.p. a participação das indústrias dos *Centros Principais* do Centro-Sul no total nacional.

Por outro lado, o comportamento do setor nas *Demais localidades* do Centro-Sul foi quase o oposto do ocorrido nos *Centros Principais*, registrando um aumento acumulado no

período de 40%, passando a responder em 2002 por 30% do total de empregos industriais no Brasil. Portanto, a realocação espacial no setor industrial não está privilegiando os níveis superiores da hierarquia urbana, mas sim as cidades de menor porte do Centro-Sul, cada vez mais equipadas e dotadas de infra-estrutura de qualidade, fator relevante para a atração de indústrias.

Quando se focaliza o movimento nas três frações, os dados dão pouca força à idéia de desconcentração industrial inter-regional. A participação das demais regiões no total nacional manteve-se pouco alterada, o Centro-Sul em 1990 detinha 86% do emprego industrial do Brasil, sofrendo apenas uma leve redução para 83,8% em 2002. Essas evidências dão força à tese da “desconcentração concentrada” ou *Desenvolvimento Poligonal* de Diniz (1993). Entretanto, esse aumento de 2,2p.p., embora pequeno, não deve ser subestimado, dado o tamanho da economia do Centro-Sul somado às limitações dos dados sobre emprego formal. Pois muitas das novas plantas industriais instaladas nas frações norte e nordeste são relativamente mais intensivas em capital. Como mostraram Diniz e Basques (2004) no caso do Nordeste, que na última década destacou-se na atração de segmentos industriais tradicionalmente intensivos em mão-de-obra (têxtil, vestuário e calçados). Contudo, as novas plantas industriais ao possuírem altos coeficientes de capital e tecnologia não propiciaram incrementos de vagas no mercado de trabalho na mesma proporção do incremento constatado no VTI (valor de transformação industrial).

No setor da *construção civil* os *Centros Principais* tiveram o pior desempenho, tendo registrado diminuição do total de empregos ao longo do período 1990-2002 no Nordeste e no Centro-Sul. Os *Centros Principais* do Norte, embora não tenham apresentado diminuição em números absolutos, como os seus congêneres das demais frações, também diminuíram sua participação no total nacional. Os *Centros Intermediários* e *Demais Localidades* da fração Norte foram os subespaços mais dinâmicos na geração de empregos neste setor, exibindo as maiores taxa de crescimento entre 1990 e 2000, o que fez aumentar a participação da fração Norte no total setorial de 3,4% em 1990 para 5,2% em 2002. O comportamento exposto para este setor aponta para o dinamismo urbano da região amazônica, uma das faces da *urbanização extensiva* na região (Monte-Mór, 2004).

Apesar da *extração mineral* ser pouco representativa em termos de geração de empregos no Brasil, arcando apenas com 0,4% do total nacional em 2002. Os dados deste setor, altamente dependente da localização dos recursos naturais, podem indicar tendências da produção do território nacional, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da base de recursos naturais do subsolo brasileiro. Como era de se esperar, este é o único

setor, entre os pesquisados, em que não há predominância dos *Centros Principais* do Centro-Sul. São as *Demais Localidades* do Centro-Sul que possuem a maior participação no total nacional, 38,4% em 2002. Os *Centros Intermediários* aparecem em segundo lugar com 23% do total e as *Demais Localidades* do Nordeste em quarto lugar, com 12,3% do total. O Nordeste foi a região que apresentou o maior dinamismo na geração de postos de trabalho no setor, aumentando sua participação de 12,4% em 1990 para 20% em 2002. A fração Norte, por abrigar um subsolo rico em recursos minerais ainda pouco explorados, além de grandes projetos de mineração em importantes jazidas de alumínio e ferro, deveria ocupar um lugar de destaque. Mas ocorreu o contrário, a região perdeu posição relativa ao longo do período, apresentando crescimento negativo no total de empregos em todos os seus subespaços, como resultado, reduziu sua participação em 4p.p., de 9% em 1990 para 5% em 2002.

O setor *agropecuário* mostra uma excessiva concentração no Centro-Sul. Em 2002, 78,5% do emprego total concentrava-se nessa região, com destaque para as *Demais Localidades* que representam 63% do emprego formal no setor. O Nordeste passou a representar uma parcela maior do emprego formal agrícola ao longo do período selecionado (1990-2002), 15% no início contra 17,4% no último ano analisado. Nesta fração o maior destaque ficou por conta das *Demais Localidades*, que aumentaram em 4p.p. a sua participação no total nacional. Provável fruto da modernização seletiva do agro nordestino, refletindo as novas relações de trabalho assalariadas e formais da agricultura moderna da soja e da fruticultura irrigada.

TABELA 9
Distribuição do emprego por setores Econômicos nos subespaços da RLC e Demais
Localidades – Brasil, 1990-2002

Setor	Ano	Formas de mensuração	Fração Centro-Sul			Fração Nordeste			Fração Norte			IGNO-RADO	TOTAL
			CP	CI	DL	CP	CI	DL	CP	CI	DL		
Serviços	1990	%	49,4	19,7	14,0	7,5	4,6	1,6	1,9	0,8	0,4	0,2	100,0
	2002	Abs.	4.374,1	1.909,0	1.259,7	715,7	414,9	195,8	173,6	98,5	41,2	0,0	9.182,6
		%	47,6	20,8	13,7	7,8	4,5	2,1	1,9	1,1	0,4	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	37,3	50,6	39,5	48,7	39,0	89,6	43,3	99,8	70,7	-100,0	42,4
		Cresc. Abs.	1.187,9	641,3	356,9	234,4	116,4	92,5	52,5	49,2	17,1	-14,3	2.733,8
Comércio	1990	%	41,2	22,8	18,6	6,5	4,8	2,3	1,9	1,2	0,4	0,2	100,0
	2002	Abs.	1.722,1	1.147,5	1.017,0	277,0	263,0	164,9	89,7	95,5	49,9	0,0	4.826,5
		%	35,7	23,8	21,1	5,7	5,4	3,4	1,9	2,0	1,0	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	40,3	68,9	83,9	42,0	82,8	136,1	62,7	167,2	289,3	-100,0	62,0
		Cresc. Abs.	494,4	468,1	464,0	82,0	119,1	95,0	34,6	59,8	37,1	-6,8	1.847,3
Administração Pública	1990	%	42,9	12,3	12,1	9,4	9,9	7,1	3,3	2,4	0,7	0,1	100,0
	2002	Abs.	2.652,1	852,6	1.046,0	514,4	466,6	701,8	200,6	218,6	134,7	0,0	6.787,3
		%	39,1	12,6	15,4	7,6	6,9	10,3	3,0	3,2	2,0	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	29,6	45,7	80,7	15,0	-1,2	107,4	29,2	91,0	332,0	-100,0	42,2
		Cresc. Abs.	605,2	267,3	467,0	67,2	-5,6	363,3	45,3	104,1	103,6	-3,6	2.013,8
Indústria de Transformação	1990	%	44,7	20,7	20,7	4,7	2,5	3,7	1,8	0,5	0,4	0,3	100,0
	2002	Abs.	1.664,9	1.122,3	1.579,8	230,2	175,3	236,9	82,0	49,2	69,2	0,0	5.209,8
		%	32,0	21,5	30,3	4,4	3,4	4,5	1,6	0,9	1,3	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-31,8	-0,7	39,5	-9,6	26,2	15,7	-17,3	95,1	196,3	-100,0	-4,7
		Cresc. Abs.	-776,5	-8,0	447,2	-24,4	36,4	32,2	-17,1	24,0	45,9	-14,3	-254,7
Construção Civil	1990	%	46,9	21,2	9,5	11,0	6,4	1,6	2,1	0,9	0,4	0,1	100,0
	2002	Abs.	437,2	245,7	157,6	99,8	75,7	32,4	22,6	19,3	16,2	0,0	1.106,4
		%	39,5	22,2	14,2	9,0	6,8	2,9	2,0	1,7	1,5	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-2,8	21,0	72,6	-5,3	23,3	116,9	11,0	135,2	279,5	-100,0	15,3
		Cresc. Abs.	-12,6	42,7	66,2	-5,6	14,3	17,5	2,2	11,1	11,9	-0,8	147,0
Extração Mineral	1990	%	20,7	19,4	37,1	2,0	1,9	8,5	1,1	3,3	4,4	1,5	100,0
	2002	Abs.	17,0	28,6	47,1	3,4	5,7	15,0	0,2	1,2	4,6	0,0	122,8
		%	13,8	23,3	38,4	2,8	4,7	12,3	0,2	1,0	3,7	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-37,3	12,4	-3,0	32,0	125,5	35,0	-87,5	-72,1	-19,9	-100,0	-6,2
		Cresc. Abs.	-10,1	3,1	-1,5	0,8	3,2	3,9	-1,3	-3,1	-1,1	-2,0	-8,1
Agropecuária	1990	%	7,0	15,3	58,8	3,7	2,9	8,2	0,6	0,4	2,2	0,8	100,0
	2002	Abs.	38,2	140,6	715,1	18,9	41,5	138,1	3,7	9,7	32,5	0,0	1.138,2
		%	3,4	12,4	62,8	1,7	3,6	12,1	0,3	0,9	2,9	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	46,0	145,9	226,2	36,4	289,0	349,7	59,6	508,3	288,3	-100,0	205,2
		Cresc. Abs.	12,1	83,4	495,9	5,0	30,8	107,4	1,4	8,1	24,1	-2,9	765,3

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho;

OBS: Valores absolutos em milhares

Notas explicativas das abreviaturas: CP = Centros Principais; CI = Centros Intermediários; DL = Demais Localidades; Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

3.3.4.4 - Empregos por tamanho de estabelecimento

A análise da distribuição do emprego formal por tamanho do estabelecimento privado⁴¹ no período 1987-2002 apresentados na *tabela 10*, mostra importantes aspectos da geração de empregos no Brasil.

A primeira constatação é que os grandes estabelecimentos (mais de 500 empregados) perderam participação ao longo do período, em 1987 representavam 29% do total nacional, e em 2002 esta participação declinou para 19%, resultado da diminuição constante no número de empregos no período 1989-1999⁴². Apesar da tendência de aumento após 1999, em 2002 este tipo de estabelecimento não tinha conseguido recuperar o nível de empregos registrado em 1987.

Por outro lado, a dinâmica das micro e pequenas empresas⁴³ tem mostrado uma tendência oposta à dos grandes estabelecimentos. Estas, ao longo do período analisado, ampliaram a participação no total de empregos formais, sendo pouco afetadas pela crise do período 1989-1992, quando a tendência geral foi de redução dos postos de trabalho formais.

O resultado é que em 2002 a pequena empresa já era a maior empregadora no mercado formal, 26,6% do total. O comportamento das microempresas também é surpreendente, saltaram de uma participação 14,1% em 1987 para 23,2% em 2002. As empresas de porte intermediário, com quadro variando entre 50 e 99 ou 100 e 500 funcionários, também tiveram sua participação diminuída, sobretudo as últimas, onde a participação de 25,7% em 1987 caiu para 21,2% em 2002.

Nota-se que as grandes empresas foram as mais afetadas pelas reestruturações e oscilações do mercado formal de trabalho ao longo da década de 1990, de outra parte as micro e pequenas empresas vêm se mostrando como uma alternativa consistente na

⁴¹ Os empregos do setor público não foram incluídos na análise por porte de estabelecimento.

⁴² Os dados de número de estabelecimentos também mostram redução absoluta deste tipo de estabelecimento. Foram 365 estabelecimentos de grande porte a menos em 2002 se comparado com 1990. Cabe destacar que, devido à forma de desagregação dos dados, se trabalha com estabelecimentos e não com empresas. Assim, quando se analisa uma série temporal, pode acontecer que, ao longo do período, estabelecimentos que tenham passado por ampliação ou redução do quadro de funcionários mudem de categoria. No caso do setor industrial a expectativa é que a redução do quadro de funcionários, em função da reestruturação produtiva, tenha sido prática comum, e estaria interferindo nos resultados, por exemplo, diminuindo ainda mais o número de empregados e estabelecimentos em uma determinada categoria. Entretanto é uma situação difícil de ser avaliada, e não invalida as análises aqui apresentadas.

⁴³ Considera-se como micro empresa as que possuem até 9 funcionários, e como pequena empresa as que possuem entre 10 e 49 funcionários.

geração de empregos⁴⁴. Entretanto, deve se acentuar que na maioria das vezes, os empregos gerados nas empresas menores são mais precários que os dos grandes estabelecimentos, onde o trabalhador tem acesso a um maior nível de proteção. Esta pode ser a outra face da precarização do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 1990, que se soma à questão mais destacada, a da informalização de fato.

TABELA 10
Distribuição do emprego formal por tamanho dos estabelecimentos privados – Brasil, 1987-2002

Tamanho do estabelecimento	1987	1990	2002		1987-2002		1990-2002	
	%	%	Abs.	%	Cresc %	Cresc. Abs.	Cresc %	Cresc. Abs.
ate 9 empregados	14,1	15,9	5.080.407	23,2	103,4	2.583.166	72,9	2.142.441
de 10 a 49 empregados	21,1	22,0	5.820.553	26,6	56,0	2.089.513	43,8	1.773.548
De 50 a 99 empregados	10,2	10,2	2.238.194	10,2	23,9	431.989	19,5	365.070
de 100 a 499 empregados	25,7	24,4	4.635.328	21,2	2,1	94.944	3,0	133.226
500 ou mais empregados	28,9	27,5	4.122.129	18,8	-19,5	-1.000.874	-18,6	-942.863
TOTAL	100,0	100,0	21.896.611	100,0	23,7	4.198.738	18,8	3.471.422

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho;

Notas explicativas das abreviaturas: Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

Concentrando a análise apenas no emprego dos grandes estabelecimentos industriais, é possível ter idéia dos impactos da reestruturação produtiva no Brasil ao longo da década de 1990. Estes respondiam por 37% do emprego industrial em 1990, já em 2002, apenas 25%. O desempenho negativo de 34,5% ao longo do período, significou a eliminação de 699.371 bons postos de trabalho⁴⁵.

Por outro lado as micro e pequenas empresas industriais elevaram sua participação no emprego industrial de 23% para 34% no mesmo período, expandindo em 517.346 o estoque de empregos, e em 59.137 o total de estabelecimentos. Sendo que as *Demais Localidades* do Centro Sul contribuíram com 48% dos novos estabelecimentos e 49% dos novos postos de trabalho. Estes dados indicam um dinamismo industrial específico e característico de algumas localidades do Centro-Sul, onde provavelmente iniciativas do

⁴⁴ Conforme salienta Costanzi (2004, p. 14), o resultado pode ser afetado por grandes empresas trabalhando com um maior número de estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto o autor destaca que “pode se afirmar com um bom grau de confiabilidade que as micro e pequenas empresas tiveram crescimento do estoque de emprego formal em ritmo muito superior ao apresentado pelas médias e grandes empresas”.

⁴⁵ Os dados sobre o número de estabelecimentos apontam para o setor industrial como grande responsável pela diminuição no número de grandes estabelecimentos, somente neste setor a diminuição foi de 490 estabelecimentos de grande porte no período 1990-2002, 351 deles somente nos *Centros Principais* do Centro-Sul. O único destaque positivo foram as *Demais Localidades* do Centro-Sul, nas quais 34 grandes estabelecimentos industriais surgiram ao longo do período.

tipo *arranjos produtivos locais* e atividades ligadas à agroindústria contribuem para gerar emprego em renda.

Os subespaços mais afetados pelo resultado negativo dos grandes estabelecimentos industriais foram os *Centros Principais* do Centro Sul, que, sozinhos, foram responsáveis por 66% dos empregos eliminados, o que resultou em grande diminuição da participação destas áreas no total nacional, de 41,5% em 1990 para 28,5% em 2002. Outros subespaços que apresentaram decréscimo no total de empregos foram os *Centros Intermediários* do Centro Sul e os *Centros Principais* do Nordeste, ou seja, a crise do emprego no setor industrial afetou principalmente as áreas urbanas mais significativas do parque industrial brasileiro (*tabela 11*).

Entretanto, novas alternativas espaciais para os grandes estabelecimentos industriais estão sendo traçadas e merecem uma investigação mais apurada. A fração Norte é um bom exemplo, pois se destacou em termos de crescimento do emprego industrial em grandes estabelecimentos, excetuando-se os *Centros Principais* (Manaus e Belém), os seus demais subespaços tiveram um crescimento significativo nesse segmento, apesar de ainda representarem uma parcela muito pequena do total nacional.

TABELA 11
Distribuição do emprego formal por estabelecimentos industriais com até 50 empregados e com mais de 500 empregados nos subespaços da RLC e Demais Localidades – Brasil, 1990-2002

Setor	Ano	Valores	Fração Centro Sul			Fração Nordeste			Fração Norte			IGNO-RADO	TOTAL
			CP	CI	DL	CP	CI	DL	CP	CI	DL		
Até 50 empregados	1990	%	41,5	22,8	17,5	5,8	2,4	7,3	2,2	0,1	0,2	0,0	100,0
	2002	Abs.	378,8	315,0	354,1	70,1	48,1	126,9	26,3	2,6	5,3	0,0	1327,2
		%	28,5	23,7	26,7	5,3	3,6	9,6	2,0	0,2	0,4	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	-55,0	-31,9	-0,1	-40,4	-1,0	-14,5	-42,3	13,8	28,4	-100,0	-34,5
		Cresc. Abs.	-463,2	-147,6	-0,4	-47,6	-0,5	-21,5	-19,3	0,3	1,2	-0,7	-699,4
500 ou mais empregados	1990	%	43,9	19,8	25,0	3,8	2,6	1,8	0,9	1,0	0,8	0,4	100,0
	2002	Abs.	421,5	287,7	421,7	53,4	46,5	41,9	12,7	18,3	23,3	0,0	1327,2
		%	31,8	21,7	31,8	4,0	3,5	3,2	1,0	1,4	1,8	0,0	100,0
	1990-2002	Cresc %	1,6	53,7	78,7	49,6	89,0	152,8	46,3	99,1	196,9	-100,0	40,5
		Cresc. Abs.	8,9	135,8	251,0	24,0	29,6	34,2	5,4	12,3	20,9	-4,8	517,3

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho; elaboração dos autores.

OBS: Valores absolutos em milhares

Notas explicativas das abreviaturas: CP = Centros Principais; CI = Centros Intermediários; DL = Demais Localidades; Abs = Valores absolutos; % = participação no total nacional para o ano especificado; Cresc. % = crescimento relativo no período; Cresc. Abs. = crescimento em números absolutos no período.

No Centro Sul, não obstante a diminuição absoluta do número de empregos para esse tipo de estabelecimento no período analisado, a participação das *Demais Localidades* no total nacional aumentou de 17,5% em 1990 para 26,7% em 2002. Uma análise mais

detalhada mostrou que a tendência nas *Demais Localidades* foi de diminuição no nível de empregos entre 1990 e 2000, porém, nos dois últimos anos analisados (2000-2002) foram criados 71.975 novos empregos. Um incremento de 25,5% no estoque de empregos em um curto intervalo de tempo, o que garantiu o saldo positivo ao final do período 1990-2002.

3.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA TERRITORIAL DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Os dados aqui apresentados não só confirmam o que já era esperado, o maior dinamismo do conjunto de localidades centrais aqui selecionadas, mas também especificam melhor como e em que setores econômicos as condições de empregabilidade são melhores, onde o padrão de vida e a dinâmica econômica se afiguram mais intensos e consolidados, e finalmente onde a expansão territorial se mostra tendencialmente mais relevante.

De uma maneira geral, os dados reforçam o caráter predominante urbano do recorte espacial aqui adotado, já que abrange aproximadamente dois terços da população urbana nacional, mesmo que essa primazia tenha diminuído na década de 1990, como fruto da urbanização desconcentrada do Brasil contemporâneo. Evidencia-se a alta concentração espacial da produção de riquezas na fração Centro-Sul da rede, enquanto uma grande extensão do Brasil atual ainda permanece imerso em atividades tradicionais e informais, onde, ao que parece, tais atividades não têm sido suficientes para gerar renda e riqueza para as populações nelas inseridas.

Apesar desse quadro pessimista traçado com base nas informações censitárias, os dados sobre o mercado formal de trabalho sugerem que ao longo da década de 1990 e os dois primeiros anos do século XXI a tendência foi de constante incremento da atividade econômica nos municípios menores (*Demais Localidades*). Prova disso é que nas duas regiões de maior peso no mercado formal, o Centro-Sul e o Nordeste, estes subespaços ultrapassam os *Centros Intermediários* de suas respectivas regiões em termos de participação no mercado de trabalho formal brasileiro. Ao que tudo indica, as *Demais Localidades* destacam-se como importantes geradoras de empregos formais, ao se inserirem cada vez mais na dinâmica moderna da economia, oferecendo alternativas locais para a desconcentração e/ou (re)alocação da atividade econômica no Brasil.

Já as tradicionais Regiões Metropolitanas, nodosidades que sempre dominaram o cenário econômico nacional, parecem ter perdido vigor em termos de geração de empregos formais ao longo da década de 1990, tendência esta que não se restringiu apenas ao Centro-Sul, repetindo-se nas grandes aglomerações urbanas das demais frações. É provável que uma das respostas à crise do emprego formal nas Regiões Metropolitanas seja a emigração, ao lado do incremento do setor informal.

Com a crise derivada da reestruturação produtiva que afetou a indústria, o setor de serviços, particularmente no período 1990-2000, é o que vem sustentando o nível de emprego nos *Centros Principais* do Centro-Sul. Aqui reside uma das chaves da interpretação dos novos processos de desconcentração da atividade produtiva no Brasil, pois se amplia uma série de atividades produtivas baseadas na separação territorial entre planta industrial e gerenciamento, o que significa expansão da função das metrópoles como “*centros de gestão do território*” (Corrêa, 1996).

Outro setor digno de nota foi o agropecuário, que em sua vertente moderna mais intensiva em trabalho formal, assumiu importância crescente na economia, tanto nas exportações quanto na geração de empregos formais fora dos grandes centros urbanos do Centro-Sul e do Nordeste. Além do mais, trata-se de uma atividade que em suas extensas cadeias produtivas envolve praticamente todos os demais setores econômicos, do primário ao quaternário. Logo, boa parte do dinamismo verificado nos níveis inferiores da hierarquia urbana nacional pode ter origens no agronegócio.

Por outro lado o velho rural brasileiro ainda permanece vivo. Como ficou evidente nos dados censitários, as *Demais Localidades*, não obstante sua crescente urbanização na última década, ainda emprega uma parcela significativa de sua força-de-trabalho em atividades agrícolas. É também nesse subespaço que persistem relações informais de trabalho e o trabalho não remunerado associado à agricultura de subsistência.

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A literatura sobre migrações no Brasil na década de 1990 tem apontado para a consolidação de novas tendências, já prenunciadas na década anterior. Estas novas tendências somam-se às transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, tornando a década de 1990 um período de grande interesse para as pesquisas que procuram relacionar as dinâmicas do mercado de trabalho e da migração.

4.1 - TENDÊNCIAS RECENTES DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NO BRASIL

Da derrocada do período agro-exportador brasileiro na década de 1930 até a década de 1970 era possível visualizar nos movimentos migratórios internos o predomínio de dois vetores principais: um em direção as fronteiras agrícola e mineral e outro em direção às metrópoles em crescente industrialização. Tendo predominando o segundo vetor, ocorreu no Brasil ao longo desse período um intenso processo de concentração populacional, impulsionado pela migração para as metrópoles do sudeste, e de urbanização, alimentada pelo êxodo rural.

Esse modelo serviu de base para o entendimento da dinâmica migratória brasileira durante boa parte do século XX. Entretanto tal perspectiva de análise se insere num determinado modelo de organização do território predominante pelo menos até a década de 1960, no qual prevalecia a extrema concentração espacial, tanto das atividades econômicas quanto da população nas grandes metrópoles. Mas os resultados do Censo Demográfico de 1980 permitiram constatar o início do processo de reversão dessa tendência, que se confirmou nas décadas seguintes e foram plenamente captados pelos resultados dos censos de 1991 e 2000. Verificou-se ao longo das últimas décadas a expansão de uma diversificada rede urbana nacional, com o crescimento de capitais regionais e sub-regionais, bem como o aumento da população urbana em grande número de cidades de diferentes tamanhos, conformando novos espaços da produção econômica e da imigração.

Esses espaços assumem importância crescente, já que são capazes tanto de absorver quanto de reter grande parte dos fluxos migratórios que, anteriormente, teriam como destino as grandes concentrações metropolitanas, não deixando dúvidas sobre o caráter descentralizado da urbanização brasileira.

Assim, destacam-se como principais características da mobilidade espacial da população brasileira nas duas últimas décadas a complexidade e a diversificação. Tais características podem ser percebidas pela diversidade de tipos de deslocamentos populacionais: movimentação entre núcleos urbanos; crescimento da busca por cidades médias; movimentos pendulares intra-metropolitanos ou mesmo interestaduais; migração de retorno), e pela variedade de grupos sociais envolvidos: idosos em direção às cidades litorâneas do sul, de estudantes, de trabalhadores altamente qualificados em direção aos grandes centros urbanos.

A crescente urbanização do território nacional é um dos fatores elementares para explicar a recente dinâmica migratória. O Estado Brasileiro ao incentivar e patrocinar a desconcentração econômica, a partir principalmente da década de 1950, e com maior intensidade a partir da década de 1960, tinha como um dos objetivos evitar a superconcentração econômica-populacional na Grande São Paulo. Foram criadas infra-estruturas que permitiram às cidades médias contar com vantagens comparativas que as colocaram não somente na rota de fluxos econômicos, mas também dos fluxos populacionais (CANO, 1997). Assim, o processo de urbanização no Brasil contemporâneo comporta duas lógicas distintas. Por um lado é notável a desaceleração do crescimento populacional das grandes concentrações metropolitanas⁴⁶. Por outro há uma distribuição da população em diferentes espacialidades do sistema urbano brasileiro, que marca um intenso processo de *interiorização das aglomerações urbanas*, incorporando áreas que se expandem no contexto de dinâmicas regionais ou locais específicas, revertendo a secular tendência de *urbanização de fachada* (BAENINGER, 2004; MATOS, 2002; SANTOS; SILVEIRA, 2000)⁴⁷.

Confirmando tal tendência, os dados apresentados por Baeninger (2002) mostram que os movimentos migratórios interestaduais do final dos anos 1980 e década de 1990

⁴⁶ No período 1991-2000 as nove tradicionais Regiões metropolitanas cresceram 2% a.a., contra 3,79% a.a. da década de 1970, sendo as duas menores taxas de crescimento na década de 1990 registradas, justamente, nas duas maiores aglomerações urbanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, que cresceram no período 1,7% e 1,5% a.a., respectivamente (BAENINGER, 2004, p. 3).

⁴⁷ Mesmo que se considere o fato de que ainda persistem diferenciais de fecundidade, que, segundo Cunha (2003), nas áreas mais desenvolvidas do Sudeste e Sul é em média 25% menor que nas mais pobres do Norte

apontaram para mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira, dentre as quais cabe destacar: i) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se, como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste; ii) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdidos” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos; iii) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

Fica evidente na dinâmica migratória da década de 1990 uma nova realidade: uma maior retenção da população ao nível regional, contribuindo para a diminuição nos volumes dos movimentos migratórios para outros estados. No caso do Nordeste, observa-se uma significativa recuperação demográfica no âmbito da própria região, com o maior número de estados absorvedores de população⁴⁸ (BAENINGER, 2002).

Os dados sobre a dinâmica migratória intermunicipal expostos por Vasconcelos (2003) confirmam as tendências acima levantadas para o nível estadual e regional. Entre as conclusões extraídas do referido trabalho é possível destacar: i) nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, as capitais apresentam um saldo migratório negativo muito forte, mas os municípios vizinhos possuem um saldo migratório positivo bem definido. Confirma-se o fato de que estas capitais não absorvem um número elevado de pessoas, que se dirigem às cidades vizinhas; ii) Destacam-se em termos de expressividade dos fluxos migratórios as grandes metrópoles nacionais, confirmando o papel destas áreas como *áreas de passagem*; iii) Com saldo migratório positivo destacam-se os municípios das periferias metropolitanas, notadamente os da recente área de expansão metropolitana de Goiânia e Brasília. Os saldos negativos das capitais estaduais, confirmam a dinâmica núcleo-periferia; iv) As maiores taxas líquidas migratórias positivas são registradas, principalmente, nas áreas de expansão da fronteira demográfica do Centro-Oeste e do Norte, onde a população migrante tem peso significativo para composição da população total.

e Nordeste, é inegável que o efeito da migração foi decisivo no processo recente de distribuição espacial da população brasileira.

⁴⁸ O total de 1.068.329 imigrantes interestaduais presentes nos estados do Nordeste em 1991 é 275% superior àquele registrado quatro décadas atrás (BRITO et al., 2004, p. 3).

A inequívoca redução das alternativas nas áreas de fronteira agrícola, bem como os impactos da crise econômica dos anos 80 e o processo de reestruturação produtiva sobre o aparato industrial, especialmente do Estado de São Paulo, ajudam a explicar a redução dos movimentos populacionais interestaduais. A redução do crescimento econômico pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção às principais metrópoles, como favorecido a migração de retorno. Já a relativa desconcentração industrial para estados como Minas Gerais e Paraná, o crescimento da agricultura e agroindústria no Centro-Oeste e a conseqüente “urbanização da fronteira agrícola” foram fatores que contribuíram para o redirecionamento de certos fluxos migratórios (CUNHA, 2003, p. 221-222).

4.1.1 - A Região Metropolitana de São Paulo

Um importante ponto a ser destacado é a dinâmica da grande área de atração populacional em nível nacional, a Região Metropolitana de São Paulo-RMSP. Essa passou nas últimas três décadas por grandes mudanças socioeconômicas e demográficas. Além da desconcentração da atividade produtiva, a região experimentou a deterioração das condições materiais de vida de sua população, expressa pelo aumento da pobreza e da concentração de renda, pela explosão dos problemas habitacionais e de infra-estrutura e, sobretudo, pela precarização progressiva das condições de inserção econômica de sua população no mercado de trabalho. Diminuindo o poder de retenção da população migrante, num contexto em que o mercado de trabalho se comporta de forma mais seletiva, absorvendo migrantes mais escolarizados e em ocupações de maior renda⁴⁹.

Mesmo assim, a RMSP continua mantendo parte de seu fetiche como área de “promessa” de uma vida melhor, em razão de ainda concentrar grande parte da riqueza nacional, e, por outro lado, porque muitos dos espaços historicamente “exportadores” de população, em particular os do Nordeste, não passaram por transformações estruturais que resultassem numa redução significativa da evasão demográfica (DEDECCA; CUNHA, 2000, p. 2-6).

Os dados sobre migração dos censos demográficos de 1991 e 2000 para a RMSP mostram um saldo negativo para o período 1995-2000 de 127.153 pessoas, inferior ao

⁴⁹ A participação dos imigrantes “sobreviventes” com renda *per capita* inferior a 0,68 SM (salários mínimos) no total de migrantes reduziu de 31% em 1991 para 18% em 1998. Quanto a escolaridade, entre 1991 e 1998, observa-se a redução da participação no total de imigrantes dos grupos compostos por pessoas com até quatro anos de estudo. Cabe ressaltar que, no que diz respeito à educação, esta melhoria resulta também de um efeito geracional, resultado da melhoria das condições educacionais da população brasileira como um todo (DEDECCA; CUNHA, 2000, p. 8).

registrado no período 1986-1991, de 488.803 pessoas. O saldo negativo esconde outra importante dimensão, o total de imigrantes em 2000 é 114% maior do que aquele registrado em 1991. A participação dos fluxos originados na metrópole paulista para os demais municípios brasileiros manteve-se praticamente inalterada, 6,5% em 1991 e 6,6% em 2000. O que mais chama atenção na dinâmica migratória da RMSP é a sua dimensão intrametropolitana. Na distribuição dos fluxos imigratórios entre núcleo e periferia, observa-se um aumento dos fluxos para os municípios periféricos e uma diminuição da expressividade dos fluxos direcionados ao núcleo. Em 1991 os fluxos direcionados para o núcleo representavam 72% do total imigrantes metropolitanos, reduzidos para 55% em 2000. As trocas núcleo-periferia também passaram por importantes transformações no período, o fluxo núcleo-periferia registrado em 2000 é 30% superior ao registrado em 1991, enquanto o fluxo periferia-núcleo foi reduzido em 85% no mesmo período⁵⁰.

Fica evidente que a RMSP, particularmente a cidade de São Paulo, tem reforçado sua função de área de circulação para parcela significativa da população migrante. Ao mesmo tempo em que se registra um marcante processo de periferização de seu crescimento populacional.

4.2 - MIGRAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RAIS E CENSO DEMOGRÁFICO

A **Raismigra** é uma base de dados derivada da RAIS, também organizada pelo Ministério do trabalho, que, via controle pelo número do PIS⁵¹, permite o acompanhamento da trajetória geográfica, setorial e ocupacional dos trabalhadores no mercado formal. Neste trabalho, utilizar-se-á do modelo tipo **painel** de organização da informação, que permite comparar a posição do trabalhador ao longo do tempo, possibilitando o estudo da mobilidade, geográfica e setorial, do indivíduo no mercado de trabalho formal ao longo do período analisado.

Por tratar-se de uma fonte alternativa de pesquisa sobre migração, é necessário delimitar metodologicamente as diferenças que ela apresenta em relação ao Censo Demográfico do IBGE, que é a fonte de dados mais tradicional sobre o tema. A figura

⁵⁰ Os dados apresentados nesse parágrafo foram calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 por Carlos Lobo. E foram apresentados durante uma exposição em encontro de Trabalho Orientado desse Programa de Pós-Graduação, coordenado pelo Professor Ralfo Matos no primeiro semestre de 2005.

⁵¹ O PIS é o número de identificação de cada trabalhador utilizado para controle pelo Ministério do Trabalho.

abaixo chama atenção para a principal vantagem da raismigra, que pela organização dos dados permite acompanhar a evolução temporal dos trabalhadores e dos espaços (municípios, estados e regiões). Como o controle é feito pelo número do PIS, é possível identificar todas as características do vínculo empregatício (remuneração, localização, setor, atividade, etc.) de um trabalhador do mercado formal ano a ano, mesmo que ele mude de emprego ao longo do período. Assim é possível ter acesso às características do vínculo empregatício ao qual um determinado trabalhador está submetido no início ao longo de todo o período investigado. O que não é possível com os dados censitários, que apresentam as características das pessoas apenas no momento do levantamento, não sendo possível comparar os indivíduos em dois censos diferentes, mas apenas os espaços investigados. A principal limitação da raismigra é sua restrição ao mercado formal, e em decorrência, quando o trabalhador se ausenta do mercado formal em um determinado ano, perde-se as informações sobre o mesmo.

Buscando destacar as diferenças entre os dados do Censo e da Raismigra, e como elas podem interferir nos resultados alcançados, faz-se nesta seção uma análise comparativa dos dados obtidos nas duas fontes de dados. Busca-se comparar e discutir os resultados, e a partir dessas comparações traçar algumas perspectivas de utilização dos dados da Raismigra para estudos no intervalo intercensitário.

4.2.1 - Aspectos metodológicos

Adota-se como **recorte espacial** as nove tradicionais Regiões Metropolitanas (RMs), conforme estavam definidas oficialmente pelo IBGE em 2000. A não utilização integral do recorte espacial da RLC tem como objetivo simplificar a análise, diminuindo o número de unidades espaciais. Ameniza-se também as distorções devido a diferença em termos do local de referência no recolhimento das informações, residência no Censo e estabelecimento de trabalho na RAIS.

O **universo populacional analisado** teve seus contornos dados pela abrangência dos dados da RAIS, restritos ao setor formal. Assim, delimitou-se no Censo o que, em tese, corresponderia ao mesmo universo da RAIS, apenas os assalariados com carteira assinada e os funcionários públicos.

Na definição do **conceito de migrante**, devido a maior flexibilidade da base de dados da Raismigra, procurou-se aproximar o conceito desta ao do Censo.

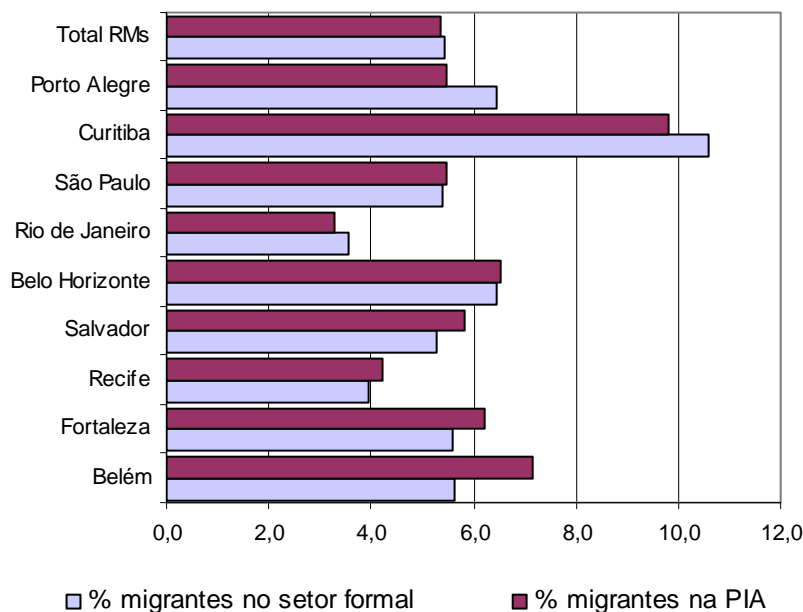
No **Censo** o controle do migrante é feito pelo local de residência. Neste estudo, foi considerado migrante a pessoa que em 31 de julho de 1995 morava em um município diferente daquele no qual foi recenseada em 2000, desde que aquele município não faça parte da Região Metropolitana na qual residia no momento do recenseamento.

Na **Raismigra** a situação de migrante é dada em função do local de trabalho. Sendo considerado como tal, a pessoa que estava empregada em 31 de dezembro de 2000 no mercado formal, e que em 31 de dezembro de 1995 encontrava-se empregada, ou tenha se empregado pela última vez ao longo do ano de 1995 no setor formal, em um estabelecimento localizado em um município diferente do qual estava localizado o estabelecimento de trabalho ao final de 2000, desde que aquele município não faça parte da Região Metropolitana na qual estava empregado em 2000.

4.2.2 – O tamanho do setor formal nas RMs

O primeiro passo é procurar delimitar dentro da população total o tamanho do recorte a ser analisado. Os dados do *gráfico 2* buscam apresentar, para cada RM analisada, o que o grupo de trabalhadores formais representa na população em idade ativa-PIA.

A primeira comparação é a da participação dos migrantes na PIA e no setor formal como um todo. Os dados mostram que a participação dos migrantes no setor formal é proporcional à presença destes na PIA, em torno 5,4%, não havendo uma sobre-representação expressiva de migrantes no setor formal. Entretanto alguns padrões regionais merecem destaques: nas RMs do Sul (Porto Alegre e Curitiba) os migrantes estão sobre-representado no setor formal, ao passo que nas RMs do Norte de Nordeste (Belém, Salvador, Recife e Fortaleza) a situação se inverte, mantendo-se o equilíbrio nas do Sudeste.

GRÁFICO 2**Participação dos migrantes na PIA e no setor formal para as RMs brasileiras - 2000.**

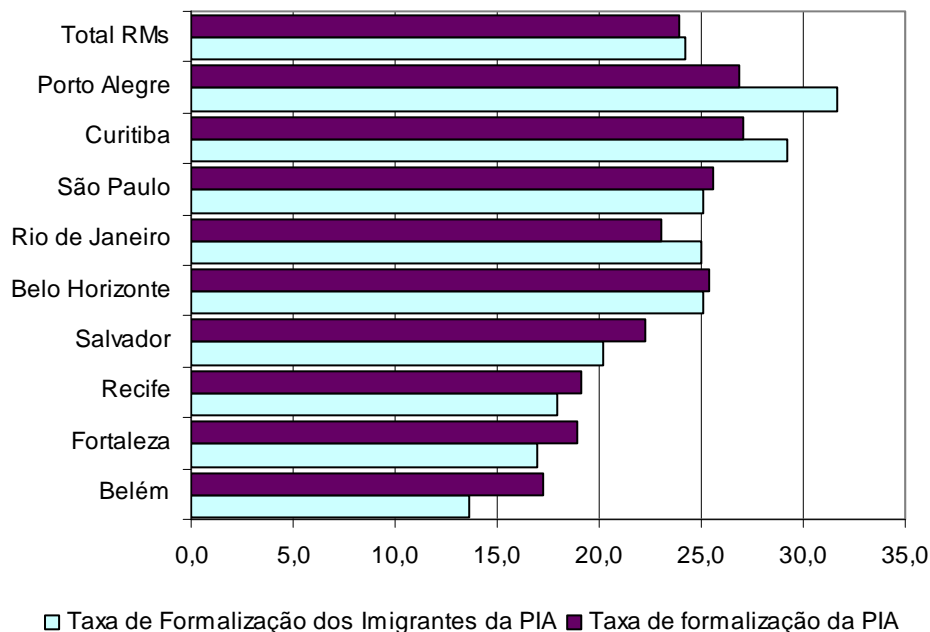
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Os dados do *gráfico 3* procuram comparar as taxas de formalização⁵² da PIA total e a PIA migrante. Observa-se que não há diferenças expressivas entre as taxas de formalização da PIA total e da PIA migrante, representando o setor formal, respectivamente, 23,9% e 24,2% do total destes subgrupos. Somente nas RMs do Sul que os migrantes destacam-se com uma taxa de formalização superior à da PIA total, atingindo o recorde na RM de Porto Alegre, 31,6%. Nas RMs nortistas a situação se inverte, em todas elas a PIA migrante possui taxa de formalização inferior à registrada para o total da PIA. Nas RMs do sudeste os migrantes se destacam no Rio de Janeiro, enquanto em Belo Horizonte e São Paulo a Taxa de formalização dos migrantes é ligeiramente inferior à da PIA total.

Portanto, nesta aproximação inicial do grupo em análise, verificam-se padrões regionais diferenciados. Contrastando as RMs nortistas, onde é baixa a taxa de formalização, refletindo numa menor participação dos migrantes no setor formal, com as RMs do Sul, onde são encontradas as maiores taxas de formalização da População total, e também uma participação dos migrantes no setor formal superior a média da população total.

⁵² Dada pela participação percentual do setor formal na PIA.

GRÁFICO 3
Taxa de formalização da População em Idade Ativa total e migrante para as Regiões metropolitanas brasileiras - 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

4.2.3 – Setor formal e migrantes no Censo e na Raismigra

A comparação inicial entre as informações da Raismigra e do Censo, é feita mediante a análise dos dois estoques que, em tese, deveriam equivaler-se: o total de trabalhadores no mercado formal nas duas bases de dados.

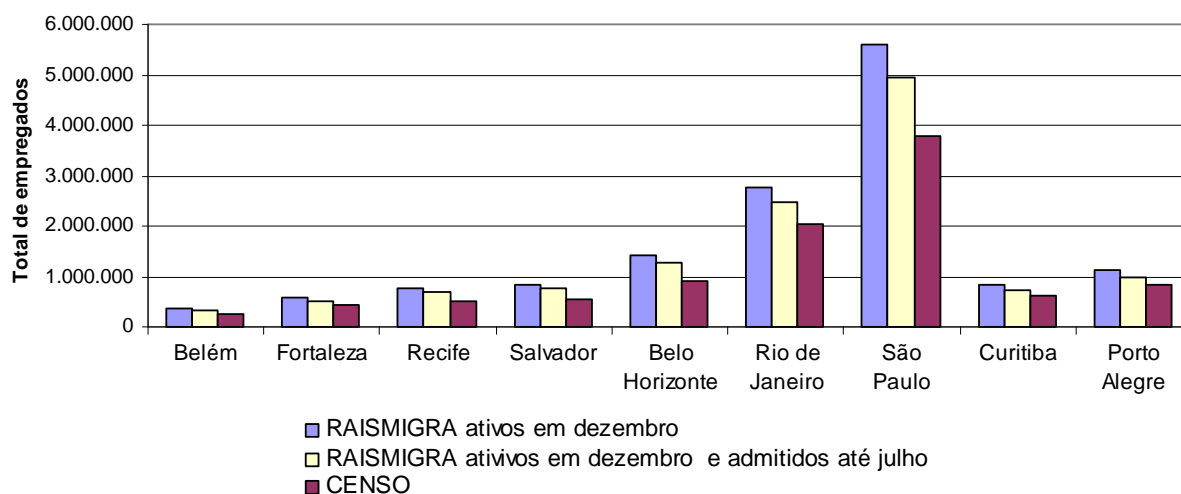
Se somados os totais das RMs, a Raismigra registrou 14.298.442 trabalhadores no mercado formal em 2000, contra 9.934.770 registrados pelo Censo. Retirando-se os admitidos após julho, chega-se a um total de 12.689.934 trabalhadores. Se não fossem as diferenças metodológicas entre as duas bases de dados, esse último resultado deveria mostrar um valor inferior ao do Censo, pois nele não foram incluídos os que estavam empregados em julho, mas que foram demitidos antes do dia de referência da RAIS. Utilizando-se de um critério mais adequado, valendo-se dos dados do CAGED sobre ligamentos e desligamentos, diminuindo do total registrado em dezembro apenas o saldo acumulado de novos empregos no período de agosto a dezembro de 2000, 109 mil novos empregos, praticamente não há variação nos dados da RAIS entre os períodos (*gráfico 4*).

Na média das RMs os dados da RAIS para o mercado formal é 43,9% superior aos do Censo, conforme mostrado no cálculo da razão Rais/Censo presente na *tabela 12*. As

maiores diferenças são registradas em Belo Horizonte (57%), Belém (53%), Salvador (54%) e São Paulo (48%). E as menores em Fortaleza (32%) e Rio de Janeiro (34%).

Portanto, a primeira constatação é que o total de trabalhadores formais registrado pela RAIS é sempre superior ao estimado pelos dados censitários. Tal diferença era de se esperar, tendo em vista as flutuações sazonais do mercado de trabalho ao longo do ano. A RAIS refere-se a um mês de alta do emprego, dezembro, enquanto o Censo toma como referência a última semana do mês de julho. Entretanto, essa diferença metodológica não é capaz de explicar a totalidade do diferencial a favor da RAIS, pois os dados da RAIS mostram-se superiores aos do Censo mesmo adotando-se um critério mais rigoroso, retirando do total registrado pela RAIS ao final de dezembro os admitidos posteriormente a julho. Fica evidente que a diferença entre os valores das duas bases de dados não é somente resultado da sazonalidade, e está muito mais relacionada à cobertura diferenciada dos dados da RAIS.

GRÁFICO 4
Comparativo RAIS e Censo dos Trabalhadores do mercado formal nas RMs brasileiras em 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

E as diferenças entre as duas bases de dados quando se delimita os imigrantes dentro do total de trabalhadores formais de cada RM? Os dados da *tabela 12* mostram que a participação dos migrantes no total do mercado formal nas duas bases de dados estão bem próximas, 6% na Raismigra e 5,4% no Censo. Entretanto, em função das discrepâncias acima mencionadas, os valores absolutos divergem bastante, a Raismigra mostra um total de migrantes 59% superior ao registrado pelo Censo.

Entre as RMs tal divergência não se distribui de maneira uniforme. Na RM de Fortaleza, acompanhando a tendência de maior proximidade já registrada para o setor formal como um todo, o total de imigrantes da Raismigra é 7% inferior ao registrado pelo Censo, e em Curitiba é apenas 9% superior⁵³. As maiores discrepâncias entre os dados das duas bases são registradas nas RMs de Recife (85%), São Paulo (82%) e Belém (73%).

Tendo como referência a metodologia adotada na mensuração do migrante nas duas fontes, esperava-se que o Censo fosse capaz de registrar um estoque de trabalhadores migrantes superior ao da RAIS, ou que pelo menos a discrepância entre o estoque registrado pelas duas fontes diminuísse, ficando abaixo da diferença registrada para o setor formal como um todo. Porque pelo quesito data-fixa é possível identificar como migrante todos que em 1995 estavam fora das RMs de residência em 2000, enquanto pela RAIS isso só é possível para aqueles que em 1995 se empregaram no mercado formal fora da RM de trabalho em 2000.

TABELA 12
Participação dos imigrantes no setor mercado de trabalho formal na RAIS e no Censo Demográfico, 2000.

Região	RAIS			Setor Formal Censo			Razão RAIS/Censo (%)	
	Total	Imigrantes	% imigr.	Total	Imigrantes	% imigr.	Total	Imigr.
Belém	379.161	24.243	6,4	248.373	14.010	5,6	53%	73%
Fortaleza	591.230	23.413	4,0	449.217	25.096	5,6	32%	-7%
Recife	771.568	38.410	5,0	522.668	20.712	4,0	48%	85%
Salvador	851.748	51.317	6,0	553.806	29.269	5,3	54%	75%
Belo Horizonte	1.427.143	91.769	6,4	907.438	58.687	6,5	57%	56%
Rio de Janeiro	2.755.636	115.783	4,2	2.049.992	72.910	3,6	34%	59%
São Paulo	5.582.695	370.132	6,6	3.782.718	203.317	5,4	48%	82%
Curitiba	822.829	69.560	8,5	601.168	63.719	10,6	37%	9%
Porto Alegre	1.116.432	74.629	6,7	819.390	52.912	6,5	36%	41%
Total RMs	14.298.442	859.256	6,0	9.934.770	540.632	5,4	44%	59%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para esta sobre-representação dos trabalhadores migrantes nos dados da RAIS. A primeira seria o fator sazonalidade, entretanto, para subsidiar essa argumentação faltam estudos indicando mudanças no padrão migratório em função da variação da oferta de empregos ao longo do ano. Mas é razoável acreditar que essa sensibilidade exista.

⁵³ No caso da RM de Curitiba este dado se torna interessante, pois em ambas as fontes de dados registra-se em Curitiba a maior participação de imigrantes no setor formal, 8,5% na Raismigra e 10,6% no Censo, confirmando na RAIS a mesma tendência registrada pelo Censo.

A segunda hipótese, que também é válida para as diferenças no setor formal como um todo, pode ser levantada a partir da diferença na captação dos dados, um na residência e outro no local de trabalho. Poder-se-ia argumentar que os movimentos pendulares interfeririam nos resultados, já que parte dos trabalhadores que foram identificados pela RAIS não seriam captados dentro do mesmo recorte espacial pelo Censo, pois residiriam fora do município de trabalho. Entretanto tal argumento é muito válido para pesquisas que adotem o recorte espacial municipal como unidade mínima. No caso deste trabalho, acredita-se que tal hipótese não caberia, pois a maior parte dos movimentos pendulares acontecem no espaço intrametropolitano, sendo muito fraco nas suas franjas. Assim esta hipótese explicaria uma parcela pouco significativa das discrepâncias aqui encontradas, principalmente para o diferencial superior entre os imigrantes.

Portanto, resta creditar tais diferenças acima levantadas ao conjunto de diferenças metodológicas entre as duas bases de dados. Conjunto este que inclui, além das duas características pontuadas acima, outras como a o caráter censitário de uma base e amostral da outra, e a cobertura mais intensiva da RAIS em alguns setores e regiões.

4.2.4 – Características sócio-demográficas de migrantes e não migrantes no Censo e na Raismigra

Devido sua importância na definição das características ocupacionais e migratórias de um determinado grupo, antes de prosseguir na análise dos dados convém mostrar as diferenças em termos de estrutura etária apresentada pelas duas fontes de dados.

Os dados do *conjunto de gráficos 1* sobre a distribuição dos trabalhadores do setor formal por faixa etária mostram que nas faixas mais jovens os não-migrantes da RAIS comparecem em número inferior ao registrado pelo Censo, com destaque para a faixa 18 a 24 anos. Esta situação se inverte nas faixas superiores a 30 anos.

A discrepância acentua-se quando se analisa os dados sobre a população migrante definida na Raismigra. Os migrantes estão sub-representados nas faixas abaixo de 30 anos, especialmente na compreendida entre 18 e 24 anos.

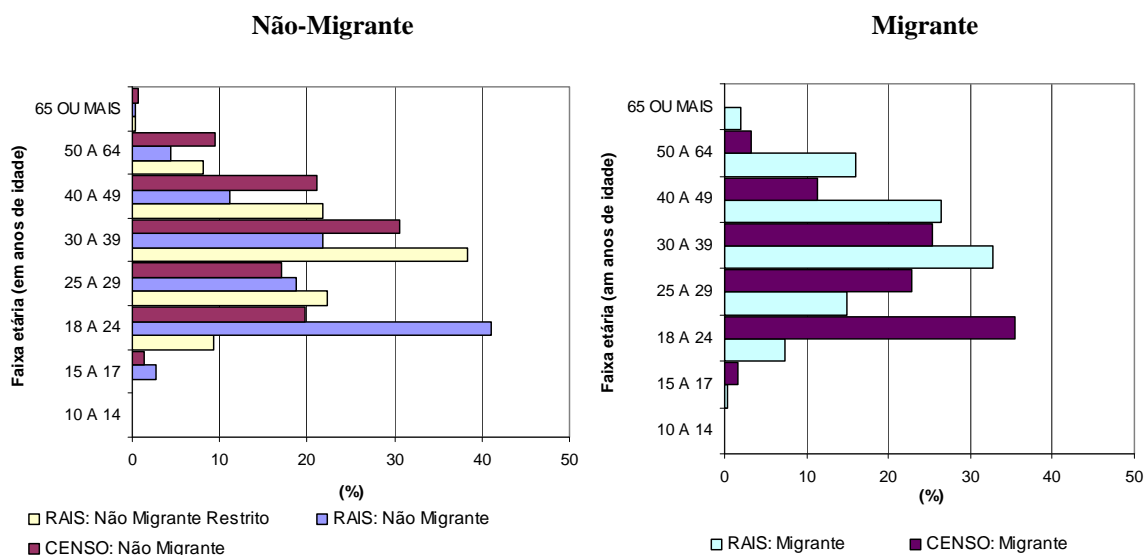
Visando determinar o grau real dessa diferença foi criado um subgrupo para os dados da Raismigra, os *não migrantes restritos*. Esse grupo é formado apenas pelos trabalhadores que em 1995 já estavam presentes no mercado de trabalho da mesma RM onde encontravam-se empregados ao final de 2000. Tal definição busca excluir da análise as pessoas que não estavam empregadas no mercado formal até 1995. Como para esse

grupo não é possível identificar sua origem em 1995, mesmo sendo migrantes, de acordo com os critérios tradicionais, não são captados como tais pelos dados da Raismigra. Este é o caso, principalmente, dos trabalhadores mais jovens, que entraram no mercado formal após 1995⁵⁴. Assim, obtém-se uma população não-migrante que, apesar de mais restrita, é mais correta quando o objetivo é determinar as características dos não-migrantes *vis-à-vis* os imigrantes.

Assim, se adotado o critério de não-migrante restrito, observa-se que a diferença entre as duas fontes de dados inverte-se em relação à comparação anterior: a presença dos não-migrante na faixa etária entre 18 e 24 anos torna-se menor que a registrada pelo Censo, e praticamente não comparecem na faixa etária entre 15 e 17 anos. Portanto, confirma-se que a maior concentração de não-migrantes mais novos mostrada nos dados da Raismigra deve-se ao fato de parte deles não serem considerados migrantes. Como fica evidente nos dados sobre os imigrantes, entre os quais o Censo mostra um peso maior dos mais jovens que os dados da Raismigra.

Conjunto de Gráficos 1

Distribuição da população migrante e não migrante no mercado formal por faixa etária nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

⁵⁴ É o que fica evidente quando se desagrega por faixa etária o grupo definido como tendo a sua localização ignorada em 1995. No total, os trabalhadores das RMs que em 2000 tinham até 24 anos representavam 51% do total de ignorados. Com exceção de Belém, onde representavam 39%, em todas as demais RMs este grupo etário participou com 42% ou mais dos *ignorados*.

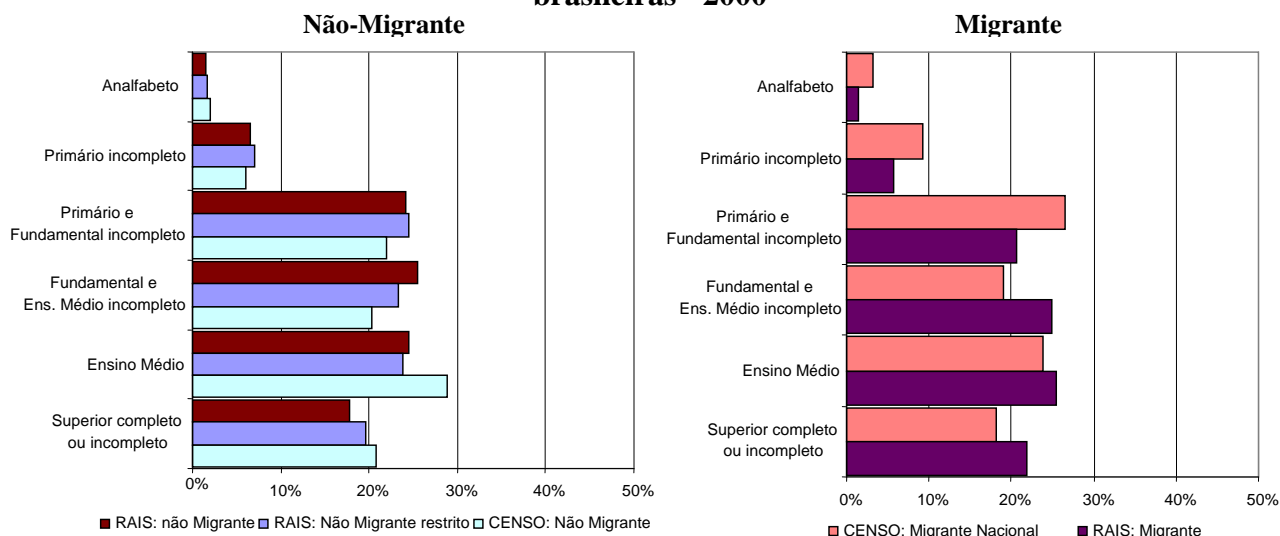
Portanto, fica evidente que nas análises em seqüência deve-se tomar a definição de não-migrante restrito como referência na comparação com os imigrantes. Esse conceito conforma um grupo com idade média mais elevada, amenizando o efeito para a análise das conhecidas diferenças na estrutura etária entre migrantes e não migrantes.

A escolaridade é o segundo item a ser analisado. Os dados censitários foram organizados de acordo com as faixas de escolaridades disponíveis na RAIS. No Censo, foram retirados os indivíduos sem informação sobre a escolaridade, os que freqüentavam cursos de alfabetização para adultos foram agrupados na categoria de primário incompleto.

Quanto à qualidade dos dados da RAIS, o Ministério do Trabalho e Emprego-MTE reconhece a existência de um alto grau de inconsistência nas declarações por parte das empresas para a variável grau de instrução (Escolaridade), além de não ser possível determinar o grau de atualização desse quesito por parte dos declarantes. Por isso, a partir de uma série histórica disponível para cada trabalhador, é realizado um ajuste nas diversas instâncias desta variável antes da divulgação, permitindo uma maior confiabilidade dos dados.

Ainda cabe destacar que os dados da RAIS podem apresentar para esta informação diferenças resultantes do tempo de coleta da informação. O censo refere-se à situação do meio do ano. Na RAIS, como a informação é prestada nos primeiros meses do ano, em função da conclusão da série final dos cursos, pode ser que uma parte dos que seriam registrado pelo Censo em uma determinada categoria possa comparecer numa categoria acima nos dados da RAIS.

Conjunto de Gráficos 2
População migrante e não migrante no mercado formal por nível de escolaridade nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras - 2000



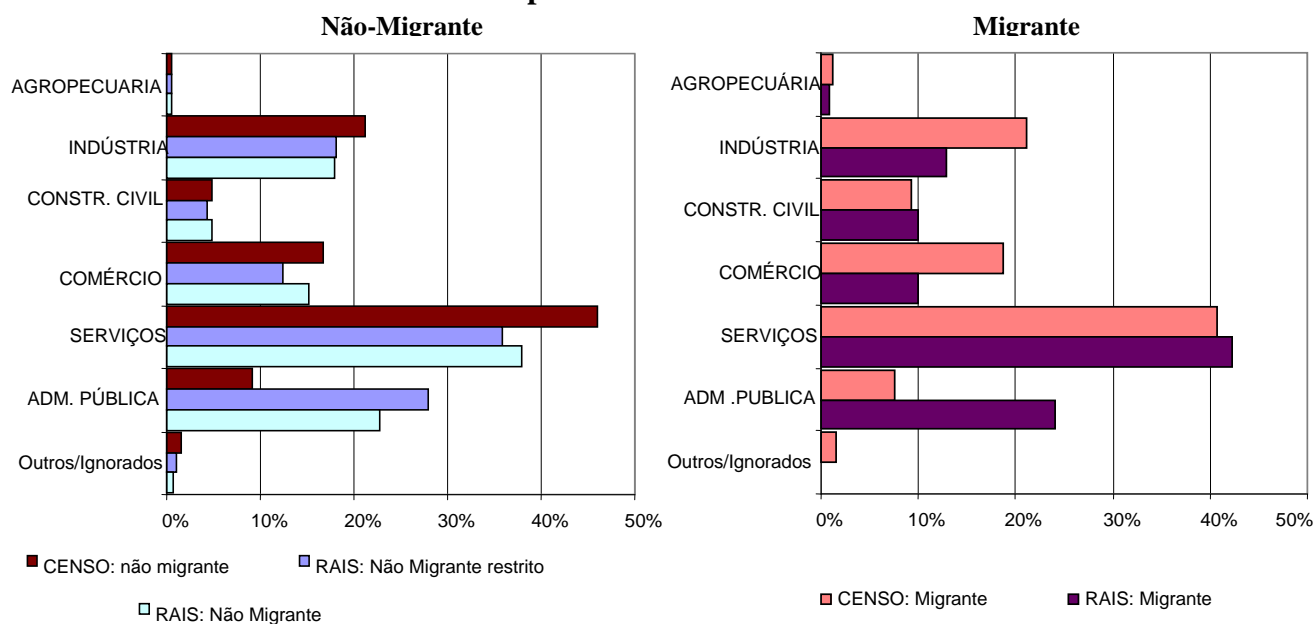
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

A distribuição setorial do emprego formal das RMs mostra que em ambas as fontes de dados os setores de serviços se destaca no oferecimento de empregos, tanto entre a população migrante quanto entre a não-migrante. A maior disparidade entre os dados aparece no setor da administração pública, que se apresenta sobre-representado nos dados da RAIS⁵⁵ em todos os subgrupos. Quanto à população não-migrante restrita, os dados reforçam o peso da administração pública, enquanto diminuem-se as participações dos setores de comércio e de serviços. Confirma-se mais uma vez o efeito da estrutura etária, pois o setor público, por limitações legais, é de difícil entrada para os mais jovens, enquanto o terciário, por ser o setor que mais expande na atualidade, é o grande oferecedor de novas vagas no mercado formal para a população mais jovem.

Entre a população Migrante, além da já citada diferença na administração pública, no setor de serviços os imigrantes possuem uma representação ligeiramente superior nos dados da RAIS. No setor industrial o Censo mostra uma participação para a população migrante superior a registrada pela RAIS, que pode ser decorrência de diferenças na classificação das atividades deste setor.

Por tratar-se de áreas tipicamente urbanas, o setor agropecuário é pouco representativo, não comparecendo nestas análises a reconhecida dificuldade da RAIS em captar informações do setor.

Conjunto de Gráficos 3
População migrante e não migrante no mercado formal por setor econômico da atividade nos dados do Censo Demográfico e da Raismigra – Total das Regiões Metropolitanas brasileiras - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

4.2.5 – Origem dos fluxos migratórios no Censo e na Raismigra

Na seqüência busca-se comparar as tendências dos fluxos migratórios entre as duas bases de dados. Para simplificar, optou-se pela utilização da Unidade da Federação (UF) como unidade espacial de origem dos fluxos migratórios, mapeando-se apenas os mais expressivos, superiores a 1.000 pessoas. Esses fluxos foram agrupados em duas classes, inferiores a 5.000 pessoas e igual ou superiores a 5.000 pessoas. Para os fluxos inferiores a 1.000 pessoas é apresentada apenas a quantidade de vezes que eles foram registrados.

As duas bases de dados confirmam a influência das duas maiores aglomerações urbanas brasileira, Rio de Janeiro e São Paulo, em todo o território nacional, que se destacam entre as demais por receberem fluxos migratórios de praticamente todas as UFs. Para estas duas RMs os dados da RAIS mostram um total de 39 fluxos superiores à 1.000 pessoas, já o Censo registrou um total de 46 fluxos superiores a 1000 pessoas. Quando considerados apenas os fluxos superiores a 5.000 pessoas as diferenças entre as duas bases de dados se acentuam, o Censo mostra que as RMs paulista e carioca receberam 34 fluxos

⁵⁵ Fato confirmado também por De Negri et al. (2001), e é resultado de uma maior cobertura da RAIS para este setor, onde é baixa falta de declaração.

de valor superior a 5000, enquanto pela Raismigra apenas 12, captando esta última apenas fluxos expressivos provenientes dos estados mais populosos.

Para o conjunto das demais RMs novamente comparecem as diferenças pontuadas acima. O Censo mostra para este conjunto de sete RMs um total de 83 fluxos de valor superior a 1.000 pessoas, sendo que destes, 29 tiveram valores superiores a 5000 pessoas. Já nos dados da Raismigra tem-se um total de 50 fluxos superiores a 1.000 pessoas sendo apenas 17 superiores a 5.000. A Raismigra registra para a migração interestadual apenas 10 fluxos superiores a 5000, com destaque, pela distância percorrida, para os trajetos DF-Belém, SP-Recife, e SP e RJ-Salvador, entre os mais expressivos estão aqueles direcionados para as RMs do Sul e Sudeste provenientes dos estados próximos, principalmente São Paulo. Nos dados do Censo para estas sete RMs comparecem diversos outros fluxos expressivos. É o caso da RM de Fortaleza, que nos dados da Raismigra possui apenas o fluxo intra-estadual dentro da categoria mais expressiva, enquanto os dados censitários mostram fluxos de longa distância oriundos do Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

Quando se compara os resultados das duas bases de dados, chama atenção a maior quantidade de fluxos mostra pelo Censo. Sendo este mais sensível aos fluxos de longa distância, oriundos das regiões Norte e Centro-Oeste. Isso se explica pela já comentada diferença na definição de migrante nas duas fontes de dados. É bem provável que os movimentos de longa distância captados pelo Censo referem-se, em boa medida, aos trabalhadores que estavam no mercado formal em 2000, mas que dele não participava em 1995, podendo supor que muitos deste migraram de áreas estagnadas em busca de uma melhor colocação no mercado de trabalho nas grandes aglomerações urbanas.

FIGURA 2
Comparativo entre a RAIS e o Censo dos dados da Unidade da Federação de origem dos imigrantes das Regiões Metropolitanas selecionadas no período 1995-2000 (fluxos acima de 1000 pessoas)

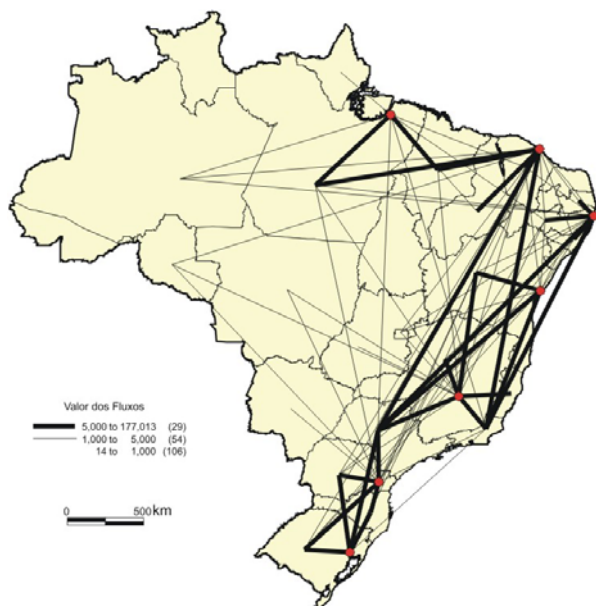
CENSO: apenas as RMs de SP e RJ



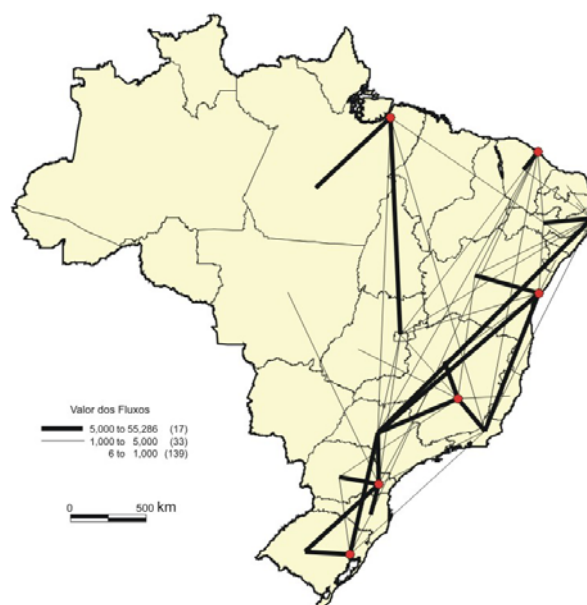
Raismigra: apenas as RMs de SP e RJ



CENSO: RMs Exceto SP e RJ



Raismigra: RMs Exceto SP e RJ



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Ministério do Trabalho, Base de dados Raismigra, 1995-2000.

4.2.6 - Considerações sobre a análise comparativa

Mesmo procurando aproximar ao máximo o conceito de migrante entre as duas bases, determinadas limitações são insuperáveis e causam distorções entre os conceitos. É o caso da limitação básica da Raismigra, que, ao referir-se apenas ao setor formal, permite delimitar como migrante apenas as pessoas que estavam inseridas no mercado formal em seu local de origem. Ao final a conclusão que se chega é que, mesmo limitando no Censo o que teoricamente seria o universo abrangido pelas informações das RAIS – o mercado formal –, as diferenças qualitativas e quantitativas entre os dados das duas bases são muitas.

A principal delas, e talvez a mais grave, é a distorção na faixa etária da população migrante, sub-representando os menores de 24 anos, grupo que abrange uma grande quantidade de migrantes jovens que tiveram sua primeira experiência no mercado formal na localidade de destino. A análise por setores também mostrou diferenças significativas entre as bases de dados, a mais notável é a sobreestimação dos trabalhadores da administração pública nos dados da RAIS. Ainda sobre setores econômicos, o Censo registrou entre as populações migrantes um peso do setor industrial superior ao da Raismigra. Para uma melhor compreensão dessa diferença seria necessário um maior detalhamento dos dados deste setor, assim seria possível checar a responsabilidade da diferença na definição de atividades entre as duas bases, bem como a influência de uma menor cobertura dos pequenos estabelecimentos por parte da RAIS.

O nível de escolaridade foi o que apresentou a menor discrepância entre as duas fontes de dados, corroborando estudos anteriores comparando a RAIS a outras pesquisas amostrais.

O controle da UF de procedência da população migrante chegou a resultados diferentes entre as duas bases de dados. No geral os dados censitários são mais sensíveis aos movimentos de longa distância, enquanto que os da Raismigra dão muito peso aos movimentos de curta distância, sendo pouco expressivos, no caso das RMs aqui analisadas, os fluxos provenientes das UFs do Centro-Oeste e Norte.

Entretanto, apesar das limitações, a Raismigra tem potencialidade para ser uma fonte alternativa em estudos migratórios no período intercensitário.

4.3 – A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DAS MIGRAÇÕES NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO ENTRE 1995 E 2003 E AS TENDÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Após as considerações de ordem metodológica e comparações, parte-se nesta seção para o estudo da migração de trabalhadores no mercado formal entre os subespaços da RLC, explorando os resultados das informações da Rasimigra.

4.3.1 - O conceito de migrante na Raismigra: delimitando o universo da pesquisa

A base de dados disponibilizada pelo Ministério do Trabalho contém as informações sobre todos os trabalhadores que passaram pelo mercado de trabalho formal entre os anos de 1995 e 2003. A exploração de todo o potencial dessas informações torna-se uma tarefa praticamente impraticável para a escala de análise adotada nesse trabalho nacional. Por isso optou-se por maximizar a cobertura temporal, utilizando as informações dos anos limites, 1995 e 2003.

Conforme apresentado esquematicamente na figura a seguir, pelos dados da RAIS é possível estimar em 35.305.300 o total de trabalhadores empregados no mercado formal em 31 de dezembro de 2003. Deste total, apenas 18.865.225 (53,4%) estavam empregados também em 31 de dezembro de 1995. É esse o conjunto que constitui o **universo selecionado** a partir do qual serão feitas as análises subsequentes. Convém frisar que o universo selecionado distancia-se do total de trabalhadores ativos ao final do ano de 2003, por não reunir a parcela que entrou no mercado de trabalho formal após 1995, ou dele estava ausente ao final do ano de 1995.

Dentro do universo selecionado registrou-se um total de 2.623.644 casos (13,9%) de mudanças de emprego entre localidades geográficas no período 1995/2003, ou seja, representam a migração no emprego.

Assim sendo, o **migrante** será aqui definido como aquele trabalhador que em 31 de dezembro de 2003 se encontrava com vínculo ativo no mercado formal em uma unidade geográfica – município ou Região Metropolitana – diferente daquela em que fora registrado em 31 de dezembro de 1995. Por exclusão, não-migrantes, são aqueles que em

31 de dezembro de 1995 e de 2003 se mantiveram empregados no mesmo município ou RM⁵⁶.

Em função da utilização da RLC, alguns esclarecimentos adicionais devem ser feitos. Não são considerados migrantes os que se movimentaram entre municípios de uma mesma RM, ou seja, não serão considerados os movimentos intrametropolitanos. Assim como aqueles que trocaram de municípios mas permaneceram na mesma localidade, isto porque vários pontos da RLC, além dos relativos às RMs, são resultado de agregações de municípios (veja anexo 1).

4.3.2 - Dinâmica dos fluxos migratório na RLC

A *tabela 13* mostra a distribuição do universo selecionado (migrantes e não-migrantes) em 2003 segundo os subespaços da RLC. Os números mostram a grande concentração de empregos formais na fração Centro-Sul em 2003, 80% no grupo de não-migrante e 76% no grupo de imigrantes. Quando a análise é feita pelos subespaços de cada fração, verifica-se que a participação dos *Centros Principais* no emprego formal é de 38% e 25% no total de imigrantes, ao passo que estas mesmas participações para os *Centros Intermediários* são de 18,7% e 25%, respectivamente, e de 20% e 30% para as *Demais Localidades*, respectivamente. Apontando para a maior capacidade das cidades médias, ou mesmo das pequenas localidades do Centro-Sul, em atrair trabalhadores de outras localidades.

Nas demais frações a participação dos *Centros Intermediários* e dos *Centros Principais* é sempre superior no emprego total que no total de imigrantes, enquanto nas *Demais Localidades* a situação se inverte⁵⁷.

Esta primeira aproximação dos dados já aponta para o fato de que, pelo menos dentro do mercado formal, o maior dinamismo do mercado de trabalho das localidades fora das grandes aglomerações urbanas tem atraído mão-de-obra migrante. Confirmando o fato, já

⁵⁶ Desse universo selecionado, para um total de 123.848 trabalhadores informados pela RAIS (0,66%), tidos como ativos ao final de 1995 e 2003, não foi possível identificar sua localização geográfica em 1995 e/ou em 2003, e, portanto, foram incluídos na categoria ignorados e excluídos das análises comparativas *imigrantes versus não-migrantes*.

⁵⁷ Como para as *Demais Localidades* não se fez a reagregação da malha municipal fragmentada por emancipações, parte do total de migrantes neste subespaços se enquadraram nesta categoria apenas em função das emancipações. O que acontece quando o trabalhador tem o vínculo ativo na mesma unidade territorial em 1995 e 2003, mas esta tenha se emancipado nesse intervalo. Entretanto estes casos são pouco significativos. Nos 575 municípios criados entre 1995 e 2003 dentro das *Demais Localidades*, foram registrados apenas 50.185 trabalhadores formais em 2003. Se, no extremo, considera-se que todos eles já

apontado pela literatura sobre o assunto, de que no Brasil contemporâneo novas estratégias migratórias estão sendo construídas, e que estas não têm mais os grandes centros urbanos, pelo menos os tradicionais, como referência de destino.

TABELA 13
Distribuição dos trabalhadores *imigrantes e não-migrantes* no mercado formal por subespaços da RLC, 1995-2003

Frações e Subespaços da RLC		não-migrantes	Imigrantes (a)	Universo selecionado	Total de empregados no mercado formal em 2003 (b)	% imigrantes no Total (a/b*100)
Centro-Sul	CP	7.110.588	663.495	7.774.083	13.379.604	8,5
	CI	2.672.917	657.660	3.330.577	6.566.719	19,7
	DL	2.388.904	780.502	3.169.406	6.965.166	24,6
Nordeste	CP	1.290.569	99.093	1.389.662	2.394.544	7,1
	CI	986.210	117.828	1.104.038	1.891.565	10,7
	DL	852.297	183.202	1.035.499	2.093.849	17,7
Norte	CP	398.167	33.546	431.713	753.158	7,8
	CI	294.150	43.088	337.238	680.374	12,8
	DL	123.931	45.230	169.161	483.378	26,7
Total		16.117.733	2.623.644	18.741.377	35.208.357	14,0
Ignorado				123.848	96.943	

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

Qual a origem destes fluxos migratórios no mercado formal? Os grandes centros urbanos, invertendo a tendência histórica, podem ser confirmados como áreas de emigração? Para responder a estas questões, a espacialização dos dados tendo por base o recorte regional e hierárquico da rede urbana nacional é adequado. Numa primeira aproximação do que foi a dinâmica espacial entre 1995 e 2003 dos fluxos migratórios no mercado formal são apresentados nas *tabelas 14 e 15* os resultados da matriz de fluxos migratórios entre as frações da RLC.

As trocas migratórias dentro do espaço regional são as mais expressivas, e respondem pela maior parte do total de *imigrantes*, que no Centro-Sul atinge 94% do total (*tabela 14*). A fração norte da RLC é a que relativamente mais recebe *imigrantes* de outras frações, sendo 37% dos seus imigrantes provenientes do Centro-Sul, delimitando um importante fluxo migratório interfração.

estavam nestas mesmas localidades em 1995, isso representaria apenas 5% do total de imigrantes das Demais Localidades.

TABELA 14
Matriz de fluxos migratórios entre as frações da RLC, 1995-2003.

		Destino em 2003		
		Centro-Sul	Nordeste	Norte
Origem em 1995	Centro-Sul	1.981.871	81.205	44.773
	Nordeste	89.166	310.437	11.644
	Norte	30.620	8.481	65.447

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Os dados da *tabela 15* confirmam o alto dinamismo das trocas migratórias entre as localidades do Centro-Sul, onde se localizam os mais altos níveis de mobilidade geográfica no emprego formal. Embora sejam expressivos os fluxos migratórios intrafração, deve se destacar a posição diferenciada dos *Centros Principais* do Centro-Sul, que participam com uma parcela significativa do total de *imigrantes* das demais frações. Os dados mostram que é expressiva a participação de trabalhadores provenientes dos grandes centros urbanos do Centro-Sul nas localidades mais urbanizadas das demais frações. O que permite apontar estes grandes centros como fornecedores de mão-de-obra para as novas atividades em expansão no Brasil. Entretanto, estes continuam como referência para uma parcela expressiva dos trabalhadores que emigram das outras frações, principalmente quando procedentes dos *Centros Principais* do Nordeste e do Norte. No circuito de trocas intrafração no Centro-Sul, os *Centros-Principais* se destacam na recepção de 38% dos emigrantes dos *Centros Intermediários* e 25% dos emigrantes das *Demais Localidades*.

TABELA 15
Matriz de fluxos migratórios entre os subespaços das frações da RLC de
trabalhadores no mercado formal, 1995-2003.

			Destino em 2003									Total Emigrantes	
			Centro-Sul			Nordeste			Norte				
			CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM	Abs.	%
Origem em 1995	Centro-Sul	CP	145.799	231.269	216.468	25.719	18.209	17.171	16.144	6.087	3.546	680.412	25,9
		CI	254.258	205.909	192.992	3.816	3.172	3.807	1.433	5.315	3.609	674.311	25,7
		DM	185.187	195.983	354.006	2.859	2.144	4.308	981	2.949	4.709	753.126	28,7
	Nordeste	CP	26.010	4.949	2.955	7.332	21.651	32.774	1.526	766	410	98.373	3,7
		CI	17.485	4.710	2.555	23.228	33.585	54.204	1.127	3.007	1.150	141.051	5,4
		DM	18.180	6.052	6.270	33.395	35.294	68.974	1.493	1.115	1.050	171.823	6,5
	Norte	CP	9.157	1.923	804	1.750	1.747	616	1.748	6.541	14.682	38.968	1,5
		CI	4.569	3.698	1.485	711	1.243	653	3.958	10.633	6.064	33.014	1,3
		DM	2.850	3.167	2.967	283	783	695	5.136	6.675	10.010	32.566	1,2
Total	abs	663.495	657.660	780.502	99.093	117.828	183.202	33.546	43.088	45.230			
Imigrantes	%	25,3	25,1	29,7	3,8	4,5	7,0	1,3	1,6	1,7			

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

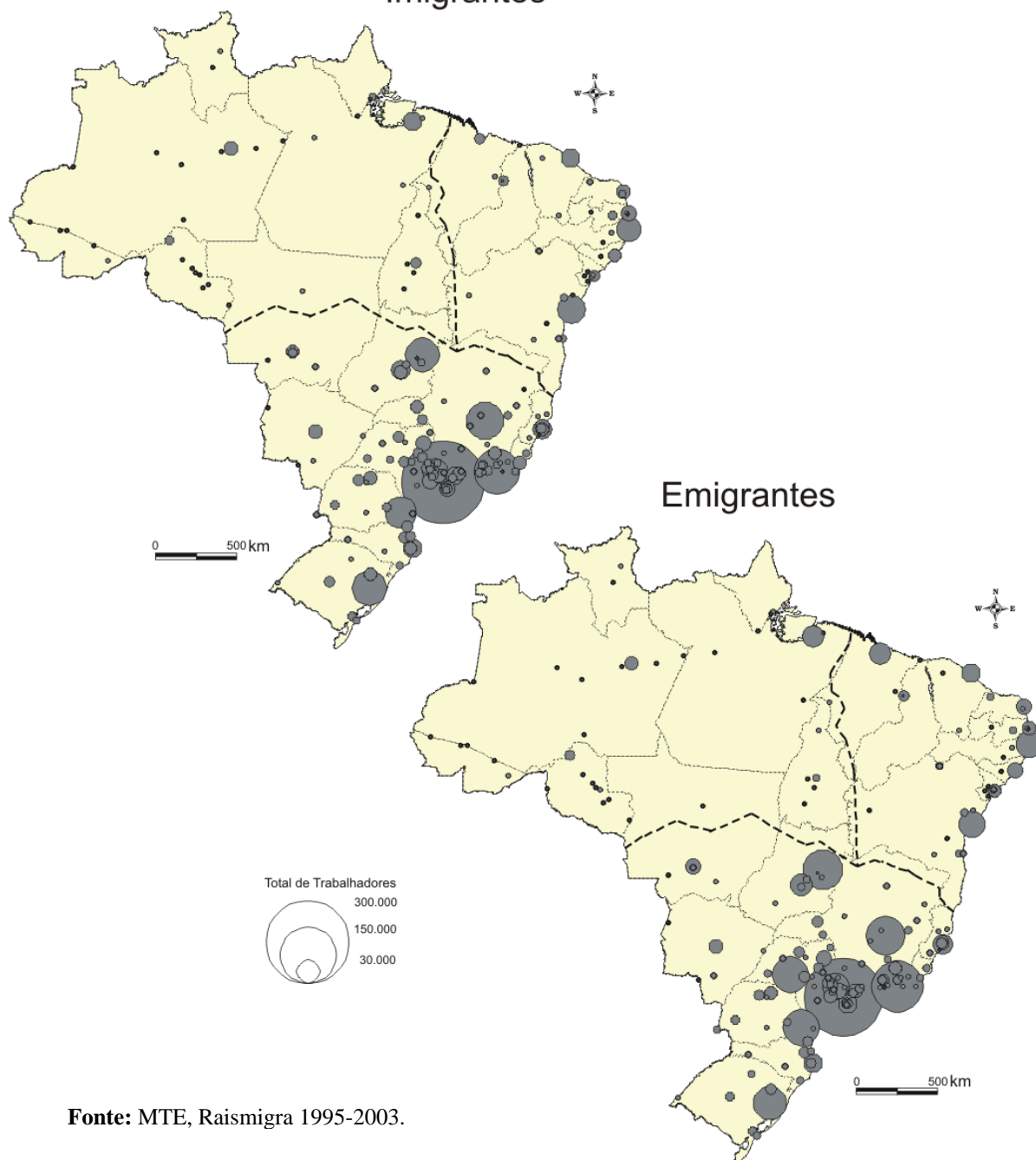
Portanto, os *Centros Principais* do Centro-Sul figuram como nódulos de recepção e redistribuição de mão-de-obra para o restante do território nacional. É o que se observa na *figura 3*, que destaca as grandes metrópoles do Centro-Sul como origem e também destino de volumes expressivos de migrantes no mercado formal.

Os seis maiores receptores de *imigrantes* são, na ordem: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Curitiba. Em seqüência comparecem as demais regiões metropolitanas e as capitais estaduais. Entre os quinze maiores receptores de *imigrantes* comparecem ainda Campinas (8ª colocada) e São José dos Campos – SP (15ª Colocada).

Estes mesmos grandes centros urbanos são também são grandes ofertantes de mão-de-obra. Na lista dos seis maiores volumes emigratórios a grande surpresa é o município de Marília (5ª colocada)⁵⁸, no mais permanecem as mesmas RMs citadas com destaque nos fluxos de imigração e, novamente, na seqüência comparecem as capitais estaduais.

⁵⁸ O município de Marília é um caso particular. Segundo os dados da RAIS o município teve uma diminuição de 61% no total de empregos formais entre 1995 e 2003, o que representou a diminuição de 70.027 empregos formais no período. Um maior detalhamento através do banco de dados da Raismigra ajuda a explicar tal fenômeno. No período analisado houve a transferência de 64.933 trabalhadores de Marília para a RM de São Paulo, o que corresponde a 94% do fluxo emigratório do município. Fluxo este que, quase que integralmente,

FIGURA 3
Total de trabalhadores Imigrantes e Emigrantes no mercado formal de trabalho das localidades da RLC – 1995-2003.
Imigrantes



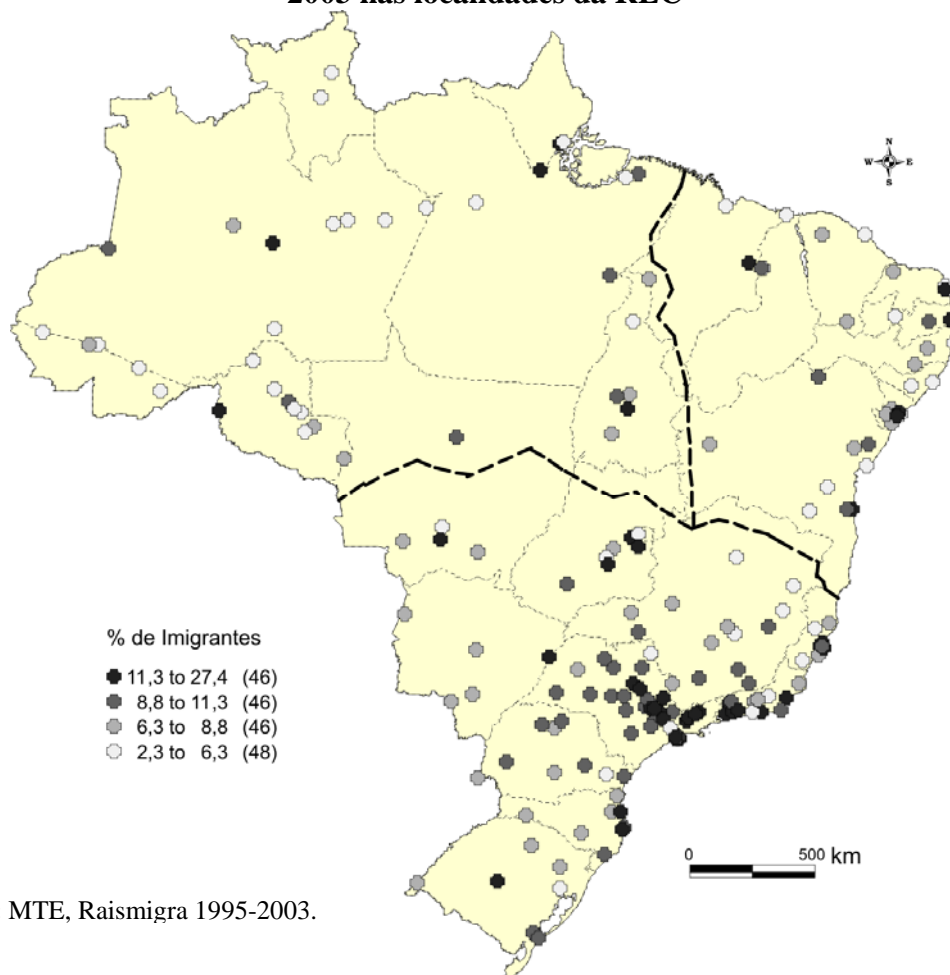
Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Embora pouco significativo em termos absolutos, em muitas localidades a migração responde por uma parte significativa do mercado formal de trabalho. O mapa da *Figura 4* foi construído com o objetivo de destacar estas localidades. De fato, em 46 localidades a participação dos migrantes é igual ou superior a 11,3%, bem superior à média

se explica pela transferência de 61.233 trabalhadores alocados no setor público do município de Marília em 1995 para o mesmo setor no município de São Paulo em 2003.

de participação registrada para o mercado de trabalho como um todo que é de 7,5%. No geral, destacam-se com presença mais intensiva de migrantes no mercado formal as capitais estaduais e as localidades no entorno da RM de São Paulo.

FIGURA 4
Participação dos trabalhadores *imigrantes* no total de empregados no setor formal em 2003 nas localidades da RLC



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Os dados até aqui apresentados reafirmam a tendência de concentração dos fluxos migratórios no mercado formal nos centros de maior expressividade demográfica e econômica. Este é o resultado da concentração do sistema produtivo, mas também em parte é influenciada pela cobertura diferencial das informações da RAIS e do próprio mercado formal, mais concentrado nas áreas de maior urbanização. Portanto, as discussões a seguir sobre as características destes fluxos devem ser entendidas dentro desse contexto, pois não se trata de uma caracterização de fato das migrações no Brasil, mas de uma determinada dimensão desse processo. Mesmo assim, um dos pressupostos defendidos por este trabalho é de que seja possível através destes dados apontar aspectos mais gerais da dinâmica migratória no Brasil, que poderão ser confirmados ao final de cada decênio com os dados censitários.

4.3.3 - A estrutura etária de migrantes e *não-migrantes*

Antes de dar início às análises das características específicas dos migrantes e *não-migrantes* e dos postos de trabalho por eles ocupados, convém fazer uma breve descrição da distribuição por faixa etária destes grupos, mesmo que parte das considerações necessárias sobre a variável idade, principalmente as de ordem mais metodológicas, já tenham sido feitas na seção anterior deste capítulo, como modificou-se o universo analisado, uma nova análise se faz necessária.

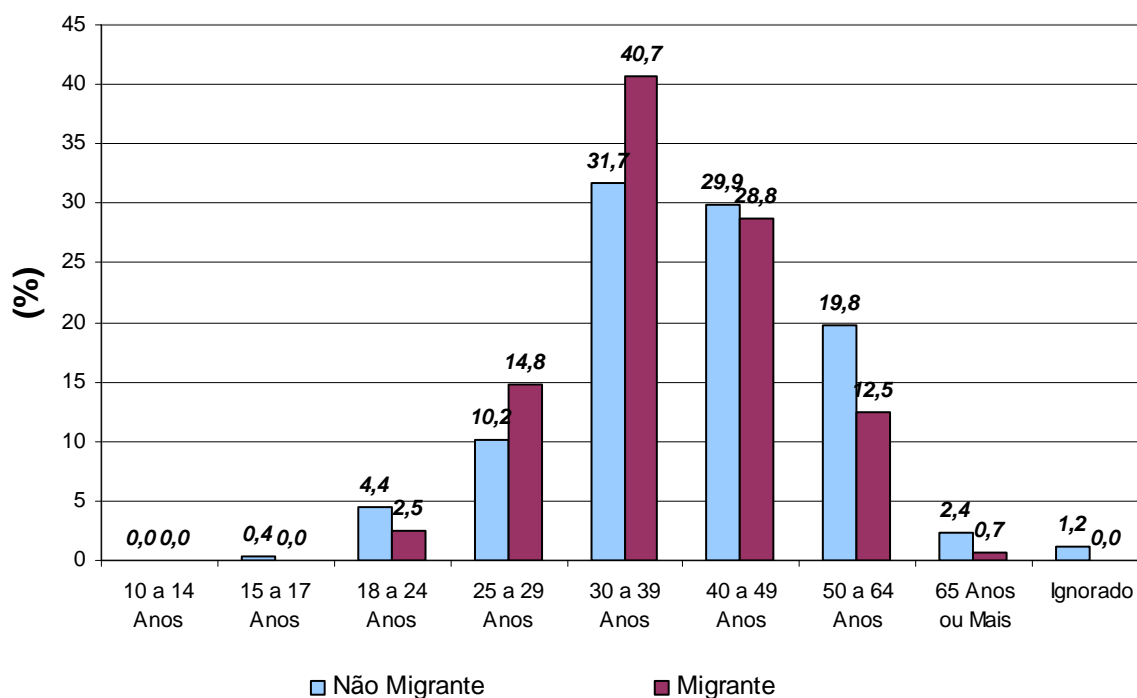
Nesta comparação utiliza-se a divisão em faixa-etária, tal como aparecem na RAIS. Mesmo que para 1995 exista a variável em anos exatos, em função da informação sobre idade não ter sido fornecida para um número expressivo de declarações, a variável faixa etária torna-se mais confiável que a informação da idade exata.

Os dados apresentados no *Gráfico 5* caracterizam os ocupantes de vagas no mercado formal que estão em atividade desde 1995. Verifica-se uma grande concentração em ambos os grupos nas quatro faixas que compreendem as idades entre 25 e 64 anos de idade. Como não houve entrada ao longo destes 8 anos de novos integrantes no grupo aqui analisado, é pertinente a menor representação das classes inferiores.

Na comparação entre os dois grupos os migrantes mostram-se um pouco mais jovens que os *não-migrantes*, possuindo aqueles uma maior participação nas faixas etárias de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos, enquanto os *não-migrantes* estão melhor representados nas faixas etárias superiores, acima dos 40 anos. A faixa-etária de 18 a 24 anos, embora pouco significativa, apresenta uma maior participação dos não-migrantes, agregando 4,5% do total do grupo, e 2,5% do total de *não-migrantes*.

Conclui-se que os trabalhadores do mercado formal que migraram entre 1995 e 2003 são, em média, mais jovens, quando comparadas com àqueles que permaneceram na mesma localidade de 1995. Entretanto tal diferença não se compara a que normalmente é encontrada nos dados censitários. Como o grupo aqui analisado é fechado desde 1995, não há interferência da entrada de pessoas mais jovens. Portanto, se o efeito da diferença na distribuição etária no comportamento dos dois grupos não é eliminado completamente, é pelo menos amenizado, pouco interferindo nas análises posteriores.

Gráfico 5
Distribuição dos *imigrantes* e *não-migrantes* no setor formal por faixa etária – Brasil, 2003.



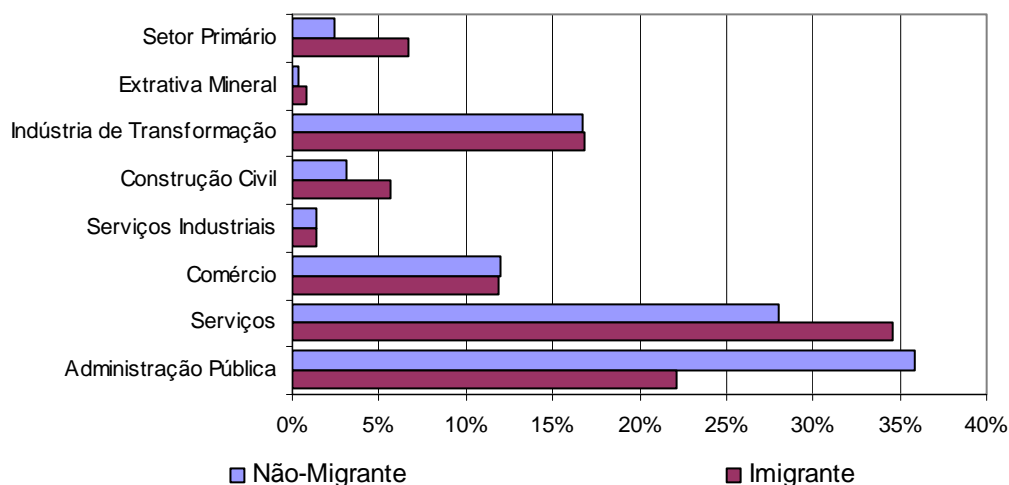
Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

4.3.4 - Inserção nos setores econômicos

A distribuição do total dos trabalhadores migrantes e *não-migrantes* por setores econômicos mostra o setor de serviços como o grande absorvedor da mão-de-obra migrante. Enquanto a administração pública se destaca entre os *não-migrantes*. A agropecuária e a construção civil também se destacam por possuírem uma participação de *imigrantes* superior à dos *não-migrantes*, o que pode ser o resultado, no primeiro caso, das novas tendências territoriais desta atividade econômica no Brasil, resultantes do processo de modernização e expansão de fronteiras. No caso do segundo setor, a construção civil, principalmente no caso de grandes obras de engenharia, se caracteriza por uma alta mobilidade geográfica de suas atividades e, conseqüentemente, da localização dos estabelecimentos⁵⁹.

⁵⁹ NAJBERG e PUGA (2002), analisando o movimento de criação e fechamento de estabelecimentos através dos dados da RAIS, chegam à conclusão de que são entre os estabelecimentos da construção civil que se registram os menores valores de ciclo de vida (tempo decorrido entre a abertura e o fechamento). Tal característica é explicada pelos autores, em grande parte, pela característica intrínseca deste setor de "criação

Gráfico 6
Distribuição dos *imigrantes* e *não-migrantes* no setor formal por setores econômicos – Brasil, 2003.



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

A tendência de uma maior participação dos *imigrantes* no setor de serviços e dos *não-migrantes* na administração pública se reproduziu em todos os subespaços da RLC, como mostram os dados das *tabelas 16 e 17*.

Entretanto através desses dados é possível identificar padrões regionais diferenciados de inserção setorial dos trabalhadores migrantes.

Nos *Centros Intermediários e Demais Localidades* do Centro Sul, acompanhado tendência geral observada para o mercado formal de trabalho dessas localidades, os *imigrantes* apresentam as maiores participações no setor industrial⁶⁰.

Outro destaque é a representatividade dos imigrantes no setor industrial dos subespaços do Nordeste, sempre acima da participação dos *não-migrantes*. Assim, pode-se cogitar a hipótese de que há uma carência de mão-de-obra qualificada para a expansão das atividades industriais na região, principalmente nas menores localidades, já que muitas delas, como atesta o trabalho de Diniz e Basques (2004), têm recebido um montante expressivo de novos investimentos industriais e agroindustriais nos últimos anos.

de um novo estabelecimento sempre que ocorre um investimento em construção civil, em uma determinada localidade e por seu fechamento assim que a obra é concluída” (p. 159).

⁶⁰ Segundo os dados da Raismigra, a participação do setor industrial no total de empregos formais em 2003 é de 18,2%, nos Centros Intermediários e nas Demais Localidades do Centro-Sul ele atinge, respectivamente, 19,9% e 26,3%.

TABELA 16
Distribuição percentual dos não-migrantes no mercado formal das frações da RLC
por setores econômicos – 2003

Setor	Centro-Sul			Nordeste			Norte			Brasil
	CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM	
Setor Primário ¹	0,3	1,9	9,9	1,1	1,6	5,6	0,6	1,2	4,6	2,5
Extrativa Mineral	0,2	0,4	0,8	0,1	0,2	0,8	0,1	0,3	2,2	0,4
Indústria de Transformação	15,8	20,7	26,1	9,7	7,0	11,9	12,3	6,4	16,6	16,7
Construção Civil	3,6	3,6	1,8	4,2	3,4	0,8	3,2	2,3	1,7	3,2
Serviços Industriais	1,5	1,5	1,0	1,8	1,7	0,7	1,0	1,9	1,2	1,4
Comércio	11,7	15,4	13,5	10,3	10,0	5,4	10,6	10,0	8,3	12,0
Serviços	33,7	31,3	19,0	30,1	21,2	8,7	26,6	15,2	10,1	28,1
Administração Pública	33,3	25,1	27,8	42,7	54,9	66,2	45,6	62,6	55,3	35,9

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas: ¹Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca;

Abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

Tabela 17
Distribuição percentual dos imigrantes no mercado formal das frações da RLC por
setores econômicos – 2003

Setor	Centro-Sul			Nordeste			Norte			Brasil
	CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM	
Setor Primário ¹	0,5	3,1	14,3	1,8	4,4	15,2	0,8	2,0	9,6	6,7
Extrativa Mineral	0,2	0,9	1,3	0,2	0,5	1,5	0,1	0,3	1,9	0,8
Indústria de Transformação	10,2	17,8	23,7	10,7	11,6	17,9	9,5	8,4	13,7	16,8
Construção Civil	6,8	6,4	4,1	7,6	7,4	3,9	4,7	4,6	6,5	5,7
Serviços Industriais	1,1	1,4	1,3	2,0	2,5	1,9	1,5	1,8	1,4	1,4
Comércio	9,2	15,5	12,0	11,5	14,0	7,7	8,8	16,0	8,5	11,9
Serviços	41,2	40,5	28,8	45,4	31,9	18,2	28,3	25,9	14,3	34,6
Administração Pública	30,7	14,6	14,5	20,7	27,8	33,9	46,5	41,0	43,9	22,2

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas: ¹Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca;

Abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

3.4.1 – Migração intersetorial

Explorando as possibilidades oferecidas pela base de dados, busca-se a seguir investigar as trocas intersetoriais, e como estas se associam às migrações. A pergunta básica desta seção pode ser formulada da seguinte maneira: em que medida a migração geográfica vem acompanhada de uma migração setorial? Num momento em que os debates sobre o mercado de trabalho apontam para a terciarização como uma de suas mais importantes características no período atual, convém investigar melhor a relação entre estes

dois processos de mobilidade, e o papel da mobilidade geográfica nos incrementos das atividades terciárias.

Os primeiros dados apresentados na *tabela 19* permitem constatar uma contribuição positiva da migração ao processo de mudanças intersetoriais. Considerado-se o *universo selecionado* (empregados em 1995 e em 2003), enquanto entre os *não-migrantes* a mudança de setor de emprego alcançou 16,7% do total, entre os *imigrantes* este percentual sobe para 46,4%. Nos *Centros Principais* do Nordeste a migração intersetorial combinada com a migração geográfica foi mais intensa, atingindo 54,8% do total de *imigrantes*.

TABELA 19
Participação relativa da migração intersetorial entre os trabalhadores migrantes e não-migrantes no mercado formal de trabalho da RLC – 2003

Frações e Subespaços da RLC		Migração Geográfica	
		Não Migrante	Migrante
		% Migração Intersetorial	% Migração Intersetorial
Centro-Sul	CP	17,5	45,2
	CI	17,7	47,7
	DM	15,4	47,0
Nordeste	CP	21,5	44,8
	CI	13,6	45,0
	DM	6,3	44,7
Norte	CP	16,4	54,8
	CI	19,8	45,8
	DM	9,2	39,7
Brasil		16,7	46,4

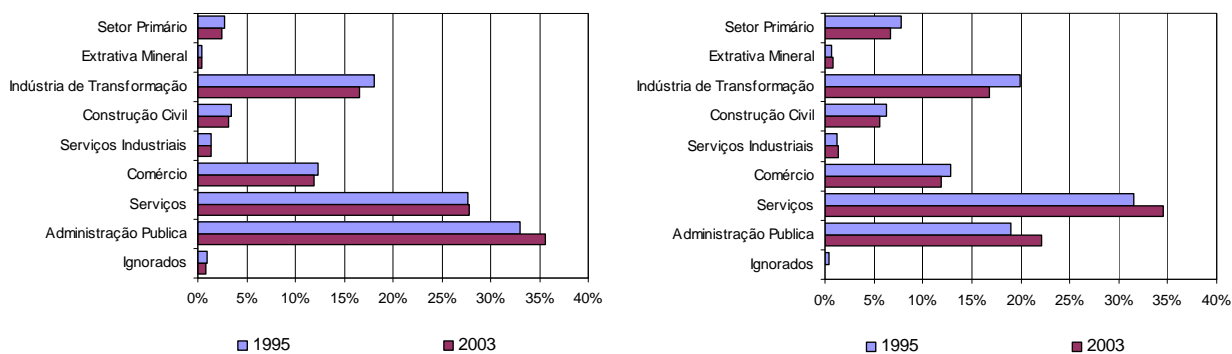
Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

Mas quais são os principais movimentos intersetoriais? Os dados dos gráficos em seqüência procuram mostrar a distribuição dos migrantes e *não-migrantes* por setores econômicos em 1995 e 2003, nos quais já é possível identificar as tendências de redistribuição intersetorial da população que se manteve ocupada nestes dois pontos do tempo. Destaca-se a diminuição da participação do setor industrial e o aumento da participação da administração pública e do setor de serviços. Sendo as mudanças na distribuição setorial entre 1995 e 2003 muito mais intensas entre os imigrantes, com diminuição da participação dos setores agropecuário, industrial, da construção civil e comércio. Tal fato aponta para a existência de um processo de terciarização das ocupações

entre os imigrantes, enquanto a agropecuária e a indústria perderam um total de 104.052 empregos, o setores de serviços e da administração pública receberam um total de 176.717 trabalhadores migrantes.

CONJUNTO DE GRÁFICOS 4
Distribuição dos não-migrantes no setor formal por setores econômicos em 1995 e 2003.



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

A terciarização se confirma quando se examina as trocas setoriais mais expressivas (*tabela 20*). Os três movimentos principais são os do setor industrial para o de serviços, dos serviços para a administração pública e do comércio para os serviços, respondendo estes três movimentos por 29,5% do total das migrações intersetorial entre os *imigrantes* e 39,2% entre os *não-migrantes*.

TABELA 20
Migração intersetorial para os *imigrantes* e *não-migrantes* no mercado formal de trabalho, ordenado pela participação do tipo de origem/destino no total da migração intersetorial dos *imigrantes* – Brasil, 1995-2003.

Setor de origem em 1995	Setor de destino em 2003	Migrante			Não migrante		
		Rank	Abs.	%	Rank	Abs.	%
Industrial	Serviços	1	129.056	10,7	2	317.459	12,0
Serviços	Administração Pública	2	123.077	10,2	1	413.140	15,6
Comércio	Serviços	3	102.087	8,5	3	304.264	11,5
Administração Pública	Serviços	4	90.052	7,5	8	128.934	4,9
Serviços	Industrial	5	76.656	6,4	6	165.743	6,3
Serviços	Comércio	6	71.226	5,9	5	209.737	7,9
Industrial	Comércio	7	60.499	5,0	4	210.680	8,0
Comércio	Industrial	8	48.255	4,0	7	158.479	6,0
Construção Civil	Serviços	9	43.036	3,6	9	82.284	3,1
Comércio	Administração Pública	10	34.098	2,8	11	50.382	1,9
Agropecuário	Industrial	11	31.676	2,6	13	38.947	1,5
Industrial	Agropecuário	12	30.866	2,6	16	30.784	1,2
Industrial	Administração Pública	13	30.803	2,6	10	51.699	2,0
Agropecuário	Serviços	14	30.633	2,5	17	27.015	1,0
Serviços	Construção Civil	15	30.587	2,5	12	48.548	1,8
Industrial	Construção Civil	16	24.110	2,0	14	33.957	1,3
Construção Civil	Industrial	17	23.109	1,9	15	32.465	1,2
Total 17 primeiros			979.826	81,5		2.304.517	87,2
Total de migração intersetorial			1.201.716	46,4		2.642.172	16,7
Total no universo selecionado			2.592.184			15.849.979	

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Pela sua importância para as discussões atuais sobre o mercado de trabalho, a migração intersetorial da indústria para as atividades do terciário (comércio, serviços e administração pública) merece uma atenção especial. Se somadas, as saídas da indústria para o terciário atingem 18% das trocas intersetoriais entre os *imigrantes* e 22% entre os *não-migrantes*. Como a migração intersetorial é mais intensa entre os imigrantes, 8,5% dos trabalhadores que mudarão a sua localização geográfica entre 1995 e 2003 trocaram um vínculo no setor industrial por um outro no setor terciário. Entre os que permaneceram na mesma localidade no período apenas 3,7% trocaram a indústria pelo terciário. Em termos absolutos, somando-se os dois grupos, constata-se a saída de 800.196 trabalhadores do setor industrial para as atividades do setor terciário entre 1995 e 2003.

Onde ocorreram estas transferências? De quais localidades saíram os imigrantes e para onde foram?

Entre os trabalhadores *não-migrantes*, as transferências indústria-terciário se concentraram nas grandes metrópoles do Centro-Sul, onde foram realizadas 54,4% do total

deste tipo de migração intersetorial. O que mostra que tais movimentos se circunscrevem em grande medida ao contexto metropolitano.

Quando se analisa apenas os trabalhadores *imigrantes* no mercado formal do ponto de vista de sua origem, observa-se que nos contextos regionais as *Demais Localidades* foram as que mais contribuíram com a emigração a partir da qual o trabalhador trocou um emprego no setor industrial no local de origem por um emprego no terciário no local de destino. Destacam-se, pelo volume, as *Demais Localidades* do Centro-Sul, de onde se originaram quase metade deste tipo de migrante⁶¹. Quanto ao destino destes fluxos, destacam-se principalmente os *Centros Principais* do Centro-Sul, que receberam em suas atividades do setor terciário 43,5% do total de *imigrantes* oriundos da atividade industrial⁶² (tabela 21).

Tabela 21
Migração intersetorial do setor industrial para o setor terciário dos migrantes no mercado formal de trabalho, segundo origem e destino nos subespaços da RLC – 1995-2003.

Frações e Subespaços da RLC		Origem em 1995		Destino em 2003	
		Abs.	%	Abs.	%
Centro-Sul	Centros Principais	35.877	29,7	52.543	43,5
	Centros Intermediários	38.291	31,7	47.413	39,3
	Demais Localidades	57.140	47,3	48.148	39,9
Nordeste	Centros Principais	3.342	2,8	5.675	4,7
	Centros Intermediários	5.930	4,9	6.670	5,5
	Demais Localidades	10.537	8,7	7.073	5,9
Norte	Centros Principais	1.215	1,0	1.414	1,2
	Centros Intermediários	1.678	1,4	2.475	2,1
	Demais Localidades	2.589	2,1	1.854	1,5
Brasil		120.722	100,0	120.722	100,0

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Nota: Abs. = Valores absolutos

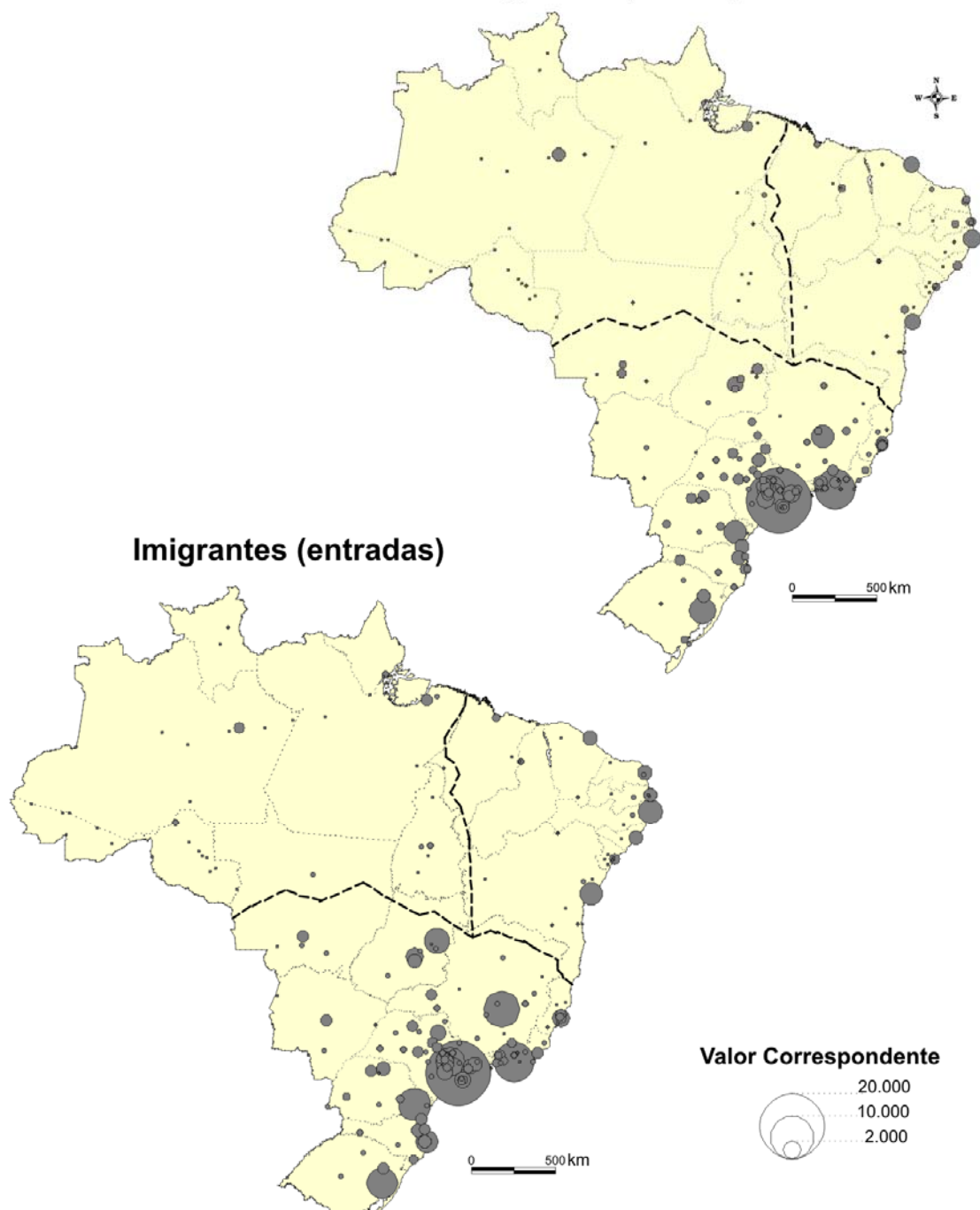
Os mapas da *Figura 5* detalham a situação das localidades da RLC. Como locais de origem de trabalhadores que trocaram a indústria pelo terciário destacam-se as RMs de São Paulo e Rio de Janeiro e o município de Campinas. Entre as dez localidades com maiores fluxos de emigrantes nessa situação comparecem quatro municípios paulistas: além de Campinas, já citada, Jundiaí, São José dos Campos e Sorocaba. Entre os principais destinos

⁶¹ A maioria absoluta destes emigrantes teve como destino o próprio Centro-Sul: Demais Localidades (51,9%), Centros Intermediários (45,1%) e Centros Principais (40,1%).

⁶² Os *Centros Principais* do Centro-Sul foram o destino de uma parcela significativa do total de emigrados de vários subespaços da RLC, com destaque para: na fração Centro Sul, os Centros Intermediários (onde 56,9% dos emigrantes foram para os Centros Principais do Centro Sul) e Demais Localidades (40,1%); no Nordeste, os Centros Principais (58,6%) e Demais Localidades (30,1%); e no Norte, os Centros Principais (52,6%), confirmando o dinamismo do setor terciário das grandes metrópoles do Centro-Sul.

dentro da RLC deste tipo de imigrante novamente comparecem as grandes metrópoles do Centro-Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, que ocupam as cinco primeiras posições, seguidas de Campinas, Brasília, Recife, Salvador e Florianópolis.

FIGURA 5
Origem em 1995 e destino em 2003 dos migrantes que realizaram migração
intersetorial da indústria para o terciário por localidades da RLC
Emigrantes (saídas)



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

4.3.5 - Grau de Instrução

Nesta seção procura-se identificar os diferenciais relativos a um item básico da qualificação dos trabalhadores: a escolaridade. Mesmo não sendo a formação educacional o único determinante da qualificação profissional, estudos indicam a variável nível educacional como uma boa *proxi* da qualificação⁶³.

Os dados da *tabela 22* mostram os trabalhadores migrantes numa melhor situação em termos da distribuição por faixa de escolaridade, apresentando uma menor participação dentro do grupo dos trabalhadores analfabetos ou com o primário incompleto quando comparados ao conjunto do mercado formal em 2003 e ao grupo de trabalhadores *não-migrantes* entre 1995 e 2003. Se somados, estes dois níveis de menor escolaridade representam apenas 7,9% do total de *imigrantes*, abaixo da média nacional para o mercado formal em 2003, que é de 8,9%. Entre os *não-migrantes* os menos escolarizados representam 10,3%, parcela superior à média geral.

Os *imigrantes* também encontram-se em vantagem no outro extremo da escolarização. O Ensino Médio completo representa 26,4% dos *imigrantes*, um pouco abaixo da média do mercado formal como um todo, que é de 27,7%, mas acima do valor registrado para os *não-migrantes*, 24,7%. Os dados sobre o nível de maior escolaridade confirmam a supremacia dos *imigrantes*, os trabalhadores com curso superior completo ou incompleto representam 21,9% do total de *imigrantes*, ligeiramente superior à representatividade deste nível de escolaridade entre os *não-migrantes*, 19,8%, e bem superior à média do mercado formal como um todo, que é de 16,1%.

Portanto, esses dados sugerem que os *imigrantes* formam um grupo, em média, mais escolarizados, tanto em relação àqueles que não mudaram a sua localização geográfica entre 1995 e 2003, quanto ao que é a média do mercado formal brasileiro.

A maior concentração dos *não-migrantes* nas duas extremidades, analfabetos e primário incompleto e superior completo e incompleto, pode ser o resultado, de um lado, da dificuldade que os trabalhadores com menor escolaridade têm de deixar sua localidade em busca de novas oportunidades, e, por outro, a alta escolaridade como um fator que

⁶³ “Como acontece com qualquer outra característica individual que influencia produtividade e salário, a relação entre educação e desigualdade salarial depende de dois fatores: grau de desigualdade entre trabalhadores com respeito à educação e sensibilidade dos salários ao nível educacional. (...) **No Brasil, cada ano de escolaridade adicional tende a elevar o nível salarial de um trabalhador em aproximadamente 15%**” (BARROS; MENDONÇA, 1995, p. 47-48, grifos meus).

permite uma melhor inserção no mercado formal, contribuindo para fixação dos trabalhadores.

TABELA 22
Distribuição por nível de escolaridade dos trabalhadores no mercado formal *não-migrantes e imigrantes* entre 1995 e 2003 e total em 2003.

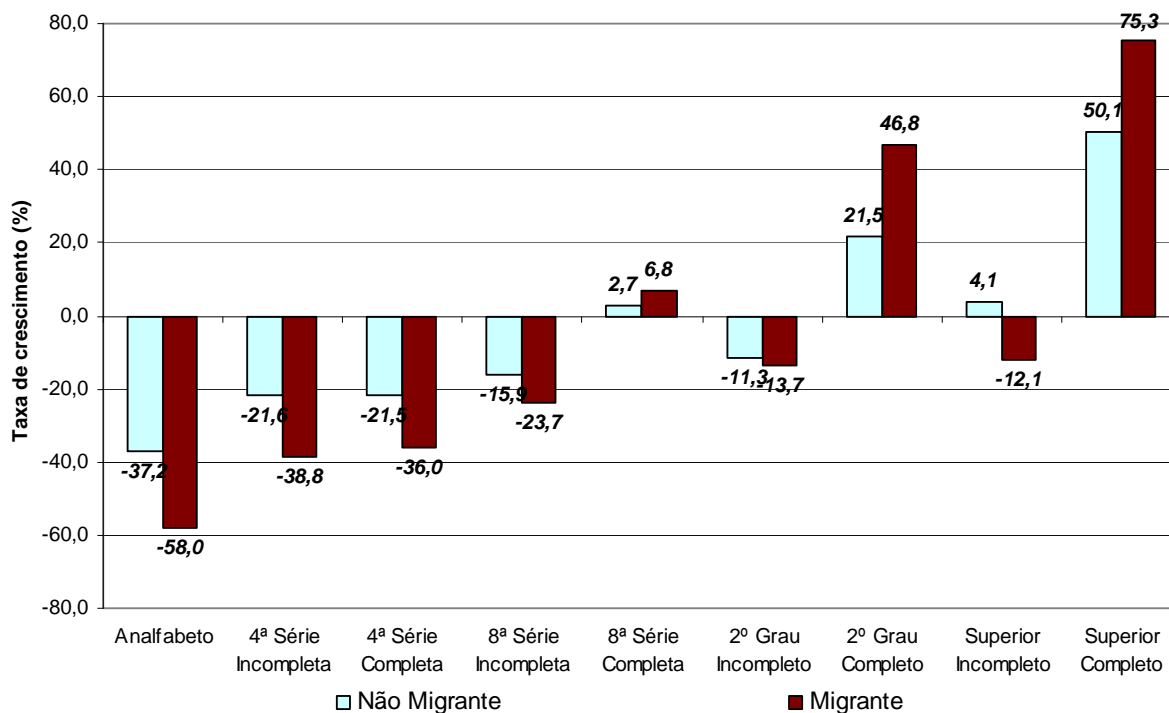
Grau de Instrução	Não migrante (1995-2003) (%)	Migrante (1995-2003) (%)	Total em 2003 (%)
Analfabeto	2,1	1,4	1,7
Primário incompleto	8,2	6,5	7,2
Primário e Fundamental incompleto	23,6	20,7	22,2
Fundamental e Ens. Médio incompleto	21,6	23,1	25,1
Ensino Médio	24,7	26,4	27,7
Superior completo ou incompleto	19,8	21,9	16,1
Total (valores absolutos)	15.969.832	2.623.176	35.148.634
Ignorado	147.901	468	156.666

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Mas como evoluiu esta escolarização ao longo do período analisado, 1995 e 2003? Os *imigrantes* são mais escolarizados em 2003 por que investiram na escolarização ao longo do período analisado?

Os dados do *Gráfico 7* mostram a evolução da qualificação educacional de migrantes e *não-migrantes* entre 1995 e 2003. Em ambos os grupos observa-se a diminuição dos que possuem até o Ensino Fundamental Incompleto, mas uma diminuição relativa mais pronunciada entre os *imigrantes*. No caso da categoria de analfabetos, entre os *imigrantes* a diminuição foi de 58%, enquanto entre os *não-migrantes* de 37%. Duas categorias chamam atenção em termos do crescimento positivo ao longo do período: Ensino Médio e Ensino Superior completos. A primeira cresceu entre os *imigrantes* 46,8% e entre os *não-migrantes* 21,5%. A categoria Ensino Superior Completo, mais interessante de ser analisada, mostra um crescimento da participação dos *Imigrantes* de 75,3% entre 1995 e 2003, entre os *não-migrantes* esta categoria cresceu 50,1% no mesmo período. O que aparentemente é um indicativo de que o maior nível educacional dos migrantes em 2003, é o resultado de um maior investimento neste item ao longo do período analisado.

Gráfico 7
Evolução da distribuição dos *imigrantes* e *não-migrantes* no setor formal por nível detalhado de escolaridade entre 1995 e 2003.



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Os dados detalhados para os subespaços da RLC são incontestes ao confirmarem o quadro geral traçado para o agregado do país: os *imigrantes* possuem um maior nível de escolaridade que os *não-migrantes*. Em todos os subespaços a participação dos *imigrantes* nos dois níveis mais baixos da escolaridade é inferior à dos *não-migrantes*, e superior nos níveis mais elevados de escolaridade. No nível Ensino Médio completo a participação dos *imigrantes* é sempre superior à dos *não-migrantes*, e com vantagens significativas em determinados subespaços, como nos *Centros Intermediários* do Norte. Quanto aos que possuem o Ensino Superior completo ou Incompleto – grupo mais qualificado e que desperta maior interesse do ponto de vista analítico –, nota-se uma baixa participação deste grupo entre os trabalhadores migrantes e *não-migrantes* nas *Demais Localidades* do Centro-Sul e Nordeste e *Centros Intermediários* do Norte. Na comparação entre os dois grupos, destaca-se a fração Norte, onde se acentua a diferença em pontos percentuais entre dois grupos. Apenas nos *Centros Intermediários* do Nordeste a presença relativa de trabalhadores com maior escolaridade é superior entre os *não-migrantes*.

TABELA 23
Distribuição por nível de escolaridade dos trabalhadores no mercado formal *não-migrantes e imigrantes* entre 1995 e 2003 e por frações da RLC – 2003

Situação migratória e Nível de escolaridade		Centro-Sul			Nordeste			Norte		
		CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM
Não migrante	Analfabeto	1,1	1,6	2,1	2,5	3,8	10,3	2,3	3,6	1,6
	Primário incompleto	5,7	6,9	11,9	7,7	9,4	21,6	9,2	18,5	6,1
	Primário e Fundamental incompleto	22,2	25,6	34,3	17,0	14,0	23,1	18,4	28,9	17,7
	Fundamental e Ens. Médio incompleto	21,5	26,2	22,1	19,0	17,4	14,8	20,4	19,3	23,2
	Ensino Médio	24,6	21,8	19,7	31,9	30,6	24,5	34,5	25,4	33,8
	Superior completo ou incompleto	24,9	17,9	9,9	22,0	25,0	5,8	15,1	4,4	17,6
Migrante	Analfabeto	0,4	0,6	1,0	2,5	1,8	8,4	0,8	1,4	0,5
	Primário incompleto	3,1	4,4	8,4	5,3	8,3	18,1	5,0	10,8	2,4
	Primário e Fundamental incompleto	15,3	19,8	29,3	13,6	15,6	16,8	17,3	22,6	11,4
	Fundamental e Ens. Médio incompleto	22,7	25,5	24,5	20,3	18,9	16,1	20,3	19,5	24,0
	Ensino Médio	28,5	26,2	21,1	33,4	30,9	29,0	35,2	33,9	36,8
	Superior completo ou incompleto	29,9	23,5	15,7	24,8	24,5	11,6	21,5	11,7	24,9

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

O estudo mais detalhado da qualificação dos *imigrantes* será desenvolvido através do indicador da razão entre o total de trabalhadores com ensino superior completo e incompleto e o total de trabalhadores analfabetos ou com primário incompleto. A razão entre estes dois grupos será denominada de *Índice de Qualificação Educacional-IQE*, que pode ser sistematizado da seguinte forma:

$$IQE_j = \frac{S_j}{A_j + PI_j}$$

Onde:

j = uma unidade geográfica qualquer

S = Total de trabalhadores com curso superior completo ou incompleto

A = Total de trabalhadores analfabetos

PI = Total de trabalhadores com curso primário incompleto

Os dados da Raismigra em 2003 mostram que naquele ano existia no mercado formal brasileiro 1,8 empregados com curso superior completo ou incompleto para cada trabalhador analfabeto ou com o primário incompleto. Entre os *não-migrantes* entre 1995 e 2003 este valor era de 1,9 e entre os *imigrantes* de 2,8, atestando a melhor qualificação

relativa do *imigrantes*. A análise do IQE por frações da RLC mostra uma vantagem dos imigrantes em praticamente todos os subespaços, sempre acima da média do mercado formal e numa situação melhor que a dos *não-migrantes*, com exceção dos *Centros Intermediários* da fração Norte, onde o IQE dos *não-migrantes* atinge um valor de 1,0 enquanto a média do mercado formal neste subespaço é de 1,3, mas acima da média dos *não-migrantes*, de apenas 0,2.

Portanto, é possível afirmar que o grupo de trabalhadores migrantes no mercado formal formam um grupo relativamente melhor qualificado que os demais, apontando para a importância da migração de mão-de-obra qualificada na dinamização do mercado de trabalho, principalmente nas pequenas localidades. Por outro lado, evidencia-se a seletividade do mercado de trabalho das metrópoles do Centro-Sul, para as quais se dirige o fluxo de melhor índice de qualificação educacional, 8,3.

TABELA 24
Índice de Qualificação Educacional do mercado formal e dos trabalhadores não-migrantes e imigrantes no mercado formal entre 1995 e 2003 por frações da RLC - 2003

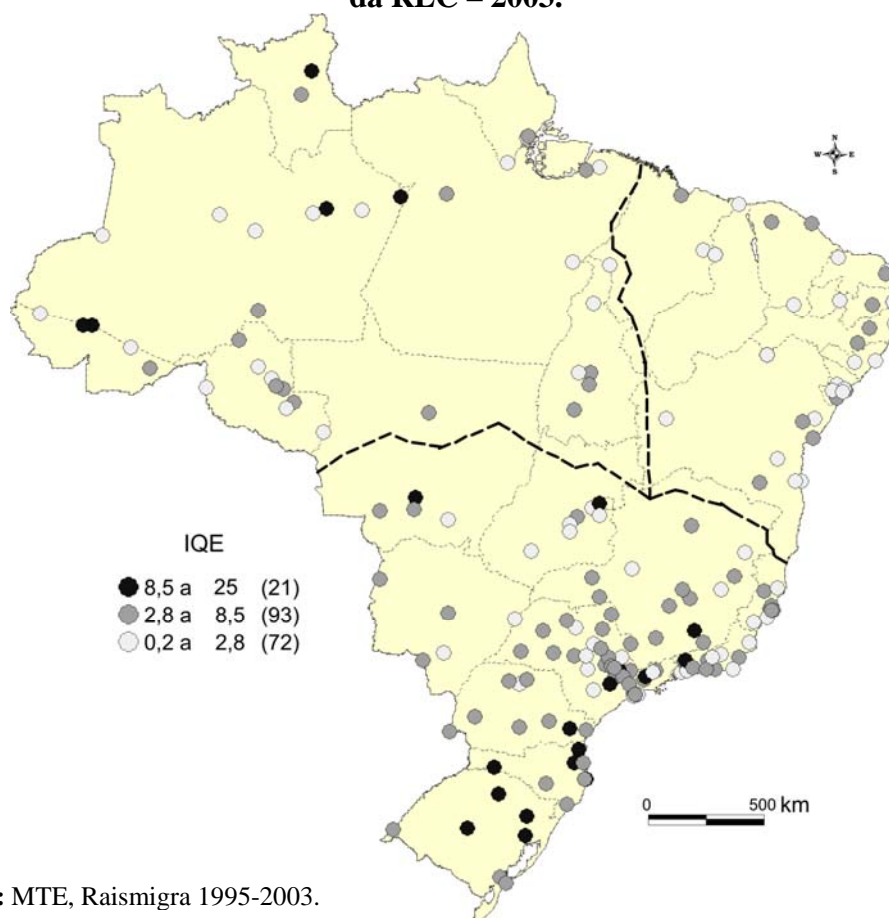
Situação	Centro-Sul			Nordeste			Norte			TOTAL
	CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM	
Não migrante (1995-2003)	3,7	2,1	0,7	2,2	1,9	0,2	1,3	0,2	2,3	1,9
Migrante (1995-2003)	8,3	4,7	1,7	3,2	2,4	0,4	3,7	1,0	8,5	2,8
Total em 2003	3,9	2,4	0,9	2,1	1,6	0,2	2,6	1,3	0,3	1,8

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

O detalhamento do IQE dos *imigrantes* por localidades da RLC apresentado na *figura 6* mostra que 21 localidades superaram o recorde registrado para os *Centros Intermediários* do Norte, de 8,5%. Estas, em sua maioria, estão localizadas no Centro-Sul do País, e, portanto, trata-se de importantes núcleos urbanos nacionais que recebem uma mão-de-obra mais capacitada, principalmente nos estados meridionais. No topo da lista com maiores valores de IQE destacam-se grandes metrópoles, como Brasília (22,8), Florianópolis (22,6) e Porto Alegre (12,6), além de importantes cidades médias da rede urbana do Brasil Meridional, como Joinville-SC (19,8), Santa Maria-RS (19,1), São José dos Campos-SP (16,6) e Barbacena-MG (13,2). Destaca-se a ausência entre as localidades do Nordeste pertencentes à RLC de altos valores de IQE, predominando nesta fração as localidades com os menores valores de IQE.

FIGURA 6
Índice de Qualificação Educacional de imigrantes no mercado formal das localidades da RLC – 2003.



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

4.3.5.1 – Trabalhadores com nível superior de escolaridade

Observado o melhor nível educacional dos trabalhadores migrantes, e sabendo-se da importância que esta mão-de-obra qualificada possui para a modernização das atividades econômicas e administrativas das localidades de destino, cabe agora uma melhor investigação sobre a origem e as condições de empregabilidade destes trabalhadores migrantes com nível mais elevado de escolaridade.

Os dados da *tabela 25* mostram a matriz de trocas migratórias dos 573.504 trabalhadores migrantes no mercado formal que possuem o curso superior completo ou incompleto. Quando se compara esta distribuição com a do total dos trabalhadores migrantes (*tabela 15*) é possível perceber quais são as áreas que concentram, em relação ao que é o padrão para o conjunto de trabalhadores migrantes como um todo, a emissão e/ou o recepção de trabalhadores migrantes de alto nível de escolaridade.

Os dados mostram um predomínio do Centro-Sul tanto entre os imigrantes quanto entre os emigrantes. Se a migração interfração Centro-Sul responde por cerca de 80% do

total de trabalhadores migrantes do mercado formal, quando se observa apenas os trabalhadores com nível superior de escolaridade este percentual sobe para 83%, mas com sensíveis diferenças na distribuição deste montante pelos subespaços da RLC do Centro-Sul. Os *Centros Principais* desta fração foram a origem e o destino de 25% dos trabalhadores migrantes, percentual que sobe para 35% quando se faz o recorte apenas dos imigrantes que possuem curso superior, mostrando a importância que estes centros possuem, tanto no oferecimento de mão-de-obra qualificada quanto de empregos de maior qualificação. Tal concentração das trocas migratórias nos grandes centros era esperada, já que a mão-de-obra mais qualificada exige uma infra-estrutura econômica mais sofisticada (centros de pesquisas e negócios, sedes de grandes corporações, atividades do terciário superior), atributos territoriais que somente os grandes centros são capazes de oferecer numa quantidade expressiva.

Tabela 25
Matriz de fluxos migratórios entre os subespaços das frações da RLC de trabalhadores no mercado formal com curso superior completo ou incompleto, 1995-2003.

			Destino em 2003									Total Emigrantes	
			Centro-Sul			Nordeste			Norte			Abs.	%
			CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM		
Origem em 1995	Centro-Sul	CP	57.102	73.327	50.817	7.108	3.667	1.700	4.763	1.760	628	200.872	35,0
		CI	72.115	42.120	31.254	1.271	854	418	499	1.291	603	150.425	26,2
		DM	49.850	34.852	38.639	652	463	498	283	673	529	126.439	22,0
	Nordeste	CP	7.845	1.150	477	1.976	5.613	5.442	418	286	72	23.279	4,1
		CI	3.918	795	313	6.131	8.056	7.403	298	883	172	27.969	4,9
		DM	1.879	460	408	6.688	9.068	5.378	147	197	130	24.355	4,2
	Norte	CP	3.448	574	202	467	560	101	354	1.353	1.900	8.959	1,6
		CI	1.689	867	260	243	412	123	869	2.006	694	7.163	1,2
		DM	611	570	531	63	109	80	716	802	561	4.043	0,7
Total		abs	198.457	154.715	122.901	24.599	28.802	21.143	8.347	9.251	5.289		
Imigrantes		%	34,6	27,0	21,4	4,3	5,0	3,7	1,5	1,6	0,9		

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Notas explicativas das abreviaturas: CP = *Centros Principais*; CI = *Centros Intermediários*; DL = *Demais Localidades*

A distribuição do grupo de melhor escolaridade por setor de atividade ajuda a compreender determinadas nuances do mercado de trabalho nacional. Observa-se a maior concentração deste grupo mais qualificado nas atividades terciárias, administração pública e serviços, sendo esta concentração mais pronunciada entre os *não-migrantes*, entre os quais as duas atividades citadas abarcam 84,4% do total de trabalhadores com curso superior completo ou incompleto. Entre os *imigrantes* chama atenção o maior peso relativo do setor industrial, 11,5%, mostrando a importância da migração de mão-de-obra mais qualificada para as atividades industriais. No mercado formal como um todo o peso desse setor é de 9% entre os trabalhadores do nível mais elevado de escolaridade, e apenas 7,6% entre os *não-migrantes*.

TABELA 26

Distribuição percentual dos *imigrantes* e *não-migrantes* no mercado formal entre 1995 e 2003 e do total de trabalhadores do mercado formal em 2003 com nível superior de escolaridade por setores econômicos – 2003

Setor de atividade	Não migrante	Migrante	Total
Setor Primário	0,4	0,9	0,6
Extrativa Mineral	0,1	0,4	0,3
Indústria de Transformação	7,6	11,5	9,0
Construção Civil	0,9	1,4	1,1
Serviços Industriais	1,5	1,4	1,2
Comércio	4,4	6,3	7,0
Serviços	28,7	40,2	34,9
Administração Pública	55,8	37,8	45,4
Outros/Ignorado	0,5	-	0,5
Total (valores absolutos)	3.150.727	573.487	5.649.414

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Os dados por frações da RLC mostram que a tendência de uma alta concentração dos migrantes mais escolarizados nas duas atividades terciárias – administração pública e serviços – se repete em todos os subespaços da RLC. O setor industrial é mais importante na recepção de mão-de-obra migrante mais escolarizada nos subespaços da fração Centro-Sul e nos *Centros Principais* do Nordeste. Essa atração de mão-de-obra mais qualificada por parte das localidades não metropolitanas do Centro-Sul atesta a importância da migração no suporte da desconcentração das atividades econômicas, pois são áreas que se destacam no crescimento da atividade e do emprego industriais.

No detalhamento da situação ocupacional dos imigrantes de maior escolaridade procura-se destacar na *figura 7* as 69 localidades onde, numericamente, este grupo é mais expressivo (igual ou superior a 1.000 trabalhadores), e nestas, em qual setor a maior parte dos imigrantes mais escolarizados se empregam. A maioria destas localidades está no

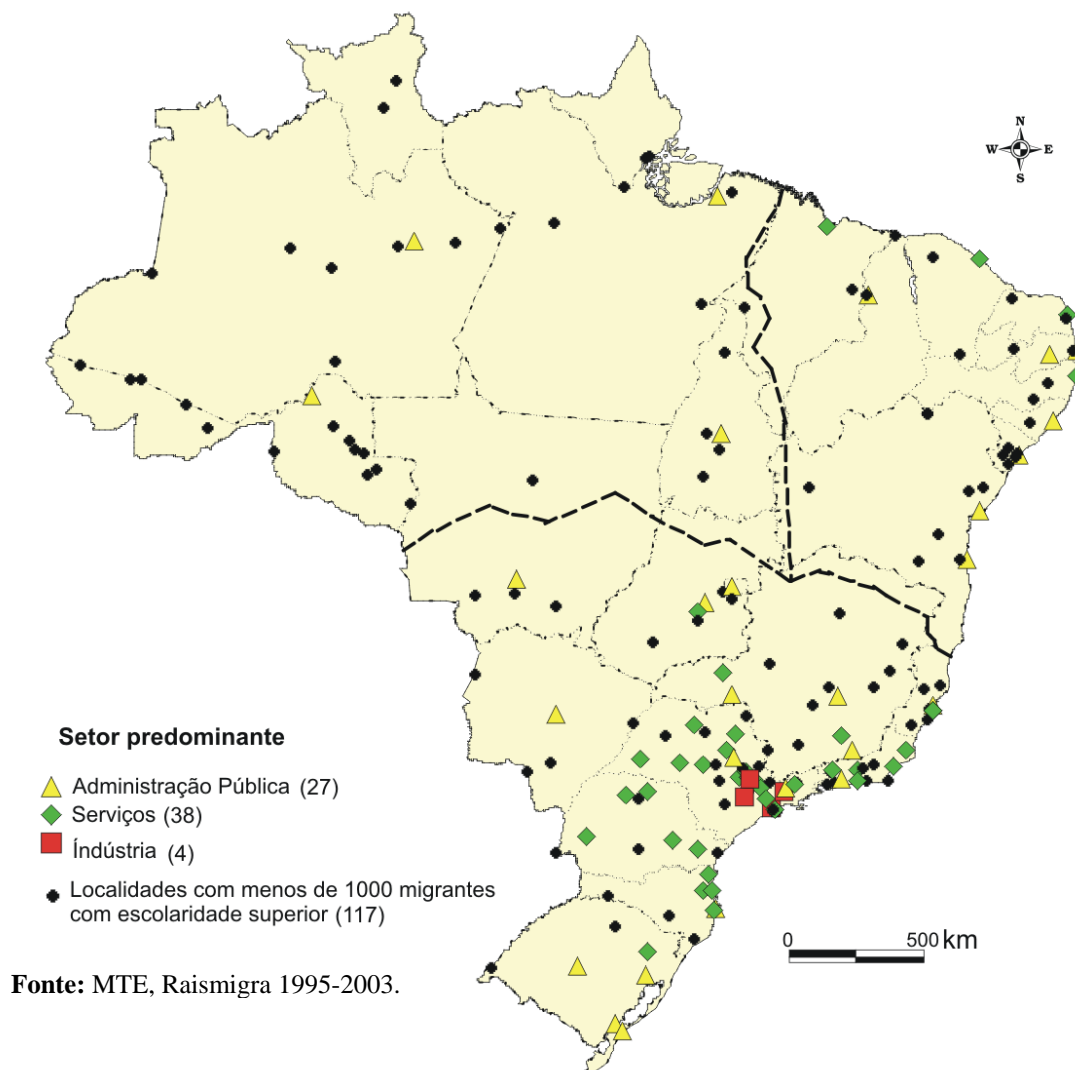
Centro-Sul, representando 37% das localidades integrantes da RLC (*Centros Principais e Centros Intermediários*) e 91% dos *imigrantes* com escolaridade superior.

As atividades ligadas à administração pública e aos serviços são predominantes. Em apenas 4 localidades, Cubatão, Jacareí, Sorocaba e Sumaré, o setor industrial é que emprega a maior parte dos imigrantes com curso superior, localidades estas que não por acaso estão localizadas nas imediações da metrópole paulista.

No nordeste, nas poucas localidades onde esse grupo representa mais que 1.000 trabalhadores, observa-se o predomínio do setor da administração pública, se destacando o setor de serviços apenas nas capitais dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Na fração Norte, o setor da administração pública predomina nas quatro localidades nas quais o grupo de migrantes mais qualificados é mais expressivo, sendo todas elas capitais estaduais.

A espacialização destes dados ajuda a mostrar a força do mercado de trabalho das localidades mais dinâmicas do Centro-Sul, em geral menos dependentes do setor público na geração de empregos, e com capacidade de atrair mão-de-obra qualificada para as atividades urbanas locais.

FIGURA 7
Setor predominante entre os imigrantes com Ensino Superior completo ou incompleto nas localidades da RLC – 2003 (apenas localidades com 1.000 ou mais trabalhadores migrantes com este nível educacional)



4.3.6 – Análises sobre a remuneração de migrantes e não migrantes

A análise da renda é uma operação delicada e problemática, tendo em vista a conhecida desigualdade no custo de vida existente no território brasileiro, que por si só explicam parte das diferenças regionais nos níveis salariais. Como não existem alternativas fáceis para contornar esta limitação, a análise em seqüência assume o risco de incorporar distorções, ao tentar avaliar em que medida existe um diferencial salarial entre migrantes e *não-migrantes*.

Através dos dados da RAIS é possível auferir a renda obtida com o trabalho de duas formas: a remuneração média recebida ao longo do ano (levando-se em consideração apenas os meses trabalhados) e a remuneração obtida em dezembro. A opção foi pela

segunda forma de mensuração da renda, tendo em vista que foram selecionados apenas os que estavam empregados no mês de dezembro. Os valores são informados em salários mínimos vigente no ano base e a partir do ano de 1999 também em valores nominais. Como foi necessária a informação sobre a remuneração em 1995, utilizou-se apenas a informação sobre a remuneração em salários mínimos.

Assim, de acordo com os conceitos definidos pela base de dados em foco, os valores de renda do trabalho dizem respeito à remuneração individual em dezembro em salários mínimos, que corresponde ao valor nominal da remuneração em dezembro, dividido pelo salário mínimo vigente naquele mês (considerando a fração do mês, no caso de mês de admissão ou rescisão). Não é considerada para efeito do cálculo a remuneração correspondente ao 13^o salário. Para operacionalização das análises foram excluídos aqueles declarados com remuneração zero.

Na comparação do valor nominal do salário mínimo em dezembro de 1995 (R\$ 100,00) com o vigente no mesmo mês em 2003 (R\$ 240,00), percebe-se um aumento no valor nominal de 140%. Cálculos feitos pelo Ministério do trabalho tendo como medida de inflação o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE), estimado pelo Banco Central para o período, mostram que de dezembro de 1995 a dezembro de 2003 o salário mínimo acumulou uma alta em seu valor real de 29%. Ou seja, o salário mínimo no período analisado foi reajustado acima do índice inflacionário. Assim, ao utilizar os dados da remuneração em salário mínimos, deve se ater ao fato de que parte da diminuição da remuneração nominal em salários mínimos, não implica necessariamente em perda de poder aquisitivo da remuneração, pois esta perda nominal é recompensada pelo aumento real no valor do salário mínimo acima da inflação.

A regra nos últimos anos no mercado de trabalho brasileiro, com poucas exceções, foi a queda dos salários médios. Dados da PNAD, deflacionados pelo INPC, mostram uma diminuição de 5,8% no rendimento médio do trabalhador brasileiro entre 1995 e 2003. Essa redução foi mais intensa nas áreas metropolitanas, onde atingiu 15,4%. No mercado formal não foi diferente. Em dezembro de 1995 a média salarial de todos os ocupados no mercado formal, segundo dados da RAIS, era de 5,83 salários mínimos (sm), ou seja, R\$582,74. Em 2003 a média salarial no mercado formal era de 4,20sm, o que representava em valores nominais da época R\$1.006,98. Inflacionando mês a mês pelo INPC o valor pago em 1995, em dezembro de 2003 atingiria o valor de R\$1.075,86. Portanto, houve uma queda real na remuneração média paga no mercado formal brasileiro no período analisado de 6,4%.

Após estas considerações, busca-se comparar como se comportou a remuneração de migrantes e *não-migrantes* neste contexto de queda do poder aquisitivo dos salários pagos. Os dados da *tabela 27* destacam as medidas clássicas de tendência central da renda dos *não-migrantes* e *imigrantes* no mercado formal brasileiro.

Uma primeira comparação entre os dados do *não-migrantes* e *imigrantes* mostra que os dois grupos estão numa situação parecida. Ambos demonstram uma remuneração mediana praticamente igual, com a diferença na segunda casa decimal de 0,03sm a favor dos *não-migrantes*. As remunerações médias dos dois grupos também estão bem próximas, com uma ligeira vantagem dos *imigrantes*, 5,68sm contra 5,46sm dos *não-migrantes*. Entretanto, o valor do desvio padrão é maior entre os *imigrantes*, o que mostra que parte desta diferença é decorrência da presença de valores elevados para uma minoria.

Não obstante controvérsias, algumas teorias sobre o tema, implícita ou explicitamente, reforçam a tese de que os diferenciais de salários seriam fator explicativo dos fluxos migratórios. Partindo deste suposto, e buscando circunscrevê-lo no caso das migrações de trabalhadores no mercado formal. Busca-se investigar em que medida a migração se reverteu em aumento na remuneração obtida pelo trabalhador. Tenta-se com isso explorar uma das possibilidades mais valiosas da Raismigra, o acompanhamento linear dos indivíduos, comparando a remuneração antes e após ao movimento migratório.

Ao avaliar o impacto da migração nos diferenciais de salários auferidos, considerando a tendência de rebaixamento da remuneração média obtida pelo trabalhador brasileiro nos últimos anos, utilizou-se a remuneração em salários mínimos como um mecanismo de deflação das remunerações. Entretanto, um aumento no valor do salário mínimo condiciona aumentos salariais automáticos apenas para aqueles que passariam a receber uma remuneração abaixo do novo valor. Mesmo que ocorra o que vem sendo denominado de “efeito farol”, pois aumentos no salário mínimo impulsionam aumentos na estrutura salarial como um todo (BANCO MUNDIAL, 2002), a regra é que para aqueles que possuem remunerações acima do salário mínimo estipulado, fica valendo os valores estabelecidos nas negociações coletivas, que nem sempre possibilitam reajustes salariais que acompanhem a média de reajuste do salário mínimo. Além disso, num contexto de precariedade crescente do mercado de trabalho, e na busca incessante por cortes de custo por parte das empresas, é comum os trabalhadores demitidos, ao retornarem ao mercado de trabalho, receberem uma remuneração inferior à anterior. Esses fatores ajudam a explicar porque a remuneração média dos trabalhadores do mercado formal diminui no período analisado.

O que se verificou para o grupo de trabalhadores que estava no mercado formal em 1995 e em 2003 foi a diminuição da remuneração. A média salarial de *não-migrantes* e *migrantes* era em 1995, respectivamente, 5,93sm e 6,41sm, em 2003 esta remuneração média diminuiu para 5,46sm e 5,68sm, respectivamente, uma queda de 0,47sm na remuneração média dos *não-migrantes* e de 0,73sm entre os *imigrantes*. O desvio padrão da remuneração média de ambos os grupos sofreu uma leve redução, confirmando o rebaixamento dos salários no mercado formal. Diminuiu também a remuneração mediana, que era de 3,16sm em 1995 passando para 3,00sm em 2003 entre os *não-migrantes* e de 3,32sm em 1995 para 2,97sm em 2003 entre os *imigrantes*.

TABELA 27
Comparação das Medidas de tendência central da remuneração dos trabalhadores migrantes e não-migrantes no mercado formal entre 1995 e 2003 – Brasil 1995 e 2003

Ano	Não Migrantes			Imigrantes		
	Mediana	Média	Desvio Padrão	Mediana	Média	Desvio Padrão
1995	3,16	5,93	8,47	3,32	6,41	9,11
2003	3,00	5,46	7,80	2,97	5,68	8,12

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

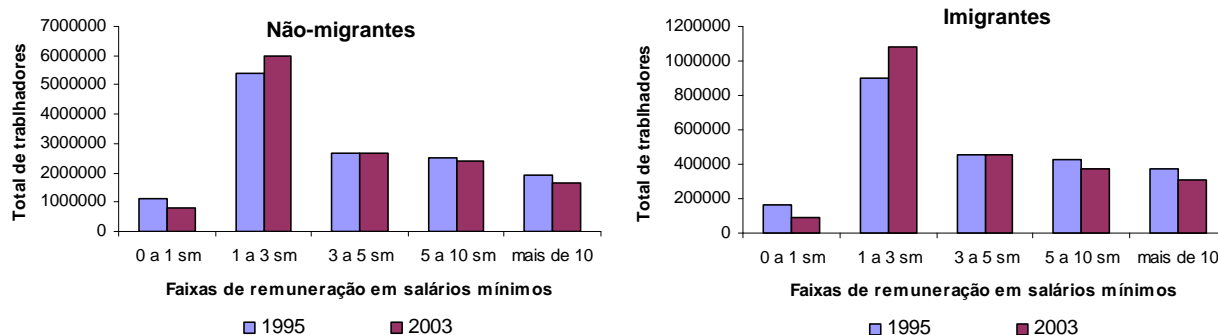
O rebaixamento médio das remunerações pode ser observado na seqüência de gráficos abaixo, nos quais se divide os dois grupos por faixas de remuneração.

Observa-se que entre os *não-migrantes* ocorreu entre 1995 e 2003 uma diminuição do total de trabalhadores nas duas extremidades da faixa de remuneração, menos de um salário mínimo e cinco ou mais salários mínimos. A faixa de 1 a 3 sm foi a que mais aumentou a participação, com 610.247 trabalhadores em 2003 a mais que em 1995, passando a representar 44,2% do total de empregados ao final do período, enquanto em 1995 detinha 39,7% do total. A faixa de 3 a 5 salários mínimos também aumentou ligeiramente a participação no total, recebendo mais 44.306 trabalhadores, passou a representar em 2003 19,9% do total de *não-migrantes*.

Entre os *imigrantes* o comportamento não foi diferente, com exceção da classe de 1 a 3 sm, todas as demais classes de remuneração diminuíram o total de trabalhadores nela inseridos. A classe de 1 a 3 sm teve um acréscimo de 180.500 trabalhadores entre 1995 e 2003, aumentando a sua representatividade no total de trabalhadores *imigrantes* de 38,9% em 1995 para 46,6% em 2003.

CONJUNTO DE GRÁFICOS 5

Total de *não-migrantes* e *imigrantes* no mercado de trabalho formal por faixas de remuneração - 2003



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

4.3.6.1 - Aumento absoluto na remuneração entre 1995 e 2003

Apresentar a diferença de rendimentos auferidos por um determinado grupo em dois pontos no tempo através dos valores médios pode não ser suficiente. Uma vez que a grande desigualdade de rendimentos existente pode encobrir diferenciais positivos, ainda que pequenos, mas significativos do ponto de vista do trabalhador migrante. Buscado verificar tal hipótese, na seqüência parte-se para uma nova análise da renda, procurando destacar a participação no conjunto total daqueles que tiveram aumentos positivos, em termos de salários mínimos, ente 1995 e 2003, independente do valor absoluto. O que do ponto de vista da teoria migratória é mais interessante e apropriado, tendo em vista que são os diferenciais de renda esperados do ponto de vista do indivíduo um fator a pesar na decisão individual, e não a média obtida pelo grupo em conjunto.

Os dados vistos desta maneira mostram um cenário mais positivo. No total, 43% dos *imigrantes* no mercado formal aumentaram a sua remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003, enquanto o mesmo aconteceu com 37% do *não-migrantes*. Um detalhamento dos dados mostra que 51% dos *imigrantes* e 48% dos *não-migrantes* que aumentaram a renda no período ganhavam entre um e dois salários mínimos em 1995, ou seja, trata-se de valores pequenos, de pouco peso na média global.

Esses diferenciais na remuneração entre 1995 e 2003 podem ser explorados de diferentes perspectivas. Embora não seja possível mostrar detalhadamente todos os dados, a seguir, busca-se apresentar uma síntese das análises que procuram explorar algumas facetas destes diferenciais.

Os dados sobre evolução da remuneração entre 1995 e 2003 e o nível de escolaridade em 2003 mostram em ambos os grupos uma correlação positiva entre nível de escolaridade em 2003 e participação no grupo dos que aumentaram a renda. Para os *não-migrantes* analfabetos apenas 22,7% do grupo aumentou a remuneração no período analisado, enquanto entre os que possuem escolaridade superior este percentual foi de 44,3%. Entre os *imigrantes* a menor participação também foi entre os analfabetos, 38%, e a maior entre os de nível superior de escolaridade, 49,6%. Assim, os dados sobre o número de pessoas que conseguiram aumentar a renda reforçam o investimento em escolaridade como primordial na garantia de maiores remunerações.

TABELA 28

Participação no total de *não-migrantes* e *imigrantes* no mercado formal por nível de escolaridade dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 – Brasil

Nível de escolaridade	Não-Migrante	Imigrante
Analfabeto	22,7	38,0
Primário Incompleto	28,8	39,6
Primário e Ensino Fundamental Incompleto	31,2	39,7
Fundamental e Ensino Médio Incompleto	35,8	39,5
Ensino Médio Completo	40,9	44,7
Superior Completo e Incompleto	44,3	49,6
Brasil	36,9	43,2

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Sobre a distribuição por setores da atividade econômica dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003, tendo como referência a média geral de cada grupo, retiram-se as seguintes conclusões: a) Entre os *não-migrantes* os setores que apresentaram os maiores percentuais de trabalhadores com ganho de renda foram os da Administração Pública (43%), o de Serviços Industriais (38,8%) e o da Extração Mineral (38,2%), todos eles acima da média do grupo (36,9%), as menores participações foram registradas no setor da Construção Civil (27,4%), Serviços (33,6%) e Comércio (34,3%); b) entre os *imigrantes* as maiores participações ficaram nos setores de Extração mineral (53,5%), Serviços Industriais (50,4%) e Industrial (48,5%), as menores a participações ficaram por conta dos setores de Serviços (40,2%), Agropecuária (41,1%) e Comércio (42,7%). No caso dos *Imigrantes* o setor que mais absorve este grupo foi o que possibilitou um dos menores índices de aumento da remuneração, mostrando que a terciarização,

principalmente quando ela acontece a favor dos serviços não integrantes a administração pública, é pouco vantajosa em termos salariais⁶⁴.

TABELA 29

Participação no total de *não-migrantes* e *imigrantes* no mercado formal por setor de atividade dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 – Brasil

Setor de atividade	Não-Migrante	Imigrante
Setor Primário	36,5	41,1
Extrativa Mineral	38,2	53,5
Indústria de Transformação	36,2	48,5
Construção Civil	27,4	43,5
Serviços Industriais	38,8	50,4
Comércio	34,3	42,7
Serviços	33,6	40,2
Administração Pública	43,0	43,8
Brasil	36,9	43,2

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Levando-se em consideração as informações acima, é possível que determinadas localidades tenham se mostrado como rota mais “lucrativa” para os *imigrantes*?

Entre os *não-migrantes* as menores participações relativas dos que aumentaram a remuneração foram registradas nas *Demais Localidades* da fração Norte. Dentro das frações Centro-Sul e Nordeste, onde está a parte mais significativa do mercado formal brasileiro, observa-se um padrão interessante e elucidativo da dinâmica das novas territorialidades e seus impactos no mercado de trabalho, quando este passa a ser examinado sobre a ótica do sistema urbano. Em ambas as frações a menor participação no total dos *não-migrantes* dos que aumentaram a renda é registrada nos *Centros Principais*. Por outro lado, estes mesmos dados mostram a face promissora do mercado de trabalho

⁶⁴ Um detalhamento dos dados, não apresentados neste estudo, mostra que migrantes e não migrantes possuem situação um pouco diferente quanto a este processo. Entre os *não-migrantes*, para 32,9% dos que permaneceram no setor industrial ocorreu um aumento da remuneração entre 1995 e 2003. Para os que se transferiram para uma das atividades do setor terciário, 33,6% experimentaram aumento da remuneração. Entre os *migrantes*, 44% dos que migraram mas permaneceram no setor industrial aumentaram a renda, mas entre os que migraram saindo de uma atividade do setor industrial para outra no setor terciário, apenas 36,2% deles conseguiram aumentar a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003. Se a análise for feita pela remuneração média não se nota grandes diferenças entre os dois grupos: entre os *não-migrantes* a remuneração dos permaneceram no setor industrial era de 5,93sm em 2003, e era 7,1% menor que a média de 1995, entre os que mudaram para o setor terciário a remuneração média em 2003 era de 4,54sm, 23,1% menor que a média de 1995 quando eles estavam no setor industrial; entre os *imigrantes*, com médias salariais maiores que os não migrantes, a remuneração média dos que permaneceram no setor industrial era de 7,52sm em 2003, e 6,4% menor que a média de 1995, para aqueles que migraram e trocaram um emprego no setor industrial por um no setor terciário a média salarial em 2003 era de 4,73sm, 23,3% menor que a média de 6,17sm em 1995. Portanto, a terciarização, quando avaliada em termos da remuneração, foi mais vantajosa para os *não-migrantes*. Enquanto para os imigrantes, mudar de localidade mas permanecer no setor industrial gerou maiores ganhos.

dos *Centros Intermediários* e *Demais Localidades*, já que nestes subespaços se registraram as maiores participações dos que aumentaram a remuneração no total de *não-migrantes*, com destaque para os *Centros Intermediários* e as *Demais Localidades* do Nordeste, onde esta participação é de 41,5% e 43,8%, respectivamente.

Os dados sobre os migrantes, quando observados do ponto de vista de sua origem (Emigrantes), mostram uma participação dos que aumentaram a renda superior à dos *não-migrantes* em todos os subespaços da RLC, indicando que a migração ainda é um fator importante na busca por melhores salários frente a crise geral do mercado de trabalho. É o caso dos que saíram das *Demais Localidades*, que em todas as frações exibem uma participação dos que aumentaram a remuneração entre 1995 e 2003 superior à registrada entre os *emigrantes* dos demais subespaços, e, principalmente, superior à participação entre os que não migraram. Mostrando que o tradicional percurso cidade pequena-cidade grande continua viável, alimentado por diferenciais de salários positivos nos centros de maior nível hierárquico do sistema de cidades.

Do ponto de vista dos *imigrantes*, observa-se, com exceção da fração Norte, uma tendência a uma menor presença relativa dos que aumentaram a renda entre aqueles que se dirigiram para as *Demais Localidades*⁶⁵. A fração Norte, onde é expressivo o número de originários da fração Centro-Sul entre os *imigrantes*, mostra-se um caso singular. Os dados sobre as diferenças na remuneração, que é a maior entre as frações, sugerem a hipótese de que o diferencial de salário deve ser o principal motivador destes deslocamentos.

⁶⁵ Seria interessante testar uma hipótese para este tipo de movimento. Pode ser que parte desta migração para as pequenas localidades refira-se aos tradicionais retornados. Se assim for, restaria saber o que tem pesado mais no retorno: falta de alternativas nos locais de destino da migração original ou surgimento de novas nas velhas áreas emissoras.

TABELA 30
Participação no total do grupo de não-migrantes, emigrantes e imigrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração entre 1995 e 2003 por subespaços da RLC – 2003

Subespaço		Não-migrante	Emigrante	Imigrante
Centro-Sul	CP	35,8	34,5	47,6
	CI	36,5	40,8	42,5
	DM	38,2	49,6	40,5
Nordeste	CP	35,6	43,5	43,9
	CI	41,5	46,5	38,2
	DM	43,8	52,0	39,0
Norte	CP	37,0	45,7	50,1
	CI	32,8	48,8	50,6
	DM	37,0	54,0	52,2
Brasil		36,9	43,2	43,2

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Tomando como referência média de participação no total dos que aumentaram a remuneração entre 1955 e 2003, que foi de 43,2%, é possível traçar perfis de *emigrantes* e *imigrantes* em cada um dos subespaços da Rede. Do ponto de vista da emigração dois espaços chamam a atenção: os *Centros Principais* e *Intermediários* do Centro-Sul e *Centros Principais* do Nordeste. No caso dos primeiros, a participação dos que aumentaram a remuneração no total de emigrantes do grupo só foi superior à média geral entre aqueles que se dirigiram para os *Centros Principais* da Fração Norte, atingindo a menor participação entre aqueles que se dirigiram para as *Demais Localidades* da Fração Nordeste, onde apenas 16% deles aumentaram a remuneração, em salários mínimos, entre 1995 e 2003. Para os que saíram dos *Centros Intermediários* do Centro-Sul e dos *Centros Principais* do Nordeste a participação do grupo que aumentou a renda só é maior que a média quando estes se dirigiram para os subespaços da fração Norte.

Destaca-se o desempenho dos subespaços da fração Norte, a participação dos que aumentaram a renda só é menor que a média nacional quando se trata dos que saíram dos *Centros Principais* do Centro-Sul para os *Centros Intermediários* e *Demais Localidades* da fração. No mais, em todas as demais origens a participação dos que aumentaram a remuneração é superior à média nacional, confirmando estas localidades como oferecedores de maiores remunerações para os migrantes.

No caso dos *Centros Intermediários* e *Demais Localidades* do Nordeste a situação se inverte. Nos primeiros a participação entre os *imigrantes* dos que aumentaram a renda só é superior à média nacional quando estes são originários das *Demais Localidades* do

Centro-Sul e Nordeste. Nas *Demais Localidades* a participação dos que aumentaram a renda só é maior quando os *imigrantes* são originários do próprio subespaço.

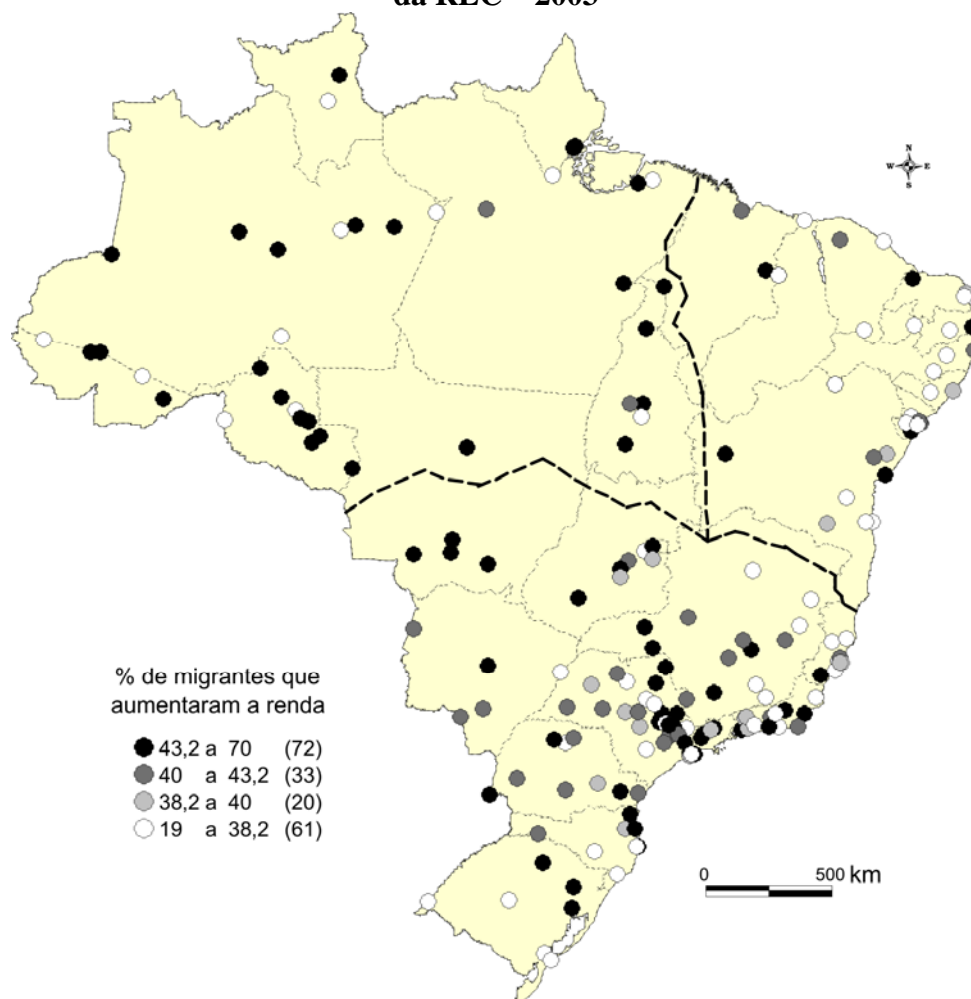
TABELA 31
Participação no total do grupo de migrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração entre 1995 e 2003 segundo subespaços da RLC de origem e destino – 2003

			Destino em 2003									Total Emigrantes
			Centro-Sul			Nordeste			Norte			
			CP	CI	DM	CP	CI	DM	CP	CI	DM	
Origem em 1995	Centro-Sul	CP	41,0	34,9	31,3	30,5	21,0	16,0	50,1	37,4	38,6	34,5
		CI	41,7	41,9	38,3	41,0	35,0	28,3	52,8	45,7	47,8	40,8
		DM	55,8	50,0	46,3	53,5	47,0	41,2	65,2	56,1	56,0	49,6
	Nordeste	CP	57,3	54,4	53,6	49,0	34,5	33,9	52,0	57,9	50,9	43,5
		CI	64,3	63,4	62,0	47,7	39,9	41,7	54,2	54,7	55,5	46,5
		DM	74,1	67,3	62,3	50,8	48,8	46,1	43,6	67,8	56,0	52,0
	Norte	CP	42,2	39,8	40,5	34,4	25,0	23,5	47,1	46,6	53,2	45,7
		CI	48,1	47,4	49,3	35,7	38,5	36,5	51,2	51,5	48,8	48,8
		DM	54,4	56,5	48,4	45,4	36,0	38,0	47,2	60,7	56,6	54,0
Total Imigrantes			47,6	42,5	40,5	43,9	38,2	39,0	50,1	50,6	52,2	43,2

Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

Para finalizar, os dados apresentados na *Figura 3* sobre a participação dos que aumentaram a renda entre 1995 e 2003 no total de *imigrantes* mostram que em 72 localidades essa participação é superior à média do grupo (43,2%), distribuídas por todas as frações da rede, com destaque para as localidades da fração Norte. No outro extremo, em 61 localidades a participação dos que aumentaram a renda ficou abaixo de 38,2%, a maior parte localizadas nos Estados da região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e Nordeste, 21 e 19 localidades respectivamente. Mostrando o quanto é heterogêneo o mercado de trabalho das localidades mais importantes do urbano brasileiro, principalmente no Centro-Sul.

FIGURA 8
Participação no total de imigrantes no mercado de trabalho formal dos que aumentaram a remuneração em salários mínimos entre 1995 e 2003 por localidades da RLC – 2003



Fonte: MTE, Raismigra 1995-2003.

4.3.7 - Considerações sobre a migração de trabalhadores no mercado formal

Esta exposição aponta para o fato de que, pelo menos dentro do mercado formal, o maior dinamismo do mercado de trabalho das localidades fora das grandes aglomerações urbanas tem atraído mão-de-obra migrante. Confirma-se as novas estratégias migratórias que estão sendo construídas no Brasil contemporâneo, e que estas não tem mais os grandes centros urbanos, pelo menos os tradicionais, como referência de destino.

Entre estes novos espaços da migração chama a atenção o espaço da fração norte da RLC. Esse espaço regional, ainda em processo de ocupação, tem oferecido vantagens salariais à mão-de-obra imigrante no setor formal. Configurando a região como uma das grandes novidades no cenário migratório aqui traçado para o mercado formal, na qual estão

presentes diversas territorialidades emergentes capazes de atrair uma mão-de-obra mais qualificada – vista pelo lado da escolaridade – principalmente proveniente das grandes aglomerações do Centro-Sul, inserindo estas territorialidades no fluxo modernizador representado pela mobilidade da força-de-trabalho.

Os dados sobre a inserção setorial apontam para a crescente terceirização da estrutura ocupacional. Explorando as possibilidades oferecidas pela base de dados, foi possível demonstrar que a mobilidade geográfica é um elemento adicional ao panorama traçado para o processo de terciarização. A mobilidade intersetorial tendo como origem uma atividade industrial e destino uma atividade terciária mostrou-se mais intensa entre os imigrantes. O que configura um duplo processo de mobilidade, geográfica e setorial.

As investigações sobre os diferenciais de remuneração mostraram que, num contexto de rebaixamento geral dos salários, a migração ainda representa uma alternativa positiva capaz de proporcionar ganhos reais de remuneração, embora mantendo diferenças significativas por região.

Ao final, confirma-se a hipótese de que os dados da RAIS são passíveis de ser explorados nos estudos sobre migrações, e que estes trazem novas possibilidades de investigação. Como aponta G. Martine (1980)

Para efetuar um julgamento estritamente correto sobre o significado da migração para indivíduos e grupos sociais neste enfoque, seriam necessários estudos longitudinais que traçassem perfis de grupos comparáveis de migrantes e naturais em momentos distintos. No mínimo, seriam necessárias investigações situadas em pelo menos dois pontos no tempo antes da saída e depois de uma chegada mais ou menos definitiva. (MARTINE, 1980, 955)

Uma das características da Raismigra é a possibilidade de se trabalhar com dados longitudinais, como foi explorado no âmbito deste trabalho nos dados sobre inserção setorial e renda, preenchendo assim, uma das principais lacunas dos estudos migratórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MOBILIDADE E SELETIVIDADE

Mesmo sem negar as idiossincrasias locais e as inter-relações entre os fenômenos de diferentes escalas, buscou-se neste estudo uma interpretação analítica da espacialidade brasileira a partir dos processos mais gerais que orientam sua produção. O macro-processo da urbanização do território foi destacado como um fundamento teórico-empírico desta interpretação, e sustenta boa parte dos argumentos arrolados.

Nesse sentido, não obstante, as limitações do conceito operacional de urbano no Brasil, o recorte espacial adotado na apresentação dos dados permitiu delimitar o urbano brasileiro em suas diversas manifestações, contrapondo espaços em que a urbanização beira a saturação (notadamente nos grandes centros) aos centros urbanos em expansão do nível intermediário da rede urbana nacional e aos pequenos municípios.

Destacou-se ao longo das análises que a difusão da urbanização também se faz presente no nível mais baixo da rede urbana (*Demais Localidades*), embora desigual regionalmente, atingindo 75% nas demais localidades do Centro-Sul e apenas 53% no nordeste. Portanto, mesmo reconhecendo as limitações das análises dualistas, ainda é possível delimitar um Brasil urbano do Centro-Sul e um Nordeste ainda muito agrário. Essa diferença no grau de urbanização, por si mesma não constitui um problema, entretanto verificou-se a persistência de uma desigualdade quanto ao acesso às benesses do desenvolvimento.

Apesar da capacidade das atividades econômicas dos subespaços aqui analisados em utilizar a força-de-trabalho disponível se assemelhar em todas as frações, como se pode observar nos dados da taxa de atividade, tal utilização se faz com graus qualitativos diferentes, o que acarreta implicações para a produtividade e, conseqüentemente, para a produção de riquezas nestes diversos subespaços. Ficou evidente o contraste entre a distribuição da população ocupada nas atividades produtivas.

As atividades primárias marcam a estrutura ocupacional das *Demais Localidades*, oferecendo aproximadamente, metade dos empregos da fração nordeste, mas com uma baixíssima taxa de formalização do mercado de trabalho.

Por outro lado, o setor industrial, que foi o principal impulsionador da produção de riquezas na segunda metade do século XX, o emprego ainda mostra-se muito concentrado no Centro-Sul. Mesmo que a atual visão sobre o desenvolvimento abra possibilidades para

outras atividades não-industriais, é inegável que a indústria continua tendo um peso significativo na produção de riquezas. Neste sentido ficou evidente que a concentração espacial da produção tem como contrapartida a concentração na geração e distribuição de riquezas, principalmente, num contexto em que os vários mecanismos institucionais corretores deste desequilíbrio estão em desuso. Os indicadores de evolução recente mostraram que é possível identificar dinâmicas que atuam na contramão dessa tendência.

Ainda que o emprego formal seja altamente concentrado no Centro-Sul, os dados para o período 1990-2002, apontam para o dinamismo do nível intermediário da rede urbana nacional. Tal tendência também está presente nas *Demais Localidades*, e nestas pode ser um indicativo de vigor econômico, assim como de modernização das relações de trabalho, abrindo espaço para o progresso social suplantando relações arcaicas que ainda prevalecem, principalmente, na agropecuária nacional.

Ficou evidente que no Brasil atual há uma tendência de redução das antigas estruturas espaciais concentradas. As regiões metropolitanas apresentaram um baixo desempenho do mercado formal, principalmente no Centro-Sul, onde o emprego formal cresceu apenas 8,5% entre 1990 e 2002, enquanto a média brasileira foi de 26%, o que se contrasta com o dinamismo das fronteiras, representadas pelas *Demais Localidades* e pela *fração Norte* da RLC.

A análise agregada pode não evidenciar a nova função que as metrópoles vêm desempenhando na sociedade moderna. Apesar da aparente crise, estes espaços reformulam o seu papel funcional no contexto do território nacional, servindo como elo entre o território nacional e o mercado global, mantendo uma parte significativa do setor de serviços. Tal função é reforçada pelo processo de terciarização, crescente ao longo da década de 1990, através de uma dupla mobilidade da mão-de-obra (espacial e setorial). Estes espaços continuaram atraindo trabalhadores com nível de qualificação bem acima da média do mercado de trabalho.

As características positivas da migração para o desenvolvimento econômico e social das localidades de destino foram destacadas ao longo da análise, pois o migrante que aqui se delimitou representa parcela mais qualificada do mercado de trabalho. Além de tratar-se de trabalhadores do mercado formal, os migrantes compõem um grupo bem seletivo, como ficou evidente na comparação entre o IQE dos *Imigrantes* e o IQE do mercado formal como um todo. Mesmo que em termos absolutos esta migração de trabalhadores no mercado formal tenha se concentrado nas grandes aglomerações urbanas, os migrantes

representaram uma parcela significativa do mercado de trabalho em diversos subespaços das RLC, principalmente, nos *Centros Intermediários* e *Demais Localidades*.

A despeito da desigualdade econômica existente no Brasil, as informações levantadas sobre o aumento real da remuneração recebida no mercado formal indicam ser a migração um importante instrumento de melhoria da renda da população envolvida. A mobilidade geográfica se configurou como uma estratégia para evitar o rebaixamento dos salários, uma tendência que prevaleceu ao longo de boa parte da década de 1990.

Ficou evidente que a modernização do território brasileiro ocorreu de forma seletiva, mantendo velhas “dualidades” espaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCA, R. S. *A dinâmica Recente da Metrópole Paulista: das ilusões pós-industriais a novas perspectivas sobre o desenvolvimento metropolitano*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Abril de 2004.
- ARAÚJO, Maria F. I. *Reestruturação produtiva e transformações econômicas Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 15(1), p. 20-30, 2001.
- ARAÚJO, Tânia B. de – “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?” In: AFFONSO, R.B.A. & SILVA, P.L.B. (orgs.) – *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, Fundap/Ed. Unesp, 1995.
- ARAÚJO, Tânia B. de. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo a desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Redescobrimdo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 2000 (p. 73-91)
- AZZONI, Carlos Roberto. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- AZZONI, C.R., FERREIRA, D. *Competitividade Regional e Reconcentração Industrial: O Futuro das Desigualdades Regionais no Brasil*. Trabalho desenvolvido no âmbito do NEMESIS (MCT/Finep/CNPq/Pronex). São Paulo: mimeo, 1997.
- BAENINGER, Rosana. *Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000*. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 4 a 8 de novembro de 2002.
- BAENINGER, Rosana. *Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG, 20-24 de Setembro de 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Empregos no Brasil*, Vol. 1, 1 de novembro de 2002
- BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza rural e trabalho agrícola no Brasil ao longo da década de noventa*. Seminários DIMAC / IPEA; 150, Rio de Janeiro : IPEA. DIMAC, 2004
- BARROS, Ricardo P., CORSEUIL, Carlos H., FOGUEL, Miguel N. *Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil*. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 784, IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2001.
- BARROS, Ricardo P., MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Texto para discussão do IPEA nº 377, IPEA: Rio de Janeiro, julho de 1995
- BECKER, Bertha K., EGLER, Claudio G, *Brasil uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BECKER, Bertha. *Modernidade e integração do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva*. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. A. 11 n. 32: 47-56, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1991.
- BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: MAX Limonad, 2004.
- BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população, conceito tipologia contextos in: COSTA, Iná E. et alli (orgs) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro:Bertrand, 1997

- BENKO, G. e LIPIETZ, A. O novo debate Regional. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oieras: Celta Editora, 1994.cc
- BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo A.; SOUZA, Renata G. V. *As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório*. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 20-24 de Setembro de 2004.
- CACCIAMALI, M. C. *O setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Ed. IPE, 1983.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Globalização e processo de informalidade*. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.
- CANO, Wilson. *Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil 1970/95*. Economia e sociedade, Campinas, (8): 101-141, jun, 1997.
- CARDOSO JUNIOR, José. *Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil*. Texto para discussão, 814, IPEA, Brasília, agosto de 2001. (60 p.)
- CARDOSO JUNIOR, José Celso e FERNANDES, Suiane. *A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa*. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro, nº 14, ano 5, p. 41-50, outubro 2000.
- CASTRO, Antônio Barros de. A industrialização descentralizada no Brasil. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1975. (p. 89-142)
- CORRÊA, Roberto L. Metrôpoles corporações e espaço: uma nota introdutória ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs). *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 (p. 67-114)
- CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. in: COSTA, Iná E. et alli (orgs) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997
- COSTANZI, Rogério Nagamine. *Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda*. Texto para discussão no 1039, IPEA, Brasília, setembro de 2004 (35 pág)
- CUNHA, A. M. et alli. O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo. LIMONAD, Éster (org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECCEL, 2003. 1. CD-ROM (p. 69-97)
- CUNHA, José Marcos Pinto. *Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol.17, no.3-4, p.218-233, Dez 2003.
- CURI, A. Z., MENEZES-FILHO, N. A. *Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro*. Anais do XXXII Encontro Nacional da Anpec, 2004
- DAVIDOVICH, Fany. *Urbanização Brasileira, tendências problemas e desafios*. Espaço & Debate, Revista de estudos regionais e urbanos. v 4 n, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1984.
- DE NEGRI, João Alberto et alli. *Mercado Formal de Trabalho: Comparação entre os Microdados da RAIS e da PNAD*. Texto para discussão nº 840, IPEA, Brasília, novembro de 2001 (29 pág.)
- DEDECCA, Claudio Salvadori. *Reorganização produtiva, absorção de mão de obra e qualificação*. Congresso da ALAST, 3, Buenos Aires, 17 a 20 de março de 2000.
- DEDECCA, C.S.; BALTAR, P. (1998) Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90, Estudos Econômicos, Número Especial, Fea-Usp, São Paulo.
- DEDECCA, Cláudio; CUNHA, José Marcos Pinto da. *Migração e trabalho: uma abordagem não algoz*. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP, Caxambu, 2000, v.1.

- DIEESE. *Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil*. Série Boletim DIEESE - Edições Especiais, maio de 1996.
- DINIZ, Clério C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia - Revista de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, vol. 31, n. 11, 1993, pp. 35-64.
- DINIZ, Clério Campolina. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*, texto para discussão n° 159, CEDEPLAR/FACE/ UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- DINIZ, Clério C. BASQUES, Maria F. D. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza: BANCO DO Nordeste S. A., 2004.
- DINIZ, Clério C. SANTOS, Fabiane B. I. Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas. In: NETO, Leonardo Guimarães et alli (orgs). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo : UNESP, 1995.
- EBANKS, E.G. *Determinantes Socioeconômicos de la Migración Interna*. CELADE, Santiago de Chile, 1993.
- EGLER, Claudio G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FARIA, Vilmar. Desenvolvimento urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (p. 118-63).
- GALVÃO, Antônio Carlos F; BRANDÃO, Carlos Antônio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. IN: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.
- GAUDEMAR, J. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. 2ª ed Campinas, IE/UNICAMP, 1999.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRSCHMAN, A.O. *The Strategy of Development*, Yale Univ. Press, New Haven, CT, 1958. (Citado a partir de: *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961)
- HISSA, C. V. Introdução ao estudo da dinâmica espacial da população: perspectivas teóricas. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 5-12, jun 1993.
- HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.
- JANNUZZI, P.M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 2ª ed. Campinas: Alínea/PUC-Campinas, 2003.
- KATZMAN, Martin T. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, E. e KLEIN, H. S., *A transição incompleta; Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.177-229.
- KUPFER, D., FREITAS, F. *Análise estrutural da variação do emprego no Brasil entre 1990 e 2001*. Boletim de Conjuntura do IE/UFRJ, março de 2004.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, A. M. (Coord). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- LEFEBVRE, H. El derecho a la ciudad, trad. J. Gonzalez-Pueyo, 2ªed., Barcelona: Península, 1973.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

- LEFEBVRE, H. *Entrevista - Conversa com Henri Lefebvre*. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. A. 10 n. 30: 61-69, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1990.
- LEFEBVRE, H. *A revolução Urbana*. elo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LENCIONI, Sandra. *Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo*. In: GONÇALVES, M. F. et al. (orgs.), *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora Unesp/ANPUR, 2003a, p. 229-271.
- LENCIONI, Sandra. *A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica*. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte-MG, Junho de 2003b.
- LIPIETZ, A. *Fordismo, fordismo periférico e metropolização*. Ensaio FEE, Porto Alegre, 10(2), p. 303-335, 1989.
- MARTINE, G. DINIZ C. C. *Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico*. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 11 n 3 (43), jul/set, 1994.
- MASSEY, Douglas S. et. al. *Theories of international migration: a review and appraisal*. Population and development review, 19, n 3, p. 431-466, set., 1993
- MATOS, R. *Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 13, p. 35-58, 1995a.
- MATOS, Ralfo. *Migração em Belo Horizonte: desconcentração espacial e exclusão*. In: Encontro da ANPUR, 6, 1995, Brasília. *Anais...*, Brasília, ANPUR, 1995b. p. 431-447.
- MATOS, Ralfo. *A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo*. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.19, n.1, jan./jun. 2002.
- MATOS, R. *(Re)Configurações Urbano-Regionais e Movimentos da População no Espaço*. X Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Cd-Rom. Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003.
- MATOS, Ralfo. *Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite*. In: MATOS, Ralfo (org.). *Espacialidades em rede: população urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. (capítulo 1, p. 17-56)
- MATOS, Ralfo; FERREIRA, Rodrigo Nunes. *Caracterização da Rede de Localidades Urbanas Centrais do Brasil ao final do século XX*. In: MATOS, Ralfo (org.). *Espacialidades em rede: população urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. (capítulo 2, p. 57-88)
- MELLO, J. L. et al. *Como chegar à vida adulta: será que existe um caminho único?* In: Encontro nacional de população, 13., 2002, Ouro Preto, Anais..., Ouro Preto: ABEP, 2002. (21 pags) 1 CD-ROM
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas*. – Brasília : MTb, Assessoria Especial do Ministro, 1998.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de. *Urbanização e Modernidade na Amazônia*. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy (orgs). *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: MAX Limonad, 2004.
- MYRDAL, G.. *Economic theory and underdeveloped regions*. London: Duckworth, 1957. (Citado a partir de: *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 3 ed, Editora saga, 1972)
- NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando Pimentel. *O Ciclo de Vida das Firms e Seu Impacto no Emprego: o caso brasileiro 1995/2000*. Revista do Bndes, Rio de Janeiro, V. 9, N. 18, P. 149-162, DEZ. 2002

NETO, Raul. *Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no Período 1950-2000*. Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 5, Recife, 7 de novembro de 2003.

NUN, José (1969): *Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal*. *Revista Latinoamericana de Sociología* (número especial), V(2).

NUN, José. *Futuro do emprego e a tese da massa marginal*. São Paulo:CEBRAP, Novos Estudos Cebrap, n.56 março, 2000.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. *Deslocamentos Populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 20- 24 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, Francisco - A economia brasileira. Crítica à razão dualista. In: Estudos CEBRAP 2. São Paulo. CEBRAP. 1972.

OLIVEIRA, Francisco. Malthus e Marx, falso encanto e dificuldade radical. *Texto para discussão NEPO N° 4, Campinas: NEPO/UNICAMP, 1985*.

PACHECO, C. e PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et alli (orgs). *Migrações, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. IE/UNICAMP, CAMPINAS:UNICAMP, 1997

PACHECO, Carlos A. *Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Economia e Sociedade, Campinas, (6): 113-40, jun. 1996.

PERROUX, F. *Note sur la Notion des Poles du Croissance*. Economic Appliquee 1 and 2:307-20, 1955. (Citado a partir de: *O Conceito de Pólo de Desenvolvimento*. In Schwartzman, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.)

RACINE, J. E., RAFFESTIN, C., RUFFY V. *Escala e ação contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 45(1): 123-135, jan/mar, 1983.

RACZYNSKI, Dagmar. *La movilidad territorial de la población en América Latina: perspectiva de análisis y lineamientos de investigación* in: Memorias del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo. Mexico, Vol 2, p. 863-892, 1983.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RALLET, A. L'économie de proximités", Etudes et Recherches sur les systèmes agraires et le développement, n°33, 11-25, 2003.

RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, IPEA, n° 19, junho 2002, p. 51-56.

RAMOS, Lauro, BRITTO, Marcelo. *O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Texto para discussão n° 1011, IPEA, Rio de Janeiro, março de 2004 (24 pág.)

RAMOS, Lauro, FERREIRA, Valéria. *Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro - 1992-2002*. Texto para discussão n° 1027, IPEA, Rio de Janeiro, julho de 2004 (28 pág.)

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, A. M. (Coord). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

REDWOOD III, John. *Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo*. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Santiago, vol. 11, n. 32, dez. 1984.

- RIBEIRO, J. T. L. *Estimativas da migração de retorno e alguns efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro*. Tese de doutoramento em Demografia, FACE/Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. *As metrópoles e a sociedade Brasileira: futuro comprometido?* In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SABÓIA, João. *Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente*. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 85-122, dez. 2001.
- SALIM, Celso A. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In: VIII Encontro nacional de Estudos de populacionais - BRASÍLIA – 1992. Anais ..., Brasília Vol. 3 p. 119-144, 1992
- SANTOS JUNIOR, Enestor da R.; MENEZES FILHO, Naércio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. *Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil*. Ensaios Econômicos da EPGE Nº 484, Junho de 2003
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979 (economia e planejamento: série teses e pesquisas)
- SANTOS, Milton, *O espaço geográfico como categoria filosófica*. Revista Terra Livre, no 5, São Paulo, AGB-Marco zero, 1981. (p. 9-20)
- SANTOS, Milton. *Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo*. In: RIBEIRO, Ana C. MACHADO, Denise B. P. *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90*, p 12-45, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 2ª ed, Rio de JANEIRO, Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção*. 4ed, São Paulo: EDUSP, 2004, 383 p.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 3 ed. Rio de JANEIRO: Record, 2001.
- SCOTT, A. J. , AGNEW, J., SOJA, E. W. & STORPER, M. *Cidades-regiões globais*. Espaço & Debates nº 41, São Paulo: Núcleo de estudos regionais e urbanos, 2001.
- SIMÕES, André Geraldo de Moraes. *Reorganização do espaço produtivo e a recuperação da economia fluminense: uma análise a partir dos migrantes altamente qualificados*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v. 21, n. 1, p. 49-74, jan./jun., 2004.
- SINGER, Paul. *Migrações internas; considerações teóricas sobre seu estudo*. In: SINGER, P., *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- SJAASTAD, Larry A. *Os custos e os retornos da migração*. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador). *Migrações Internas, textos selecionados*. Tomo 1. p. 115-144. Fortaleza: BNB, 1980
- SOJA, Edward W., *Geografias pós-modernas a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOJA, Edward. *Uma interpretação materialista da espacialidade*. In: BECKER, BERTHA et alli (orgs) *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geografia/programa de Pós-Graduação, 1982.
- SOUZA, Marcelo J. L. *Espaciologia: Uma objeção, crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social*. Revista Terra Livre, no 5, São Paulo, AGB-Marco zero, 1981. (p. 21-45).

- STORPER, Michael, VENABLES Anthony J.. *Buzz: Face-To-Face Contact and the Urban Economy*. Centre for Economic Performance Discussion Papers, London School of Economics and Political Science, London, December 2003
- TINOCO, A. C. . *Integração ou Fragmentação: O Impasse gerado pelo Fetichismo da Desconcentração*. Espaço & Debates, São Paulo, n. 41, p. 46-65, 2001.
- TORRE, André. Desenvolvimento local e relações de proximidade. *Interações – Revista Internacional do Desenvolvimento Local*, v. 4,n. 7,p. 27-39, set. 2003
- ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura*. Texto para Discussão N° 1070, IPEA, Rio de Janeiro, fevereiro de 2005.
- VAINER, Carlos B. *A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas*. Travessia, São Paulo, n 26:05-09, mai/ago, 1996.
- VASCONCELLOS , Idamila R. P. *Migrações entre os municípios brasileiros a partir das informações dos censos demográficos de 1991 e 2000*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC-MG, Belo Horizonte, 2003.
- VELTZ, P. Hierarquia e redes. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oieras: Celta Editora, 1994.
- WILLIAMSON, J. *Regional Inequality and the process of national development: a description of the patterns*. *Economic Development and Cultural Change*, 13: 3-45, 1965.

ANEXO 1**QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais**

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
CS	CP	Belo Horizonte	310620	Belo Horizonte
			310500	Balhim
			310670	Betim
			310900	Brumadinho
			311000	Caeté
			311250	Capim Branco
			311787	Confins
			311860	Contagem
			312410	Esmeraldas
			312600	Florestal
			312980	Ibirité
			313010	Igarapé
			313220	Itaguara
			313460	Jaboticatubas
			313660	Nova União
			313665	Juatuba
			313760	Lagoa Santa
			314015	Mário Campos
			314070	Mateus Leme
			314110	Matozinhos
			314480	Nova Lima
			314930	Pedro Leopoldo
			315390	Raposos
			315460	Ribeirão das Neves
			315480	Rio Acima
			315530	Rio Manso
			315670	Sabará
			315780	Santa Luzia
			316292	São Joaquim de Bicas
			316295	São José da Lapa
			316553	Sarzedo
			316830	Taquaraçu de Minas
			317120	Vespasiano
CS	CP	Rio de Janeiro	330455	Rio de Janeiro
			330045	Belford Roxo
			330170	Duque de Caxias
			330185	Guapimirim
			330190	Itaboraí
			330227	Japerí
			330250	Magé
			330320	Nilópolis
			330330	Niterói
			330350	Nova Iguaçu
			330360	Paracambi
			330414	Queimados
			330490	São Gonçalo
			330510	São João de Meriti
			330575	Tanguá
			330285	MESQUITA
			CS	CP
350390	Arujá			
350570	Barueri			
350660	Biritiba-Mirim			
350900	Caleiras			
350920	Cajamar			
351060	Carapicuíba			
351300	Cotia			
351380	Diadema			
351500	Embu			
351510	Embu-Guaçu			
351570	Ferraz de Vasconcelos			
351630	Francisco Morato			
351640	Franco da Rocha			
351830	Guararema			
351880	Guarulhos			
352220	Itapeçerica da Serra			
352250	Itapeví			
352310	Itaquaquecetuba			
352500	Jandira			

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município			
CS	CP	São Paulo	352620	Juquitiba			
			352850	Mairiporã			
			352940	Mauá			
			353060	Moji das Cruzes			
			353440	Osasco			
			353910	Pirapora do Bom Jesus			
			353980	Poá			
			354330	Ribeirão Pires			
			354410	Rio Grande da Serra			
			354500	Salesópolis			
			354680	Santa Isabel			
			354730	Santana de Parnaíba			
			354780	Santo André			
			354870	São Bernardo do Campo			
			354880	São Caetano do Sul			
			354995	São Lourenço da Serra			
			355250	Suzano			
			355280	Taboão da Serra			
355645	Vargem Grande Paulista						
CS	CP	Curitiba	410690	Curitiba			
			410020	Adrianópolis			
			410030	Agudos do Sul			
			410040	Almirante Tamandaré			
			410180	Araucária			
			410230	Balsa Nova			
			410310	Bocaiúva do Sul			
			410400	Campina Grande do Sul			
			410420	Campo Largo			
			410425	Campo Magro			
			410520	Cerro Azul			
			410580	Colombo			
			410620	Contenda			
			410765	Fazenda Rio Grande			
			411125	Itaperuçu			
			411430	Mandirituba			
			411915	Pinhais			
			411950	Piraquara			
			412080	Quatro Barras			
			412120	Quitandinha			
			412220	Rio Branco do Sul			
			412550	São José dos Pinhais			
			412760	Tijucas do Sul			
			412788	Tunas do Paraná			
			412863	Doutor Ulysses			
			CS	CP	Porto Alegre	431490	Porto Alegre
						430060	Alvorada
						430087	Araricá
430175	Barão do Triunfo						
430310	Cachoeirinha						
430390	Campo Bom						
430460	Canoas						
430535	Charqueadas						
430640	Dois Irmãos						
430676	Eldorado do Sul						
430760	Estância Velha						
430770	Esteio						
430905	Glorinha						
430920	Gravataí						
430930	Guaíba						
431080	Ivoti						
431162	Lindolfo Collor						
431198	Mariana Pimentel						
431240	Montenegro						
431247	Morro Reuter						
431306	Nova Hartz						
431337	Nova Santa Rita						
431340	Novo Hamburgo						
431403	Pareci Novo						
431405	Parobé						
431480	Portão						
431514	Presidente Lucena						
431840	São Jerônimo						
431870	São Leopoldo						

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
CS	CP	Porto Alegre	431990	Sapiranga
			432000	Sapucaia do Sul
			432055	Sertão Santana
			432120	Taguara
			432200	Triunfo
			432300	Viamão
			431861	SÃO JOSE DO SUL
CS	CP	Brasília	530010	Brasília
CS	CI	Barbacena	310560	Barbacena
CS	CI	Divinópolis	312230	Divinópolis
CS	CI	Governador Valadares	312770	Governador Valadares
CS	CI	Ipatinga	313130	Ipatinga
CS	CI	Juiz de Fora	313670	Juiz de Fora
CS	CI	Montes Claros	314330	Montes Claros
CS	CI	Patos de Minas	314800	Patos de Minas
CS	CI	Poços de Caldas	315180	Poços de Caldas
CS	CI	Sete Lagoas	316720	Sete Lagoas
CS	CI	Teófilo Otoni	314535	Novo Oriente de Minas
			316860	Teófilo Otoni
CS	CI	Uberaba	312125	Delta
			317010	Uberaba
CS	CI	Uberlândia	317020	Uberlândia
CS	CI	Varginha	317070	Varginha
CS	CI	Cachoeiro de Itapemirim	320120	Cachoeiro de Itapemirim
CS	CI	Cariacica	320130	Cariacica
			320150	Colatina
			320465	São Domingos do Norte
			320225	GOVERNADOR LINDENBERG
CS	CI	Guarapari	320240	Guarapari
CS	CI	Linhares	320320	Linhares
			320501	Sooretama
CS	CI	Serra	320500	Serra
CS	CI	Vila Velha	320520	Vila Velha
CS	CI	Vitória	320530	Vitória
CS	CI	Angra dos Reis	330010	Angra dos Reis
CS	CI	Barra Mansa	330040	Barra Mansa
			330412	Quatis
			330023	Armação de Búzios
CS	CI	Cabo Frio	330070	Cabo Frio
CS	CI	Campos dos Goytacazes	330100	Campos dos Goytacazes
			330115	Cardoso Moreira
CS	CI	Itaguaí	330200	Itaguaí
			330555	Seropédica
			330093	Carapebus
CS	CI	Macaé	330240	Macaé
CS	CI	Mangaratiba	330260	Mangaratiba
CS	CI	Maricá	330270	Maricá
CS	CI	Nova Friburgo	330340	Nova Friburgo
CS	CI	Petrópolis	330390	Petrópolis
CS	CI	Teresópolis	330580	Teresópolis
CS	CI	Volta Redonda	330630	Volta Redonda
CS	CI	Americana	350160	Americana
CS	CI	Araçatuba	350280	Araçatuba
			354805	Santo Antônio do Aracanguá
CS	CI	Araraquara	350320	Araraquara
			351685	Gavião Peixoto
			353205	Motuca
CS	CI	Bauru	350600	Bauru
CS	CI	Botucatu	350750	Botucatu
CS	CI	Bragança Paulista	350760	Bragança Paulista
			355495	Tuiuti
			355635	Vargem
CS	CI	Campinas	350950	Campinas
CS	CI	Catanduva	351110	Catanduva
			351492	Elisiário
CS	CI	Cubatão	351350	Cubatão
CS	CI	Franca	351620	Franca
CS	CI	Guarujá	351870	Guarujá
CS	CI	Indaiatuba	352050	Indaiatuba

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
CS	CI	Itapetininga	352230	Itapetininga
			350075	Alambari
CS	CI	Itu	352390	Itu
CS	CI	Jacareí	352440	Jacareí
CS	CI	Jauú	352530	Jauú
CS	CI	Jundiá	352590	Jundiá
CS	CI	Limeira	352690	Limeira
CS	CI	Marília	352900	Marília
CS	CI	Mogi Guaçu	353070	Mogi Guaçu
			355730	Estiva Gerbi
CS	CI	Pindamonhangaba	353800	Pindamonhangaba
CS	CI	Piracicaba	353870	Piracicaba
			354515	Saltinho
CS	CI	Praia Grande	354100	Praia Grande
CS	CI	Presidente Prudente	354140	Presidente Prudente
CS	CI	Ribeirão Preto	354340	Ribeirão Preto
			351885	Guataparã
CS	CI	Rio Claro	354390	Rio Claro
CS	CI	Santa Bárbara d'Oeste	354580	Santa Bárbara d'Oeste
			354850	Santos
CS	CI	Santos	350635	Bertioga
			354890	São Carlos
CS	CI	São José do Rio Preto	354980	São José do Rio Preto
			352115	Ipiquã
CS	CI	São José dos Campos	354990	São José dos Campos
CS	CI	São Vicente	355100	São Vicente
CS	CI	Sorocaba	355220	Sorocaba
CS	CI	Sumaré	355240	Sumaré
			351907	Hortolândia
CS	CI	Taubaté	355410	Taubaté
CS	CI	Apucarana	410140	Apucarana
CS	CI	Cascavel	410480	Cascavel
CS	CI	Foz do Iguaçu	410830	Foz do Iguaçu
			410940	Guarapuava
			410395	Campina do Simão
			410442	Candói
			410845	Foz do Jordão
CS	CI	Londrina	411370	Londrina
			412667	Tamarana
CS	CI	Maringá	411520	Maringá
CS	CI	Paranaguá	411820	Paranaguá
			411995	Pontal do Paraná
CS	CI	Ponta Grossa	411990	Ponta Grossa
CS	CI	Blumenau	420240	Blumenau
			420420	Chapecó
			420435	Cordilheira Alta
			420665	Guatambu
CS	CI	Criciúma	421145	Nova Itaberaba
			420460	Criciúma
CS	CI	Florianópolis	420540	Florianópolis
CS	CI	Itajaí	420820	Itajaí
CS	CI	Joinville	420910	Joinville
			420930	Lages
			420243	Bocaina do Sul
			420325	Capão Alto
			421189	Painel
CS	CI	São José	421660	São José
			421725	São Pedro de Alcântara
CS	CI	Caxias do Sul	430510	Caxias do Sul
			430597	Coxilha
			431213	Mato Castelhano
CS	CI	Passo Fundo	431410	Passo Fundo
CS	CI	Pelotas	431440	Pelotas
			432232	Turuçu
			430107	ARROIO DO PADRE
CS	CI	Rio Grande	431560	Rio Grande
			430637	Dilermando de Aguiar
			431053	Itaara

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
CS	CI	Santa Maria	431690	Santa Maria
			431912	São Martinho da Serra
			430187	Barra do Quaraí
CS	CI	Uruguaiana	432240	Uruguaiana
CS	CI	Campo Grande	500270	Campo Grande
CS	CI	Corumbá	500320	Corumbá
CS	CI	Dourados	500370	Dourados
CS	CI	Ponta Porã	500660	Ponta Porã
			500525	Laguna Carapá
CS	CI	Três Lagoas	500830	Três Lagoas
			510250	Cáceres
			510523	Lambari D'Oeste
CS	CI	Cáceres	510343	CURVELÂNDIA
			510340	Cuiabá
CS	CI	Rondonópolis	510760	Rondonópolis
			510729	São José do Povo
CS	CI	Várzea Grande	510840	Várzea Grande
CS	CI	Anápolis	520110	Anápolis
			520485	CAMPO LIMPO DE GOIÁS
CS	CI	Aparecida de Goiânia	520140	Aparecida de Goiânia
CS	CI	Goiânia	520870	Goiânia
CS	CI	Luziânia	521250	Luziânia
			520549	Cidade Ocidental
			521523	Novo Gama
			522185	Valparaíso de Goiás
CS	CI	Rio Verde	521880	Rio Verde
			520505	Castelândia
			521971	Santo Antônio da Barra
CS	CI	Santo Antônio do Descoberto	521975	Santo Antônio do Descoberto
			520025	Águas Lindas de Goiás
ND	CP	Fortaleza	230440	Fortaleza
			230100	Aquiraz
			230370	Caucaia
			230395	Chorozinho
			230428	Eusebio
			230495	Guaiúba
			230523	Horizonte
			230625	Itaitinga
			230765	Maracanaú
			230770	Maranguape
			230960	Pacajus
			230970	Pacatuba
			231240	São Gonçalo do Amarante
ND	CP	Recife	261160	Recife
			260005	Abreu e Lima
			260105	Araçoiaba
			260290	Cabo de Santo Agostinho
			260345	Camaragibe
			260680	Igarassu
			260720	Ipojuca
			260760	Ilha de Itamaracá
			260775	Itapissuma
			260790	Jaboatão dos Guararapes
			260940	Moreno
			260960	Olinda
			261070	Paulista
261370	São Lourenço da Mata			
ND	CP	Salvador	292740	Salvador
			290570	Camaçari
			290650	Candeias
			291005	Dias d'Ávila
			291610	Itaparica
			291920	Lauro de Freitas
			291992	Madre de Deus
			292920	São Francisco do Conde
			293070	Simões Filho
293320	Vera Cruz			
ND	CI	Caxias	210300	Caxias
ND	CI	São Luís	211107	São João do Soter
ND	CI	São Luís	211130	São Luís
ND	CI	Timon	211220	Timon

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Continua)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
ND	CI	Parnaíba	220770	Parnaíba
			220191	Bom Princípio do Piauí
			220465	Ilha Grande
ND	CI	Teresina	221100	Teresina
ND	CI	Juazeiro do Norte	230730	Juazeiro do Norte
ND	CI	Sobral	231290	Sobral
ND	CI	Parnamirim	240325	Parnamirim
ND	CI	Mossoró	240800	Mossoró
ND	CI	Natal	240810	Natal
ND	CI	Bayeux	250180	Bayeux
ND	CI	Campina Grande	250400	Campina Grande
			250215	Boa Vista
ND	CI	João Pessoa	250750	João Pessoa
ND	CI	Patos	251080	Patos
ND	CI	Santa Rita	251370	Santa Rita
ND	CI	Caruaru	260410	Caruaru
ND	CI	Garanhuns	260600	Garanhuns
ND	CI	Petrolina	261110	Petrolina
			260515	Dormentes
ND	CI	Arapiraca	270030	Arapiraca
ND	CI	Maceió	270430	Maceió
ND	CI	Aracaju	280030	Aracaju
ND	CI	Estância	280210	Estância
ND	CI	Itabaiana	280290	Itabaiana
ND	CI	Lagarto	280350	Lagarto
ND	CI	Nossa Senhora do Socorro	280480	Nossa Senhora do Socorro
ND	CI	São Cristóvão	280670	São Cristóvão
ND	CI	Alagoinhas	290070	Alagoinhas
ND	CI	Barreiras	290320	Barreiras
			291955	Luis Eduardo Magalhães
ND	CI	Feira de Santana	291080	Feira de Santana
ND	CI	Ilhéus	291360	Ilhéus
ND	CI	Itabuna	291480	Itabuna
ND	CI	Jequié	291800	Jequié
ND	CI	Juazeiro	291840	Juazeiro
ND	CI	Vitória da Conquista	293330	Vitória da Conquista
NO	CP	Manaus	130260	Manaus
NO	CP	Belém	150140	Belém
			150080	Ananindeua
			150150	Benevides
			150442	Marituba
			150635	Santa Bárbara do Pará
NO	CI	Ariquemes	110002	Ariquemes
			110026	Rio Crespo
			110040	Alto Paraíso
			110060	Cacaulândia
			110094	Cujubim
110140	Monte Negro			
NO	CI	Cacoal	110004	Cacoal
			110120	Ministro Andreazza
NO	CI	Guajará-Mirim	110010	Guajará-Mirim
			110011	Jaru
			110100	Governador Jorge Teixeira
NO	CI	Theobroma	110160	Theobroma
			110012	Ji-Paraná
NO	CI	Ouro Preto do Oeste	110015	Ouro Preto do Oeste
			110130	Mirante da Serra
			110143	Nova União
			110155	Teixeirópolis
			110170	Urupá
			110180	Vale do Paraíso
NO	CI	Porto Velho	110020	Porto Velho
			110045	Buritis
			110070	Campo Novo de Rondônia
			110080	Candeias do Jamari
			110110	Itapua do Oeste
NO	CI	Rolim de Moura	110028	Rolim de Moura
			110050	Novo Horizonte do Oeste - RO
			110090	Castanheiras

QUADRO - Detalhamento da Rede de Localidades Centrais

(Conclusão)

Fração	Nível Hierárquico	Nome da localidade na rede	código IBGE	Nome do Município
NO	CI	Vilhena	110030	Vilhena
			110092	Chupinguaia
NO	CI	Cruzeiro do Sul	120020	Cruzeiro do Sul
			120035	Marechal Thaumaturgo
			120039	Porto Walter
			120042	Rodrigues Alves
			120030	Feijó
NO	CI	Rio Branco	120040	Rio Branco
			120013	Bujari
			120017	Capixaba
			120080	Porto Acre
NO	CI	Sena Madureira	120050	Sena Madureira
NO	CI	Tarauacá	120060	Tarauacá
			120032	Jordão
NO	CI	Coari	130120	Coari
NO	CI	Humaitá	130170	Humaitá
NO	CI	Itacoatiara	130190	Itacoatiara
NO	CI	Manacapuru	130250	Manacapuru
NO	CI	Parintins	130340	Parintins
NO	CI	Tabatinga	130406	Tabatinga
NO	CI	Tefé	130420	Tefé
NO	CI	Boa Vista	140010	Boa Vista
			140002	Amajari
			140045	Pacaraima
NO	CI	Caracarái	140020	Caracarái
NO	CI	Castanhal	150240	Castanhal
NO	CI	Marabá	150420	Marabá
NO	CI	Santarém	150680	Santarém
NO	CI		150145	Belterra
NO	CI		150565	Placas
NO	CI	Laranjal do Jari	160027	Laranjal do Jari
			160080	Vitória do Jari
NO	CI	Macapá	160030	Macapá
NO	CI		160005	Serra do Navio
NO	CI		160015	Pedra Branca do Amapari
NO	CI		160021	Cutias
NO	CI		160025	Itaubal
NO	CI		160053	Porto Grande
NO	CI		160060	Santana
NO	CI	Araguaína	170210	Araguaína
			170130	Aragominas
			170215	Araguana
			170388	Carmolândia
			171395	Muricilândia
			171886	Santa Fé do Araguaia
NO	CI	Gurupi	170950	Gurupi
NO	CI	Paraíso do Tocantins	170386	Cariri do Tocantins
			171610	Paraíso do Tocantins
NO	CI	Porto Nacional	171845	Pugnill
			171820	Porto Nacional
NO	CI	Palmas	170980	Ipueiras
			172100	Palmas
NO	CI	Imperatriz	210530	Imperatriz
			210325	Cidelandia
			210375	Davinópolis
			210455	Governador Edison Lobão
			211153	São Pedro da Água Branca
			211285	Vila Nova dos Martírios
NO	CI	Sinop	510790	Sinop
			510724	Santa Carmem

Fonte: pesquisas do LESTE/IGC/UFGM

Notas: CS: Fração Centro-Sul; ND: Fração Nordeste; NO: Fração Norte; CP: Centro Principal; CP: Centros Intermediário